Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura **Número: 53**

II Sessão Legislativa **Horta, terça-feira, 17 de abril de 2018**

Presidente: *Deputada Ana Luís*
Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se na Agenda da Reunião com a Interpelação ao Governo Regional sobre "Transportes e acessibilidades", apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a intervenção inicial do **Sr.** Deputado Artur Lima *(CDS-PP),* interveio no debate a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha).*

Usaram da palavra para intervir no debate os Srs. Deputados António Vasco Viveiros *(PSD),* Francisco César *(PS),* Paulo Estêvão *(PPM),* Catarina Cabeceiras *(CDS-PP),* João Bruto da Costa *(PSD),* António Pedroso *(PSD)*, António Lima *(BE),* José Ávila *(BE),* João Paulo Corvelo *(PCP),* Duarte Freitas *(PSD),* André Bradford *(PS),* Zuraida Soares *(BE),* bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias).*

Findo este ponto passou-se para a Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.
Intervieram neste ponto da Agenda os Srs. Deputados Paulo Estêvão *(PPM),* António Almeida *(PSD),* António Toste Parreira *(PS),* Zuraida Soares *(BE),* João Paulo Corvelo *(PCP),* Graça Silveira *(CDS-PP),* Iasalde Nunes *(PS)*, bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(João Ponte),* o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia *(Gui Menezes), a* Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha)* e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias).*
Por fim, iniciou-se o debate sobre o Projeto de Resolução n.º 56/XI – "Criação dos mecanismos e aquisição dos sistemas tecnológicos necessários ao cumprimento do DLR n.º 23/2011/A, de 13 de julho", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.
Feita a sua apresentação pela Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado *(PSD),* participaram no debate o Deputado André Rodrigues *(PS),* Deputada Graça Silveira *(CDS-PP),* Deputado António Lima *(BE),* bem como a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro).*

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa, o favor de fazer a chamada.
Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.
Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

André Jorge Dionísio **Bradford**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dionísio Medeiros Faria **e Maia**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

João Paulo Lopes Araújo **Ávila**

João Vasco Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório **Ávila**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silv**a

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart **Costa**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)
João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)
Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.
Estão presentes 47 Sras. e Srs. Deputados.
Temos quórum.
Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.
Iniciamos a nossa manhã de hoje com o ponto 1 Agenda, **Interpelação ao Governo Regional sobre "Transportes e acessibilidades", apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.**
Esta interpelação foi requerida pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.
Regem esta matéria os artigos 183.º e 184.º do nosso Regimento e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes ao abrigo do art.º 132.º.
Os tempos são os seguintes:
O interpelante, o PS e o Governo Regional, dispõem de 32 minutos;
O PSD, 24 minutos;
O BE, 12 minutos;
As Representações Parlamentares do PCP e PPM, de 10 minutos.
Para iniciar, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.
Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:
Sr. Secretária Regional, o CDS traz hoje aqui uma interpelação ao Governo e por isso espera ouvir de V. Exa. repostas às nossas perguntas, como interpelante

e com a devida consideração e respeito não espero que V. Exa. venha aqui fazer um discurso de retórica a esta tribuna, …

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: … mas no âmbito daquilo que é uma interpelação e como ela deve ser regimentalmente, se limite a responder às perguntas que o interpelante democraticamente e legitimamente lhe faz.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* E mais nada!

Deputado Paulo Parece *(PSD):* E seguindo as regras!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os transportes aéreos e marítimos assumem uma importância vital para a mobilidade dos açorianos e para a acessibilidade às nossas ilhas.

Há quatro anos atrás, o secretário regional do Turismo e Transportes, Vítor Fraga, dizia que a prioridade do governo era "trabalhar para que a SATA tivesse condições para ser fortemente competitiva, sustentável, contribuísse para a criação de riqueza na Região e fosse capaz de contribuir para dar respostas às necessidades dos açorianos e também de quem nos visita, introduzindo valor, gerando riqueza e oferecendo elevados padrões de segurança, regularidade, fiabilidade e pontualidade".

Quatro anos depois do plano estratégico apresentado pelo Conselho de Administração e confirmado pelo Governo Regional de vasco Cordeiro, a empresa devia assim, em consequência, encontrar-se numa estável situação económica, a operar na sua plenitude e na observância dos padrões de qualidade definidos.

Infelizmente para os açorianos e para a nossa Região, o que temos hoje é uma realidade bem diferente.

Sem sentido estratégico, sem margem operacional, sem capacidade financeira, resta a notícia da alienação de 49% do capital da SATA anunciada por Vasco Cordeiro e que é, já hoje, mais uma operação de transparência duvidosa, em

que, à semelhança de tantas outras decisões deste governo, ainda não se sabe quais são os interessados, e pergunta-se quem são, sra. presidente, aqui no primeiro órgão de autonomia, informe esta Casa quem são os interessados e como se vai fazer realizar o negócio. É fundamental para os açorianos saberem isto; é fundamental para esta Casa saber isso e é o sítio onde a senhora deve dar explicações e o Governo.

Por isso foi uma saída possível à boa maneira socialista a alienação dos 49% do capital. Uma espécie de fuga para a frente com que, atabalhoadamente, como é usual, se tenta esconder dos açorianos o desastre de uma gestão irresponsavelmente megalómana que foi sempre, recorde-se, defendida e validada pela governação PS.

De facto, ano após ano, muitos foram os exemplos de decisões de gestão que contribuíram inevitavelmente para o descalabro financeiro do universo do grupo SATA.

Sra. Secretária Regional:

a) Como se justifica que, em 5 anos, se tenha gasto 12 milhões de dólares, repito, 12 milhões de dólares, em motores da frota Q - 200 e Q - 400?
b) Como se compreende o processo que levou à entrega do A330 à operadora *Hi Fly*, em sistema de leasing? Quais são os objetivos desta decisão?
c) Como se justifica que a Azores Airlines esteja há mais de um ano a pagar o aluguer um motor do A320 por mais de cem mil euros mês devido ao incumprimento no pagamento dos serviços de manutenção prestados pela TAP?

Exma. Senhora Presidente, Senhoras e Senhores deputados, Senhora Secretária,

Se no decorrer desta interpelação se constatou que a SATA foi financeiramente mal gerida sem que se perceba a racionalidade de gestão das decisões tomadas,

é também claro, hoje, para todos os açorianos, que a SATA e a Azores Airlines estão cada vez menos ao serviço dos açorianos.

Sra. Secretária Regional:

a) Como é que os faialenses podem compreender que o sistema RISE não esteja operacional no aeroporto da Horta, impossibilitando uma maior e melhor rentabilização da infraestrutura?
b) A Azores Airlines deixou de voar para o Faial para voar para Londres. Reduziu as ligações Terceira-Lisboa para voar para Frankfurt. Suprimiu o voo Terceira-Porto para voar para Cabo Verde. Como se pode concluir que, a Azores Airlines, afeta os seus recursos para servir, em primeiro lugar, os interesses dos açorianos e já agora, qual a taxa de coupação destas rotas, Sra. Secretária?
c) Como se pode afirmar que a SATA e a Azores Airlines servem em primeiro lugar os açorianos quando não são concertados os horários das ligações inter-ilhas com os voos provenientes do exterior?
d) Como se pode compreender que chegue a Ponta Delgada um voo proveniente do Porto e o avião tenha saído para a Terceira, para o Faial, para o Pico ou para S. Jorge, fazendo esse circuito dez minutos antes? Por que não se atrasa o voo meia hora, para servir quatro ilhas de uma vez? Por que não se faz isso? O voo que vem de Lisboa a mesma coisa, chegamos ás 14H15 a Ponta Delgada e o voo sai para a Terceira, para o Faial ou para o Pico às 14H30. Qual é a dificuldade de integrar os horários numa coisa boa? Há vários exemplos nessas matérias.
e) Sra. Secretária Regional, mais uma questão: nos dois últimos anos, todos nos recordamos do verão caótico proporcionado pela Sata Air Açores aos nossos concidadãos. Não houve ligações inter-ilhas suficientes para atender às necessidades das nossas populações, havendo até doentes que desesperaram por uma viagem e que foram forçados a adiarem as suas deslocações para

consultas e tratamentos. Sra. Secretária, quer pior do que isto? Por isso lhe pergunto: pode o Governo garantir que não vamos ver, novamente repetidos, os mesmos constrangimentos no decorrer de 2018, porque pela publicação do horário de verão da Sata Air Açores, não se percebe que isso não vá acontecer, ou percebe-se, que o caus vai voltar?

f) Sra. Secretária Regional, outra pergunta: A TAP anunciou que não tem condições de proceder atualmente ao transporte de macas e incubadoras nos seus voos. A pergunta é: o que vai fazer o Governo sobre essa matéria, porque ela não é tecnicamente impossível de resolver, portanto o que vai fazer o Governo?

g) Sra. Secretária Regional, a mudança de horário nos voos da TAP e da SATA fizeram aumentar o custo da carga ao mesmo tempo que as ligações noturnas tardias, na *gateway* da Terceira e também Ponta Delgada, estão a fazer com que a transportadora aérea não transporte carga para ser entregue no mesmo dia, como é o caso dos jornais e do correio. No que concerne ao transporte de carga aérea, sabemos que o Governo da República, em consonância e em parceria com os camaradas regionais, já avançou com dois concursos públicos para assegurar o transporte de cargas. O primeiro ficou deserto; o segundo foi anulado. É hoje notícia que o governo se apronta para lançar um terceiro concurso, ou o governo da república, eu já não percebo. Ao mesmo tempo, sabemos que existe um operador privado que já manifestou interesse em assegurar o serviço sem qualquer contrapartida pública. Sendo assim, e já que o Governo até faz desafios a companhias low cost para voar (não sabia que o Governo agora fazia desafios a companhias), …

Deputado André Bradford *(PS):* Acha mal?

O Orador: Qualquer companhia voa, desde que lhe paguem, como acontece atualmente!

…sendo assim porque motivo não está o interessado operador a efetuar o transporte de carga? Como se explica isso aos açorianos que não recebem as suas encomendas? Como se explica isso aos nossos empresários, aos nossos agricultores e aos nossos pescadores que não conseguem receber nem expedir atempadamente os seus produtos, particularmente na *gateway* da Terceira onde aumentou brutalmente o preço por kilo. Como explica isso, Sra. Secretária? Já agora para resolver também esta situação, um contributo para isto, como vai resolver e quando vai resolver o Governo a questão do terminal de carga área do aeroporto das lajes, sra. Secretária Regional?

Exma. Senhora Presidente, Senhoras e senhores deputados, Senhoras e senhores membros do governo,

O que sabemos, e o que importa para todos os açorianos, é que a Região precisa de um novo paradigma de políticas públicas que garantam parâmetros de exigência decorrentes de uma boa administração, quanto ao rigor na gestão, à qualidade dos serviços prestados, à eficácia na organização, à transparência nos procedimentos e à eficiência e responsabilidade na utilização e aplicação dos recursos públicos regionais.

E isso, este governo PS, ainda não demonstrou que é capaz.

Por isso Sra. Secretária, ficou aqui uma interpelação, uma verdadeira interpelação com perguntas, que espero que a senhora me esclareça com respostas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O tema 'Transportes e Acessibilidades' será sempre um tema de debate aliciante e apelativo.

Aliás, os transportes e as acessibilidades, numa região insular e arquipelágica como a nossa, são e serão sempre uma área exigente, onde o trabalho, que nunca termina, é árduo, complexo e onde as exigências aumentam, e bem, a cada dia que passa.

O Governo dos Açores assume, sem hesitação, o papel que lhe cabe, nesta como noutras matérias, e trabalha, em conjunto com todos os intervenientes, para que os transportes e as acessibilidades correspondam, cada vez mais, às expetativas dos Açorianos nas mais variadas vertentes.

Os resultados desse trabalho estão espelhados nos mais diversos indicadores conhecidos.

Veja-se o caso do modelo de transporte aéreo, em vigor desde 2015, e o impacto que este teve na economia regional.

Desde logo, convém lembrar que realizámos a maior reforma de sempre ao nível das acessibilidades aéreas, através de um modelo de transporte que conjugou a liberalização do acesso ao mercado de serviços aéreos regulares entre o continente português e as 'gateways' de Ponta Delgada e da Terceira, com as obrigações de serviço público nas restantes 'gateways' (Santa Maria, Horta e Pico).

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isto é inadmissível!

A Oradora: Um modelo complementado por uma política de auxílio social à mobilidade, traduzida na atribuição de um subsídio social de mobilidade aos passageiros residentes e estudantes, independentemente da 'gateway' ou companhia aérea utilizadas para viajar.

Além disso, foi possível manter o encaminhamento de passageiros, respeitante às viagens com origem e destino às ilhas sem 'gateway', mas agora com uma vantagem: os passageiros podem escolher livremente a 'gateway' mais adequada às suas necessidades, o que faz dos Açores um aeroporto único.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Isso é a história da Carochinha!

A Oradora: Através deste modelo criaram-se condições para a entrada de novos operadores no mercado, significando isso um incremento da oferta e uma redução do custo da acessibilidade, o que permitiu fomentar o desenvolvimento económico e social da Região, através da captação de maiores fluxos turísticos e não só.

Ainda em 2015, foram também introduzidas alterações importantes nas Obrigações de Serviço Público do transporte aéreo interilhas, e que se traduziram na maior redução de sempre no preço das passagens interilhas, com uma redução média de 20%, no estabelecimento de um custo máximo para o bilhete de 120 euros, com preços intermédios de 90 e 100 euros e ainda de 60 euros entre as Flores e o Corvo.

Além disso, passou-se a garantir a possibilidade de, sempre que existam voos para determinada ilha, essa ilha poder ter, pelo menos, uma ligação de e para o exterior da Região.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E a entrada?

A Oradora: Os resultados deste novo modelo são bem visíveis na economia e desenvolvimento regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em 2017, desembarcaram nos aeroportos dos Açores mais 655 mil passageiros, ou seja, mais 72% do que os passageiros desembarcados em 2014, ano anterior à entrada em vigor do novo modelo de acessibilidades, onde se registou um total de passageiros desembarcados de cerca de 908 mil.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não perguntei isso!

A Oradora: Já este ano e no acumulado dos meses de janeiro a março, mantém-se a tendência de crescimento, com mais cerca de 17,3 mil passageiros (6,7%) do que no mesmo período de 2017.

O impacto desta realidade, por exemplo, no setor do turismo, é de todos conhecido e é por demais evidente.

Recordo que os dados sobre o mercado de trabalho no ano de 2017 refletem uma evolução favorável, face ao ano de 2014, tendo a taxa de emprego passado de 57% para 63,1%, enquanto a taxa desemprego passou de 16,3% para 9%.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Perguntei-lhe isso?

A Oradora: Para o crescimento do emprego nos Açores está a contribuir o setor terciário (comércio e serviços), com uma taxa média de crescimento de 10,4%, passando a representar 74% da população empregada, quando em 2014 representava 72%.

De acordo com as contas finais do INE, publicadas em dezembro de 2017, a taxa de crescimento real da economia nos Açores em 2015 foi revista em alta, passando de 1,7% para 3%, sendo a média nacional de 1,8%.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não lhe perguntei isso!

A Oradora: Quanto ao PIB dos Açores, os dados estimados para 2016 apontam para uma taxa real de crescimento de 1,6%, crescimento este superior à média nacional, estimada em 1,5%.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sr. Secretária, transportes!

A Oradora: Há quem teime em não querer ver.

Haverá sempre. É sempre assim.

Mas o facto é que a entrada de novos operadores no mercado do transporte aéreo de e para os Açores gerou um incremento da oferta, uma redução no custo da acessibilidade, o aumento da mobilidade, quer de residentes, quer de turistas, esbateu a sazonalidade e, consequentemente, gerou um aumento da confiança e otimismo entre a generalidade dos agentes económicos.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Quem diria! Grande passo!

A Oradora: É que nunca se viajou tanto de e para os Açores. E nunca se viajou tanto interilhas.

É essa a realidade.

Fruto destas mudanças, a economia regional está diferente, para melhor.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Oradora: A evolução nas acessibilidades nos Açores não se fica pelo transporte aéreo.

Também no transporte marítimo de passageiros e viaturas foram efetuadas profundas mudanças que alteraram, de forma muito positiva, este setor.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Muito!!!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Mudou imenso! Muito bem!

A Oradora: Na operação sazonal da Atlânticoline passou-se de cerca de 68.500 passageiros transportados em 2013, para mais de 77.600 em 2017, o que representa uma variação de 13,3%.

Já na operação regular, antes da entrada ao serviço dos novos ferries, ou seja, em 2013, foram transportados 394.900 passageiros.

No ano passado esse número ascendeu a 508.400, contas redondas, o que representa um aumento de 28,7%.

No total, juntando as duas operações (sazonal e regular) a Atlânticoline transportou 586.110 passageiros em 2017, quando em 2013 tinha transportado 463.441, aumentando em 26,5% os passageiros transportados.

É certo que, no início do ano, deu-se o infortúnio que todos temos bem presente, do encalhe do 'Mestre Simão'.

Partimos de imediato para a procura de soluções. E estamos a trabalhar para, o mais brevemente possível, conseguir substituir o 'Mestre Simão' por um novo navio que permita transportar a mesma capacidade de passageiros, aumentando,

no entanto, a capacidade de transporte de viaturas para 15, algumas das quais até 5,5 toneladas.

Também no campo das infraestruturas portuárias, o trabalho não para: temos atualmente em curso investimentos que totalizam cerca de 52 milhões de euros.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isto é inadmissível!

A Oradora: Falo do reforço do manto de proteção do molhe principal do Porto de Ponta Delgada, do prolongamento do molhe–cais do Porto de Velas e aumento do terrapleno deste mesmo porto, da construção da rampa RO-RO do Porto da Calheta, da instalação de cabeços de amarração de 800 KN no Cais Comercial do Porto de São Roque e no antigo Cais de Passageiros do Porto da Madalena, da reparação dos danos causados pelo temporal de 27/28 de fevereiro de 2017 no molhe-cais do Porto da Madalena, no Pico, da requalificação do Porto das Poças e ainda do prolongamento do molhe-cais e alargamento da plataforma do Porto da Casa.

Ainda este ano, serão lançados outros investimentos, como o reperfilamento do Cais -10m, repavimentação do terrapleno portuário, beneficiação das redes técnicas e dragagem da bacia portuária do Porto de Ponta Delgada, a requalificação do Porto Comercial da Horta, a construção da rampa para navios ro-ro …

Deputado Marco Costa *(PSD):* Isto é a versão da CROP não executada!

A Oradora: … e ferry do Porto de Pipas ou a reparação dos danos causados pelos temporais de 25/26 de fevereiro de 2018 na cabeça do molhe poente do Núcleo de Recreio Náutico do Porto das Lajes das Flores.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isto é inadmissível! A senhora ainda não respondeu a nenhuma questão!

A Oradora: Também as infraestruturas aeroportuárias tem sido alvo de um investimento continuado.

Referindo apenas os últimos anos, relembro que, no período de 2005 a 2015, foram investidos cerca de 42 milhões de euros nos aeródromos regionais, a que deve somar-se o investimento de 29 milhões de euros na nova Aerogare Civil das Lajes.

Antes mesmo deste período, o investimento incidiu sobre a ampliação de pistas e construção de aerogares, entre outros.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sra. Presidente, um protesto!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quer isto dizer que nos damos por satisfeitos?

Não, não damos.

Está tudo feito?

Não, não está.

Muito mais há a fazer.

Deputado Marco Costa *(PSD):* E a circular da Madalena não?

A Oradora: Para desenvolver, para melhorar, para fazer crescer as nossas nove ilhas.

Por vezes, sofremos contrariedades, ocorrem imprevistos que fazem com que aquilo que está planeado não seja executado da forma prevista ou no tempo estimado.

Faz parte do processo de desenvolvimento.

Mas podem ter a certeza de que este Governo não vacila perante as contrariedades, perante os imprevistos.

E os Açorianos sabem que podem contar connosco."

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É vergonhoso o que se passou agora aqui dentro! A senhora ainda não respondeu a nenhuma questão! Isto vai ter que se acabar aqui dentro!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Calma, o debate ainda não acabou!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa já tem uma inscrição.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

(*) Deputado António Vasco Viveiros *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por recordar à Sra. Secretária Regional aquilo que foram as nossas expetativas expressas aquando da sua primeira participação neste Parlamento.

Dissemos, então, que esperávamos que o exercício das suas funções, ao contrário do que aconteceu com os seus antecessores, em especial com o antigo Secretário Regional da Economia e atual Presidente do Governo, fosse marcado pelo realismo, pela coragem e sobretudo por uma visão clara para o setor dos transportes na Região.

Passados estes 9 meses, infelizmente, pelo que temos assistido a esperança de qualquer mudança quase já se esgotou.

Continuamos sem políticas consistentes para os transportes, continuamos a ter um Governo que simplesmente reage aos acontecimentos, sem qualquer iniciativa relevante, e mais grave, empurrando os problemas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Numa Região com as nossas características não deveria existir qualquer margem de erro nas opções estratégicas de políticas públicas para os transportes, mas é exatamente o contrário o que tem acontecido nestes últimos 20 anos, com especial relevo na última década.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Ou seja, não acertam uma!

O Orador: Os erros sucedem-se, com consequências sempre graves para a nossa economia, para a mobilidade dos açorianos e de quem nos visita.

Convém recordar o que foi a última década em matéria de erros, nas políticas públicas de transportes e de promessas não cumpridas.

Durante quase dez anos, o Governo adiou a liberalização do espaço aéreo, defendendo obrigações de serviço público, que manifestamente protegiam a SATA e afastavam qualquer concorrência, prejudicando profundamente a nossa economia e o setor do turismo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: … e nem protegeu a SATA, porque quando começou a má gestão, entre 2008 e 2016, a empresa acumulou prejuízos superiores a150 milhões de euros encontrando-se agora em falência técnica;

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Bem lembrado!

Deputado Carlos Silva *(PS):* E o hospital de Ponta Delgada?

O Orador: A renovação da frota da SATA Air Açores, foi um erro lamentável, estamos e continuaremos a pagar;

A opção pelos Q 400 foi desastrosa, quer como opção técnica, quer como opção económica. Muitos foram os avisos, mas a teimosia inexplicavelmente reinou;

A opção pelo Airbus 330, foi outro fracasso que o próprio Conselho de Administração, pouco depois reconheceu, cancelando a encomenda da segunda unidade;

As sucessivas alterações na composição do Conselho de Administração da SATA e a absoluta falta de competência de muitos dos seus titulares;

A opção por voos deficitários para a Europa, com o falso fundamento de que estavam a ajudar o turismo, mas na realidade ajudavam apenas alguns operadores;

A alienação do capital da SATA Azores Airlines, tardia, quando o valor da empresa já é em muito negativo;

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Bem lembrado!

O Orador: O Governo está muito conformado e demonstra a absoluta inércia com o atual modelo de transporte marítimo de mercadorias que é ineficiente, que está condicionado pela estratégia cartelista de exportadores, com prejuízo para a economia e a competitividade das empresas regionais; …

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: O modelo de transporte marítimo de passageiros sem consistência, com opção de compra de navios sem a necessária fundamentação técnica, eram dois navios, mas afinal um chega;

Realização de obras tecnicamente desastrosas em portos, por exemplo, como o da Horta e o da Madalena do Pico;

Promessas não cumpridas de construção do Porto das Pipas, do terminal de cargas do aeroporto das Lajes, do Cais de Cruzeiros da Ilha da Terceira e do cais de passageiros de S. Roque do Pico;

Falta generalizada de equipamentos nos portos, por ausência de disponibilidade financeira;

Demasiadas promessas e anúncios quanto ao porto da Praia da Vitória, mas sem quaisquer resultados;

A ausência de estratégia de visão e de planeamento para o porto de Ponta Delgada, designadamente quanto à necessidade de avaliar com profundidade, a opção de um segundo molhe em Santa Clara, afastando da cidade os graneleiros e os petroleiros;

O transporte de carga com um serviço adequado às necessidades dentro e para fora da Região, transporte de carga aérea, continua a ser uma miragem.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As consequências dos erros de política e das promessas não cumpridas pelos sucessivos governos tem um custo elevado, o qual tem sido exclusivamente suportado pelos açorianos e pelo seu tecido empresarial.

O Orçamento da Região contempla anualmente cerca de 150 milhões de euros para o setor dos transportes.

O passivo das empresas do setor público de transportes, apresenta valores inaceitáveis no final de 2016: a SATA com mais 250 milhões de euros; a Portos dos Açores com mais de 100 milhões de euros e a Atlânticoline com mais de 11 milhões de euros.

Deputado António Almeida *(PSD):* Isso não é nada!

O Orador: No seu conjunto entre 2015 e 2016 cresceram 20 milhões de euros.

Apesar dos recursos afetos ao setor, dos passivos acumulados, que serviço de transportes têm os açorianos e as suas empresas?

São justas as críticas que diariamente surgem em várias áreas em matérias de acessibilidades? É evidente que sim.

As deficientes acessibilidades continuam a ser um fator condicionador da vida dos açorianos e das suas empresas, são a causa da falta de competitividade de muitos setores económicos, são a causa da falta de um verdadeiro mercado interno.

Têm os açorianos e as empresas razões de satisfação com as ligações aéreas interilhas, quanto à disponibilidade e preço, quando pagam muitas vezes mais do que quando se deslocam ao continente? Entendemos que não.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Custa, mas têm que ouvir!

O Orador: Têm os açorianos e as empresas razões de satisfação com o sistema de transporte marítimo de mercadorias, quer quanto à resposta, quer quanto aos

preços, anormalmente elevados, quando comparados com outros mercados? Entendemos que não.

Têm os açorianos e as empresas razões de satisfação com o sistema de transporte de carga aérea dentro dos Açores e com o exterior? Entendemos que não.

Têm os açorianos e as empresas razões de satisfação com muitas das infraestruturas portuárias e aeroportuárias, incapazes de dar resposta às suas necessidades? Entendemos que não.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Muito bem!

O Orador: A Região pelas suas características geográficas, necessita e merece outra política de transportes e não pode tolerar erros como atá agora, nem pode adiar a procura de soluções que se afiguram urgentes.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sou Deputado desde 2008, já é algum tempo …

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Há quem diga que é mais!

O Orador: … e desde 2008, o Sr. Deputado Artur Lima, a Sra. Deputada Zuraida Soares, com alguns Deputados do PSD, neste Parlamento o tema que mais vezes foi trazido e foi discutido, talvez tenha sido o dos transportes.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* E é normal!

O Orador: E é normal, diz e bem a Sra. Deputada.

Vivemos em nove ilhas e o principal meio de transporte disponível é o avião e é, portanto, normal, justo e aceitável que neste Parlamento sucessivamente se discuta a questão dos transportes aéreos, sobretudo e os transportes marítimos, aliás até se vê que poucas vezes se discute os terrestres.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Permita a correção, não é desde 2006!

O Orador: Sr. Deputado, ouviu-o com tanta atenção, peço que ouça a minha, com a mesma atenção que eu ouvi a sua intervenção.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É só uma correçãozinha, estou cá desde 2006, não 2008!

O Orador: O tempo que cá estive permitiu-me ter memória na discussão e saber o que é que discutimos, o que é que apresentamos e qual foi a evolução com o passar dos tempos.

Começou bem o Sr. Deputado Artur Lima por dizer na sua intervenção, há quatro anos, há quatro anos o que é que acontecia na Região Autónoma dos Açores? Qual era a situação efetiva da economia e da economia relacionada com os transportes?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Era bom!

O Orador: Qual era a situação dos residentes que necessitavam de ter transporte e esse facto é necessariamente indesmentível, é que há quatro anos nós tínhamos um setor turístico que estava à beira da falência.

Discutia então o Sr. Deputado Jorge Macedo, o Sr. Deputado Artur Lima e acredito que também o Sr. Deputado do PPM, que as políticas que estavam a ser implementadas pelo Governo dos Açores, eram manifestamente insuficientes…

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Mas quem é que governava há quatro anos? E há 8 anos!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Transportes e acessibilidades!

O Orador: … não funcionavam e que o setor turístico estaria, a prazo, inevitavelmente condenado à falência.

(Apartes dos Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputado …
Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!
O Orador: Diziam também que a frota que a SATA tinha, quer ao nível interilhas, quer ao nível …

(Apartes inaudíveis do Deputado Artur Lima)

Oh, Sr. Deputado, nós não estamos num recreio, por favor!
Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não, o senhor é que está no recreio! Transportes!
Deputado André Bradford *(PS):* Está falando da frota, Sr. Deputado! Quer mais transportes do que isto? O senhor já nem está a ouvir!
Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* A gente estamos a falar de política e de economia!
Presidente: Sras. e Srs. Deputados …
O Orador: Sr. Deputado, eu falo aqui do que eu quiser e bem me apetecer porque este é o tempo do PS, portanto vou continuar a minha intervenção e o senhor faz favor de se calar, porque eu acho que nessa matéria o senhor deve ter respeito pelo PS.
Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: Dizia o senhor então: "Temos uma frota interilhas, completamente ociosa, temos aviões a mais, temos turistas a menos, os residentes são transportados a preços altíssimos!"
Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: O que é que acontece hoje? Temos aviões cheios! Temos turistas a irem para todas as ilhas e temos os residentes a viajar por um preço muito mais barato!
Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é mentira!
O Orador: Isto é uma obra que o PS se orgulha de ter realizado.
Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é mentira! O senhor é mentiroso!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: Há, portanto, um antes e um depois. Há, portanto, um passado e um presente.
Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é mentida!
O Orador: O passado há quatro anos era manifestamente pior que o presente que temos!
Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Pode fazer o protesto que quiser!

O Orador: Nós hoje temos um setor dos transportes que transporta quase o dobro dos passageiros!

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Quase o dobro, em quatro anos!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É mentira!

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Mas isso tem a ver com a liberalização do espaço aéreo?

O Orador: Como é que alguém racionalmente poderá chegar a esta câmara e dizer: "Nós tínhamos 900 mil dormidas, hoje temos quase dois milhões!".

Deputado André Bradford *(PS):* Está tudo dito!

O Orador: Há maior prova de que em quatro anos fizemos um percurso de crescimento?

Mas com isso não quero dizer, nem venho aqui dizer que ao nível do setor dos transportes há matérias que não possam ser melhoradas e que não há problemas!

Mas há algo que qualquer pessoa nesta câmara, qualquer Deputado, qualquer jornalista, qualquer pessoa que seja idónea e com vontade analisar os factos, possa questionar de que os problemas que temos hoje surgem apenas devido à evolução positiva que tivemos nos últimos quatro anos.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Esse é um motivo. Se hoje há residentes que têm dificuldade em circular pelas suas próprias ilhas, não é porque haja menos aviões! Não é porque esses aviões avariam mais vezes, é porque há mais passageiros a viajar, há mais turistas a viajar!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Viva o Passos Coelho!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é falso!

O Orador: Se é verdade que há residentes que hoje não conseguem chegar com tanta facilidade ao continente, …

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Às suas consultas médicas!

O Orador: … isso tem um motivo. É porque há mais residentes a viajar para o continente!

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Isso é uma matéria que nós nos orgulhamos!

Se é verdade que hoje se questiona a SATA pelo facto de ter cancelado uma rota entre a Terceira e o Porto, nenhum dos senhores poderá desmentir nesta câmara que há quatro anos quando tivemos essa discussão, essa operação para o Porto era sazonal e não tinha mais do que uma empresa a concorrer.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Eu desminto!

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Com os senhores não precisa haver oposição nesta Casa!

O Orador: Portanto, nós hoje temos muito mais do que tínhamos há quatro anos!

Se é verdade que hoje as Sras. e os Srs. Deputados, querem mais voos para o continente nas suas ilhas, também é verdade que há quatro anos, tínhamos só uma companhia a voar para S. Miguel e tínhamos a TAP e a SATA a voar para outras ilhas com *gateway.*

Mas a verdade é que hoje temos mais, temos a Ryanair a voar para a Ilha de S. Miguel, temos a Ryanair a voar para a Ilha Terceira e temos hoje mais voos, inclusive aqui no Faial, …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é uma alegria!

O Orador: … fornecidos pela SATA, que teve que cá vir acudir a ilha quando a TAP os abandonou, temos hoje mais voos do que tínhamos no passado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: Dirão os Srs. Deputados: é insuficiente! Tínhamos que ter mais! Tínhamos que ter melhor serviço!

Srs. Deputados, sejamos racionais, ninguém mais do que a SATA, ninguém mais do que o PS, têm vontade de dar mais às ilhas, de dar mais aos açorianos. O facto é que só fazemos aquilo que conseguimos fazer!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: Portanto, se alguém acha que o PS ou o Governo vêm para este debate de cabeça baixa, olhando para o chão, com vergonha da sua história.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Vem é sem vergonha!

O Orador: Não, Sras. e Srs. Deputados! Nós temos orgulho do que fizemos nos últimos quatro anos!

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Isso está demonstrado nos resultados, no facto de hoje termos uma Região que está na moda, de termos outras companhias aéreas, inclusive americanas, que querem vir para os Açores.

Obviamente que dizem: temos que ter um interline para que esses fluxos turísticos sejam distribuídos por todas as ilhas! Ninguém mais do que nós, quer isso! Acham que o Governo do PS não quer anunciar que tem voos para todas as ilhas?!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É falso!

O Orador: Agora, Sras. e Srs. Deputados, nós não vivemos sozinhos no mundo!

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Exatamente, mas julgam que estão!

O Orador: Para poder dançar o tango são precisos dois!

A SATA não pode obrigar a Delta a fazer um interline!

Mas o que é que fez? Fez o seu papel, propôs, negociou e estão em curso as negociações.

Portanto, nós chegamos aqui de cabeça erguida, sabendo que o que foi feito nos últimos anos nos transportes foi feito com o sentido de melhorar. Os resultados que temos foram positivos.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É falso!

O Orador: Há matérias a melhorar, a gestão da SATA tem que ser melhorada …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É falso!

O Orador: … temos que ter um parceiro estratégico que dê capacidade à SATA para competir com a TAP, para competir com a Ryanair. Nós estamos a falar de uma empresa de 7 aviões, que compete com uma empresa de 400 aviões, que compete com uma empresa com mais de 100 aviões, que vai competir com uma empresa que tem dois mil aviões que vêm dos Estados Unidos, nós temos 6 ou 7 aviões!

Deputado Luís Rendeiro *(CDS-PP):* E a manutenção da SATA no Brasil, isso é boa gestão também?!

O Orador: Precisamos de capacidade e de know how para crescer!

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: É isso que nós propomo-nos apresentar a esta câmara. É este o projeto que temos também nesta área para os Açores.

Por isso Sras. e Srs. Deputados, reafirmo: Se há matéria que nós nos orgulhamos é do nosso passado, é dos últimos 4 anos.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* E os outros? E os 18?

O Orador: Fizemos tudo bem? Provavelmente não! Humildemente dizemos que é possível que existam matérias que não tenham corrido da forma que nós

gostaríamos, mas a verdade é que os resultados que temos hoje são manifestamente superiores àqueles que tínhamos há 4 anos e o que temos hoje e aquilo que se perspetiva para o futuro é manifestamente positivo e manifestamente melhor do que tínhamos no passado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero que é lamentável esta estratégia por parte do Governo Regional de transformar uma interpelação parlamentar, numa comunicação do Governo.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Muito bem!

O Orador: O Governo Regional tem oportunidade, cada vez que quiser, de utilizar essa figura regimental e fazer uma comunicação.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Agora o que ninguém compreende e o que não se vê em Parlamento nenhum do mundo, repito em nenhum Parlamento do mundo, é um Grupo Parlamentar colocar questões objetivas, um grande conjunto de questões ao Governo Regional e o Governo regional responde com um discurso, em que não responde a uma única questão que lhe foi dirigida. Eu considero este comportamento inaceitável!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Evidentemente que o Governo tem regras, tem regras regimentais que deve cumprir.

Numa interpelação deve responder às questões que lhe são colocadas e não vir com um discurso previamente realizado, em que não responde a nenhuma das questões que lhe foram dirigidas. É uma falta de respeito, é uma falta de ética e é uma falta de capacidade para se deixar fiscalizar como é o seu dever institucional, como é o seu dever estatutário.

Portanto, em relação a este comportamento é um comportamento reiterado.

Quero aqui por parte do PPM deixar aqui esta minha condenação veemente e este protesto veemente, em relação à forma como o Governo se comporta ao não responder às questões que lhe são colocadas, que lhe foram colocadas e que foram muitas.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem! Apoiado!

O Orador: A segunda questão que eu quero referenciar é o seguinte: é impressionante verificar como o Governo Regional e a bancada do PS se comportam nesta matéria.

É impressionante que o porta voz destas novas políticas, seja o Deputado Francisco César, que era o mesmo Deputado que defendeu aqui um monopólio, defendeu aqui acerrimamente um monopólio da SATA, no espaço aéreo dos Açores.

Deputado Francisco César *(PS):* O senhor sabe que não é verdade!

O Orador: É o mesmo que veio aqui dizer que está aqui desde 2008 e que tem memória. Tem memória! Deve ter uma memória seletiva, apaga tudo o que não lhe convém e o Sr. Deputado foi o que aqui acerrimamente defendeu o monopólio e a manutenção do monopólio da SATA.

O senhor foi um dos principais instigadores da não resolução desta questão e desta solução que agora foi implementada.

Foi contra a sua vontade, foi contra a sua análise, foi contra a sua opinião, Sr. Deputado. Já que fala de memória, é para refrescar a memória que lhe dirijo estas palavras.

Devo dizer-lhe também que é impressionante que o Sr. Deputado venha aqui falar do parceiro estratégico.

Digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado, o Sr. Deputado nesta matéria parece que está em cima de uma gelatina, de uma gelatina ideológica, vamos ver para não se ofender, porque o Sr. Deputado defende na mesma intervenção a mesma coisa e o seu contrário, Sr. Deputado!

O Sr. Deputado foi sempre contra a criação de parceiros ideológicos até porque é um Deputado do PS, portanto aqui o que o Sr. Deputado fez foi sempre um discurso contra qualquer tipo de privatização da SATA!

O senhor fez estas declarações e agora vem aqui dizer que isto é fundamental. Depois diz assim: "Bom, orgulho-me muito dos últimos quatro anos!". Então, mas são 22! O PS governa há 22 anos! Eu não percebo essa lógica dos quatro anos, porque nesta Legislatura vamos com um ano e meio, o Presidente do Governo Regional atual governa há 5 anos e meio, esta lógica dos quatro anos, orgulha-se muito dos quatro anos! E o resto? E o resto dos anos, em que o PS, que já são 22, governa? O senhor já não se orgulha? É porque se se orgulha dos quatro, já não se orgulha dos outros! Portanto, aqui nesta matéria, Sr. Deputado, eu penso que também é bom refrescar-lhe a memória, são 22 anos, Sr. Deputado!

Depois, é fundamental dizer o seguinte: foram aqui colocadas as questões que eu quero reiterar que é em relação às questões internas aqui, em relação aos voos do Faial, foram colocadas estas questões, a Sra. Secretária não respondeu.

Foram colocadas questões em relação à descoordenação que é evidente, entre os voos internos e os voos para o exterior, em que há aqui uma descoordenação,

não se aproveitam sinergias existentes, não se aproveitam as capacidades, a Sra. Secretária não respondeu, eu gostava que respondesse a esta questão.

Também gostava que respondesse às questões que lhe foram colocadas e foram muitas para as diversas questões, nomeadamente em relação ao transporte da carga.

Também gostava que a Sra. Secretária respondesse aqui, já que o Governo não responde em nenhum outro sítio, esconde esta informação, em relação ao processo de alienação destes 49% da SATA Internacional.

É esta questão que a senhora deve responder e não respondeu também. Não respondeu aqui e não tem respondido em nenhum local e esta operação está a ser conduzida sem qualquer tipo de fiscalização e os senhores não se deixam fiscalizar nem pelo Parlamento dos Açores!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: A Sra. Secretária deve responder a esta questão e eu não posso aceitar que não o faça.

Portanto em relação ao processo de privatização, aos interessados, como é que está a decorrer este negócio, quero que a Sra. Secretária transmita toda a informação que possui sobre esta matéria, porque o que já verificámos é que em declarações proferidas pelo Governo, há pelo menos a omissão em relação a aspetos essenciais desta operação.

Bom, por agora, tenho ainda um conjunto de questões para lhe colocar, mas penso que todas estas que já lhe foram colocadas, a Sra. Secretária, o Governo tem a obrigação de responder a estas questões.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, pediu a palavra para.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** *(Berto Messias):* Para um protesto.

Presidente: Um protesto a?

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** *(Berto Messias):* Porque o Sr. Deputado do PPM acusou o Governo de falta de respeito e de falta de ética pelo Parlamento.

Presidente: Tem a palavra.

Dispõe de 3 minutos.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** *(Berto Messias):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Apenas um protesto para clarificar o seguinte, porque uma coisa dita muitas vezes não passa a ser verdade.

O Governo está aqui, naturalmente, para cumprir escrupulosamente e de forma irrepreensível o Regimento.

A Sra. Secretária foi à tribuna, onde falou durante sete minutos …

Deputado Paulo Parecer *(PSD):* E não respondeu a nada daquilo que se perguntou!

O Orador: … durante sete minutos, falando sobre o tema em discussão e até respondendo a algumas das questões que lhe foram colocadas pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso! Isso não é verdade!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Quais?

O Orador: Depois da intervenção na tribuna, o Governo ainda tem 25 minutos para naturalmente responder a todas as questões colocadas por todos os partidos, porque uma mentira dita muitas vezes não passa a ser verdade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estevão para um contraprotesto dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos os que acompanham trabalhos parlamentares em qualquer parlamento democrático do mundo, verificam que quando lhe são colocadas questões, o Governo responde.

Não há aqui nenhuma resposta deferida, é daqui a meia hora ou daqui a duas horas ou três horas.

Há uma pergunta que é colocada, há uma intervenção e essa intervenção deve responder às questões que lhe foram colocadas.

É completamente falso que a Sra. Secretária tenha respondido às questões que lhe foram colocadas. É completamente falso!

Em segundo lugar, não é uma prática aceitável. O que eu disse aqui é que por parte do Governo Regional, de forma sistemática o Governo Regional realiza uma intervenção após a primeira intervenção inicial, no âmbito das interpelações, e nessa intervenção que está previamente escrita, portanto não sabe as perguntas que lhe vão ser colocadas, faz uma intervenção em que não responde às questões e esta questão não é uma questão correta do ponto de vista regimental, não é uma questão correta do ponto de vista ético e não é uma questão correta do ponto de vista do debate democrático. São lhe colocadas questões, deve responder às questões.

Eu coloquei um conjunto de questões à Sra. Secretária, a Sra. Secretária deve responder às questões. É assim que deve decorrer um debate.

Eu penso que esta questão é uma questão bastante evidente aos olhos de todos.

O Governo deve responder às questões que lhe são colocadas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No caso dos transportes marítimos e a importância que estes assumem nomeadamente no grupo central e dado o infortúnio que ocorreu com o navio

Mestre Simão, foi anunciado pelo Governo a suspensão da linha lilás, solução esta que no entender do CDS coloca em causa o trabalho de vários anos e sem dúvida que será prejudicial para a dinâmica económica, turística e social existente entre a Calheta e Angra do Heroísmo.

Como tal, existem aqui uma série de questões que é necessário responder e começo por perguntar-lhe, Sra. Secretária, efetivamente quanto à solução da suspensão da linha lilás, se foi esta a única opção em cima da mesa?

Também, quanto às rampas ro-ro, queria perguntar-lhe de que é que servirá uma rampa ro-ro na Calheta, se não temos nada à vista em Angra do Heroísmo?

O CDS ainda se encontra a aguardar a resposta ao requerimento feito em janeiro, relativamente ao projeto da rampa ro-ro em Angra.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Também, face a esta situação, foi transmitido que estavam a avaliar a possibilidade do catamaran Expresso do Triângulo voltar a navegar, estavam a aguardar pareceres.

Queria perguntar-lhe se já tem esses pareceres, se já foi feita essa avaliação?

Para finalizar, é do conhecimento público que a Atlânticoline recebeu 9,2 milhões de euros pela total perda do navio e que a seguradora efetivamente até já pagou esse valor, o que vamos imaginar, simular, que a 1% dá praticamente um milhão de euros por ano, o que é que o Governo Regional vai fazer com esse valor?

A verdade é que estamos condicionados com este incidente do Mestre Simão, mas não será por isso que vamos perder o foco do que é que se pretende efetivamente em relação aos transportes marítimos? O que é que foi o compromisso do Governo Regional, nomeadamente no que se refere à rampa ro-ro de Angra do Heroísmo e o que se refere a um barco estacionado no porto das Velas, para fazer a ponte marítima entre Velas e S. Roque do Pico?

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional, tem agora a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

O facto de eu ter optado por fazer uma intervenção inicial, relembrando a esta Casa que nem tudo são os males que aqui apregoam, não invalida que estivesse disponível para responder à interpelação, é para isso que aqui estou, e não é por os Srs. Deputados gritarem mais ou menos que eu devo responder, que eu deixarei de fazê-lo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Estou aqui para responder, tentarei até à exaustão prestar a informação sobre os temas que me foram colocados, conforme é meu dever, a todas e quaisquer questões.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Tentarei começar então pelas questões colocadas pelo Sr. Deputado Artur Lima e se falhar alguma voltarei ao tema certamente.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sra. Secretária!

A Oradora: Em relação ao RISE da Horta, Sr. Deputado, já estão publicados em AIP (Aeronautical Information Publication) e já podem ser realizados.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não podem!

A Oradora: No que se refere às taxas de ocupação dos voos da SATA, já foi por demais respondido a esta Casa, que a SATA não poderá divulgar os dados relativos a rotas liberalizadas …

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Mas o Sr. Presidente da SATA pode usar nos debates televisivos!

A Oradora: Pode deixar-me falar?

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Posso! Mas os apartes são regimentais!

A Oradora: Obrigado.

… por considerar informação sensível em termos comerciais.

O Sr. Deputado referiu também, com alguma preocupação, a questão das reparações e despesas realizadas com reparações dos motores das aeronaves da SATA.

Ora bem, as despesas com revisão e recuperação de motores são normais. Eu não consigo dizer-lhe mais em relação a esse aspeto. É normal que os motores vão à revisão, é normal que sejam reparados, é normal que hajam avarias, portanto não consigo adiantar-lhe mais a esse respeito, sem prejuízo de podermos voltar ao tema.

No que se refere ao transporte de macas e incubadoras e à sua pergunta em relação ao que é que o Governo vai fazer nesta matéria, posso assegurar-lhe que a SATA continuará a transportá-las, nos termos em que tem vindo a transportá-las.

Terminal de carga das Lajes.

Conforme já tive oportunidade de falar e de informar o Parlamento, esta empreitada aguardava e aguarda o processo de desafetação dos terrenos para construção desse terminal.

Esse processo tem tido desenvolvimentos recentes e é perspetiva do Governo Regional, que a obra possa ainda iniciar-se este ano, estando inscritos cerca de 2.2 milhões de euros no Plano, para esse efeito.

Voos Faial.

Ora bem, a questão dos voos do Faial já foi por demais debatida e informada e voltarei a informar o Parlamento nesse sentido.

Na sua globalidade a operação da SATA – começava antes por dizer, obviamente, que o planeamento da operação teve em conta aquilo que foi realizado no último verão – no verão IATA de 2018 para a Ilha do Faial,

oferece 243 643 lugares, portanto menos 2%, face ao oferecido na estação homóloga, mas mais 55 167 lugares, dos que os utilizados no ano passado.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Mas isso na época alta?

Deputado André Bradford *(PS):* No verão IATA!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Julho e agosto!

A Oradora: Verão IATA, Sr. Deputado, sim!

Em relação ao concurso de carga de facto desde o final do mês passado foi-me indicado pelo Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas que provavelmente o concurso ficaria novamente deserto, em virtude do único concorrente que se apresentou a concurso, não cumprir novamente com o caderno de encargos.

Independentemente dos cenários futuros, antes de mais o Governo Regional entende que é indispensável assegurar e continuar a assegurar a existência de obrigações de serviço público no transporte da carga aérea, de correio entre o continente e os Açores, pelo que na nossa opinião deverá desencadear-se no mais rápido e no mais curto espaço de tempo possível, …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* 3 anos!

A Oradora: … todas as diligências necessárias para a revisão dessas obrigações, sem prejuízo de também considerarmos, e isto já foi transmitido, que deverá ser encontrada uma solução para que no imediato seja assegurado esse transporte.

É verdade que conforme o Sr. Deputado referiu e tem vindo a público, existe um particular que está interessado na exploração dessa rota. Tenho também conhecimento que essa exploração não é sem o pagamento de uma indeminização, portanto não estamos a falar de mercado livre, mercado concorrencial sem restrições, no sentido correto da palavra.

Portanto qualquer que seja a solução que o Governo da República encontre, o que se quer é que seja célere e que seja encontrado o mais brevemente possível, sendo certo que não prescindimos obviamente da existência de Obrigações do

Serviço Público, entendemos que são essas que asseguram o interesse da Região.

Em relação à alienação de 49% do capital social da Azores Airlines, eu aproveitava para comunicar a esta Casa, que neste momento e após a análise das manifestações de interesse que foram apresentadas, foi tornado público pela SATA que existe um concorrente que cumpriu os requisitos de pré-qualificação e está em condições de passar à fase seguinte do procedimento …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Qual é o concorrente?

A Oradora: … que é a apresentação das propostas vinculativos e esse concorrente é Loftleinder Icelandic.

Este processo, conforme é do conhecimento do Parlamento está a ser conduzido pela Azores Airlines e não pelo Governo, cabendo-nos fiscalizar e superentender o processo em todas as suas vertentes.

Julgo que respondi às suas perguntas, Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas se por acaso tiver falhado alguma voltarei a responder.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras:

Quando me pergunta se foram equacionadas todas as soluções para evitar a suspensão da linha lilás, eu recordo que já respondi na Comissão de Economia sobre este tema, juntamente com o Presidente do Conselho de Administração da Atlânticoline e nessa ocasião foi possível, o próprio Conselho de Administração da Atlânticoline, expor todas as razões exaustivamente, porque não lhe restou outra alternativa se não suspender temporariamente a linha lilás.

Recordo, no entanto, que a linha será retomada na altura das festividades da Calheta e recordo ainda que a linha amarela funcionará na mesma altura, portanto poderá colmatar essa suspensão.

Quanto à reabilitação do Expresso do Oriente, apesar de ainda não haver uma decisão final parece-nos que tudo indicará que será inviável, portanto não poderá colmatar a ausência do Mestre Simão.

Por último em relação ao Pipas, Angra do Heroísmo, posso afirmar que o concurso será lançado até ao final deste ano, havendo que ter em conta e aqui é que reside a incerteza quanto ao tempo, do processo de avaliação do impacto ambiental do projeto.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Costa *(PSD):* Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando neste Parlamento se debate transportes e acessibilidades naturalmente que aquelas ilhas mais periféricas no contexto regional, como é o caso da Ilha Graciosa, têm sempre uma palavra a dizer e um assunto a trazer relativamente a esta matéria.

Eu fico surpreendido porque parece que quase que dava vontade de cumprimentar as Sras. e os Srs. Deputados, pelo início da legislatura.

Ouvindo o Deputado do PS, parece que tudo está a recomeçar de novo, …

Deputado Francisco Coelho *(PS):* De eleição para eleição

O Orador: … voltámos aqui para falar outra vez da questão do que vamos fazer, dos desafios que temos pela frente, se no passado era proteger a Sata das *low cost,* porque senão a SATA podia ser prejudicada, agora é proteger a SATA da concorrência porque só tem seis aviões e os outros têm quatrocentos, portanto com este Governo do PS parece que estamos sempre a começar alguma coisa de novo, parece que a história é um ciclo e vai-se repetindo e assim é com o PS no poder há 22 anos.

Deputado Francisco Coelho *(PS):* É isso mesmo!

O Orador: Mas eu devo recordar que apesar dos senhores estarem no poder há 22 anos, anunciaram-se como um governo novo há cinco…

Deputado André Bradford *(PS):* Somos sempre um Governo novo!

O Orador: … e era um governo novo com um Secretário que passa da economia para Presidente do Governo e que se apresentou com toda a circunstância como aquele que iria criar nos Açores essa coisa que seria fundamental ao desenvolvimento da economia de todas as ilhas, chamava-se mercado interno.

Eu pergunto, passados cinco anos do início deste governo novo, do Secretário da Economia que transitou para Presidente do Governo, se esse mercado interno existe e onde é que ele existe?

No caso da Ilha Graciosa nós continuamos a reclamar, a reivindicar e a fortalecer a ideia de que uma ilha com capacidades produtivas, com boa qualidade de produção, com bons produtores, com jovens produtores, com pessoas com vontade de investir, não pode investir, não pode produzir, não pode avançar porque não tem mercado. Por que é que não tem mercado? Porque Vs. Exas. ignoram continuamente a necessidade de existência de ligações em condições marítimas e aéreas para poder circular os produtos da Ilha Graciosa, para a Terceira, para o Faial, para S. Jorge, para o Pico e quem sabe um dia, sabe-se lá, se não será possível vender produtos da Graciosa na Ilha de S. Miguel, …

Deputado Carlos Silva *(PS):* Já se vende!

Deputado André Bradford *(PS):* O senhor não se faça de coitadinho!

O Orador: … que para nós graciosenses é bem mais distante, em termos de custos e em termos de transportes, do que Lisboa e do que o continente português e os

senhores apesar das teorias, apesar de virem aqui teorizar sobre o mercado e sobre o mercado interno o que é facto é que não conhecem estas realidades.

Estas realidades apesar de tudo, nós estamos em 2018 e continuamos sem saber Sra. Secretária, quando é que vamos ter um mercado interno que favoreça os produtos das ilhas mais pequenas, como a Ilha Graciosa, que tem capacidade, tem excelência e tem qualidade para poder fornecer aqueles que estão a comprar fora da Região, quando devíamos comprar na Região, quando devíamos comprar produtos regionais e não apenas falar disso mas isso acontecer na realidade.

Mas como esta presença de deputados eleitos por todas as ilhas dos Açores, neste Parlamento, obriga-nos a um dever de representação dos nossos concidadãos, eu não posso deixar de trazer aqui hoje aquele que é o drama, o drama que vivem os graciosenses todos os dias nesta Região, quando se trata de deslocações e esse drama traduz-se em realidades concretas, de pessoas concretas, que nos desafiam a nós Deputados para trazer aqui os problemas que os afligem …

Deputado Ricardo Ramalho *(PS):* Já está resolvido!

O Orador: … e isso está resolvido porque certamente foram pedir-lhe o beija mão.

Deputado Ricardo Ramalho *(PS):* Veja lá!

Deputado André Bradford *(PS):* Isso não é verdade!

O Orador: Veja bem o que é o drama de quem vive na Graciosa.

Eu vou ler, tal e qual foi escrito por uma senhora da Graciosa, ainda ontem: "Caros políticos, em geral aos graciosenses, em particular que tenham atenção ao que se passa na Ilha Graciosa, em relação à SATA, meio de transporte que precisamos para nos deslocarmos para outras ilhas.

Vergonhoso, sermos chamados para embarcar e daí a dez minutos dizerem que o voo foi cancelado e mais grave ainda é além de não fazerem um voo extra, ainda mandam no dia seguinte o avião pequeno, que não tem lugar para os passageiros que ficaram em terra, no caso da minha filha, que precisava ir no

voo da manhã, para ser submetida a uma intervenção cirúrgica, mas como não tem lugar no avião pequeno, ainda dizem que é para alterar a cirurgia. Isto é inadmissível! Estão a gozar com a cara dos graciosenses!".

Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Muito bem!

Deputado Luís Maurício *(PSD):* É uma vergonha!

O Orador: Isto foi ontem!

Já depois disto, uma senhora também comentou que igualmente tinha o marido com necessidade de fazer um tratamento e análises hoje de manhã, um doente oncológico que também não arranja lugar depois de um cancelamento, porque de facto a vida dos graciosenses é esta. Todos os dias! Todas as semanas! Em todas as circunstâncias!

Há gente que sofre, há gente que sofre na Ilha Graciosa, há gente que sofre nas ilhas que têm pouca acessibilidade porque cada vez que têm uma necessidade, têm que ir à beija mão do PS para resolver um problema.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Por que é que o voo cancelou, Sr. Deputado?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Por culpa do pôr do sol!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César:

Tenho memória nesta Casa, não desde 2008, mas desde 2006 …

Deputado Francisco César *(PS):* Mas eu só vim em 2008!

O Orador: Mas o mundo não passou a existir depois do senhor vir para cá, já existia antes.

… sobre os transportes aéreos que eu falo sobre essa matéria e também quando passei por cá em 2003, durante três meses, tive a honra de fazer nesta Casa um Projeto de Resolução que foi aprovado pelo PS para a instalação do ILS em Ponta Delgada, no Pico, das radio ajudas, tive muito gosto em fazer esse Projeto de Resolução que foi bem aprovado e que grandes melhorias trouxe às acessibilidades.

Mas, Sr. Deputado, eu vou dizer-lhe uma coisa: o senhor faltou olimpicamente à verdade aqui e eu tenho que lhe dizer isto com toda a frontalidade.

Eu nunca disse, eu nunca disse - e por isso o que o senhor disse não é verdade, é falso, é mentira - que a SATA tinha uma frota ociosa! Isso é falso!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Está escrito!

O Orador: Quem disse que a SATA tinha uma frota ociosa, …

Deputado André Bradford *(PS):* Foi o senhor!

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Foi o Parreirão!

O Orador: … foi o vosso nomeado Parreirão que disse que o Q 400, era uma frota ociosa.

(Apartes inaudíveis do Deputado André Bradford)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados …

O Orador: Posso falar Sr. Deputado Bradford? Então o senhor cala-se agora porque eu estou a falar, está bem?

Presidente: Srs. Deputados …

O Orador: É a mesma relação de força, agora o senhor cala-se e ouve-me!

Sr. Deputado Francisco César - o senhor é que diz, ele é que levou, também está certo, a boa disposição também faz bem nos debates - eu nunca disse que a frota era ociosa, eu disse que ela era desajustada para servir os açorianos, como sempre disse que os Q 400, não serviam os Açores, que a opção foi má, e Sr. Deputado estou cheio de razão, hoje em dia, porque os senhores optaram por uma frota de Q 400 com a megalomania de ir voar para Faro, com a megalomania de ir voar para as Canárias, prescindiram de quase 20 milhões de euros de fundos comunitários para voarem para fora da região. Foi o primeiro grande golpe na SATA, um empréstimo que ainda hoje estamos a pagar! 20 milhões de euros que os senhores prescindiram de fundos comunitários! Era Menezes, Cordeiro! Era Secretário da Economia Vasco Cordeiro, era Presidente do Conselho de Administração António Gomes de Menezes! 20 milhões de euros! Uma frota desajustada que não serve a Região!

Quem disse que era ociosa foi o PS, foi Parreirão, na Comissão de Inquérito da SATA e tanto que era ociosa que o senhor alienou e mal um 320, que hoje tanta falta faz para servir os Açores.

Deputado Miguel Costa *(PS):* Não é verdade!

O Orador: O A 320, alienado pelos senhores, por Vitor Fraga, por Vasco Cordeiro e por Parreirão que hoje faz falta para servir os Açores! Os senhores é que cometeram erros de lesa-pátria nesta matéria.

Portanto, Srs. Deputados, a frota é desajustada, foi cara, estamos a pagar hoje em dia esse empréstimo ao BES, como os senhores sabem e ao Banco Europeu …

Deputado André Bradford *(PS):* O BES já não existe!

O Orador: Quem é o dono? De quem são aviões?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* É mais ao lado!

O Orador: Não, a parceria! Os aviões têm o nome de quem? O leasing? Diga lá!

Deputado André Bradford *(PS):* Não sei!

O Orador: Não sabe, então vá ver!

Portanto, a frota ociosa é da vossa responsabilidade.

Sra. Secretária, gastar 12 milhões de dólares em 4 anos, quando um avião custa cerca de vinte e poucos milhões, algo vai mal no reino da SATA! Algo vai muito mal no reino da SATA Sra. Secretária! 12 milhões de dólares gastos porque o avião obviamente não era adequado para voar aqui, porque tem que ter uma manutenção a mais do que os outros têm, porque voa a baixa altitude, porque estraga mais motores … Tudo isso já se sabia!

Portanto, 12 milhões de dólares e mais cerca de 20 milhões de euros que prescindiram de fundos comunitários, foi um golpe rude, de má gestão e que devia haver responsáveis que deviam estar a responder por isso, pelos dinheiros públicos e pela sua decisão política e de administração, Sr. Deputado Francisco César.

Sr. Deputado Francisco César, eu não percebo porque é que o senhor ainda não obrigou, mais os seus camaradas da república, a TAP a repor os voos para o Faial! Não percebo!

Deputado Francisco César *(PS):* Não consigo!

O Orador: Os senhores que reverteram a chamada privatização para mandarem na TAP ponham a TAP a voar para o Faial!

Deputado André Bradford *(PS):* Os senhores venderam a TAP!

O Orador: Eu não percebo, Sra. Secretária Regional, por que é que a senhora e o seu Governo não dão instruções à TAP para transportar macas, já que quem manda na TAP é o Governo da República.

Deputado Francisco César *(PS):* Nunca disse isso!

O Orador: Portanto, por que é que os senhores não se entendem com a TAP para trazer, é preciso saber.

Quanto às taxas de ocupação, Sra. Secretária, ninguém aqui é ingénuo!

Eu vou dizer-lhe uma coisa: isso não é secreto, isso consegue-se.

A senhora sabe qual foi a taxa de ocupação do último voo para Cabo Verde, feito pela SATA? A última viagem? Sabe? 43%.

Deputado André Bradford *(PS):* Então o senhor já sabe e faz a pergunta?

O Orador: Sra. Secretária, por que é que se escondem números aos açorianos.

Por que é que a senhora acaba com um voo …

Secretário Regional dos Transportes *(Ana Cunha)):* Oh senhor, não acabei com voo nenhum!

O Orador: … que tem uma taxa de ocupação de 64% e mantém um de 67%, não servindo os açorianos?

A senhora sabe a taxa de ocupação do Ponta Delgada/Porto dos últimos voos? Sabe? Sempre inferior a 60%, alguns voos de 49%!

Deputado Carlos Silva *(PS):* E qual é a média?

O Orador: As coisas também se sabem, Sra. Secretária!

A senhora sabe a taxa de ocupação do voo de Frankfurt? A senhora sabe quantos passageiros foram no voo de Frankfurt? Sabe?

Deputado Carlos Silva *(PS):* O senhor está a pegar num voo e está a extrapolar! O senhor seja rigoroso!

O Orador: É para a senhora saber que se sabe e para demonstrar aqui que o Governo tem dois pesos e duas medidas: quando é para servir a Horta as taxas de ocupação servem; quando é para servir a Terceira as taxas de ocupação servem; quando é para servir Cabo Verde, para servir Frankfurt e para servir Londres as taxas de ocupação não contam.

Os senhores estão a perder dinheiro nessas, não servem os açorianos e o desígnio da SATA é servir os Açores e os açorianos e é voar daqui para fora!

Já agora, sabe qual foi a taxa de ocupação na época alta, no verão IATA nos meses de julho e agosto no Faial? 90%, de saída num mês e de 80 e tal por cento, no outro. Isso não serve? Isso é suficiente Sra. Secretária! Está no acordo, quando a taxa é mais que 80%, de aumentar o número de voos e os senhores não o fizeram!

Deputado Carlos Silva *(PS):* O senhor usa a média quando lhe dá jeito, e usa o número de voos quando lhe dá jeito!

O Orador: Portanto, é falso as informações que os senhores trazem aqui! Os senhores veem aqui e faltam á verdade! Escondem números a este Parlamento! Não dizem a verdade!

Dizem no mercado concorrencial que a SATA opera no mercado concorrencial. Qual mercado concorrencial? O mercado concorrencial da SATA, e para ganhar dinheiro, devia ser servir a diáspora, nos Estados Unidos da América e no Canadá e servir as ligações ao exterior para o continente e a SATA ganharia muito e muito dinheiro! Os senhores destruíram a SATA e a época Menezes, Cordeiro, 2008 até à presente data, foi uma data desastrosa para a gestão da SATA.

Deputado André Bradford *(PS):* Agora já percebi!

O Orador: Portanto, os senhores destruíram a SATA: taxas de ocupação …

António Gomes de Menezes e Vasco Cordeiro. Foi essa dupla que levou a SATA ao fundo e mais uns cavalheiros.

Mais, Sra. Secretária: a SATA não serve os açorianos!

Quanto ao preço da carga, outra pergunta que a senhora não em respondeu!

Com a alteração do horário da SATA e da TAP, que só voam para a Terceira à noite, ou seja, depois de fazerem os outros sítios todos, fazem um voozinho para a Terceira, a SATA às 9 e meia da noite, a TAP …

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

O Orador: Oh, Sr. Deputado cale-se que eu estou a falar! O senhor tem uma paixão por mim!

Deputado André Bradford *(PS):* O senhor não vai dizer que????

Presidente: Srs. Deputados …

O Orador: Sempre que eu falo o senhor está sempre …

Oh, Sr. deputado deixe-me acabar! O senhor tem uma fixação aqui por esta bancada! Deixe-me acabar!

Deputado André Bradford *(PS):* Há aqui um equívoco!

O Orador: Espero bem que seja um equívoco!

Sra. Secretária, o preço, agora com esse novo horário, por culpa da SATA, usando aquilo que não é da SATA, porque a aerogare civil das Lajes não é da SATA, é do Governo Regional.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* É da Região! Não é do Governo!

O Orador: É do Governo Regional! É da Região!

A SATA voltou a introduzir a taxa de dois euros e meio, por volume; a SATA voltou a aplicar a taxa de segurança e a aplica-la à TAP, o que fez com que a TAP revertesse este custo nos comerciantes, nos pescadores das Flores.

Mais, não querem armazenar à noite porque dizem que não têm capacidade de frio. Até têm alguma! A SATA quer é cobrar dinheiro para usar um contentor de frio que não é da SATA, é da Região. Portanto, a SATA quer extorquir dinheiro aos lavradores, aos pescadores, aos produtores de flores, para exportarem carne, peixe e flores.

Aqueles contentores de frio que estão no lado de fora, não são da SATA! A SATA não pode cobrar dinheiro por isso! São do Governo Regional e o Governo Regional está a extorquir dinheiro a quem quer exportar peixe, flores e carne para fora, Sra. Secretária.

Mais, aumentou o preço de carga exportada nesse novo horário da SATA e da TAP, aumentou quase 50 cêntimos por quilo. O que é que o Governo Regional vai fazer sobre isso?

Aliás, aplicou preços mais altos do que um aeroporto da ANA. Isso explica-se Sra. Secretária? É esse o apoio à exportação de peixe? É esse o apoio á exportação de flores? É esse o apoio à exportação de carne? É esse o apoio à exportação de iogurtes? É isso que o Governo faz? É uma pergunta que lhe deixo e que a senhora não me respondeu da outra vez.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

(Eram 11 horas e 27 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 09 minutos)

Vamos então dar continuidade ao debate.

Está inscrito o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

S. Jorge está localizado estrategicamente no centro do arquipélago, é o vértice no triângulo Pico/Faial e também poderia ser o vértice do triângulo Terceira/Graciosa, só que não o é porque o Governo falhou com os transportes marítimos.

A suspensão da linha lilás, num período de franco crescimento do turismo na Região, é sem dúvida um revés que afeta diretamente a Ilha de S. Jorge, nomeadamente o concelho da Calheta e também a Ilha Terceira e o concelho de Angra, respetivamente.

Apesar de o Governo tentar menorizar o caso com um pequeno aumento de viagens na linha amarela, são cerca de sete viagens a mais, em 150 dias de operação, a verdade é que essa suspensão tem consequências devastadoras. Perda de credibilidade, perda de confiança nos transportes marítimos é do pior que pode acontecer na área do turismo.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: A única linha dos Açores que tem alguma credibilidade e história, é a ligação Horta/Pico, quanto às outras há sempre alguma incerteza.

Esta linha lilás que se estava consolidando e na qual operadores turísticos já tinham apostado e investido, de repente deixa de existir, não havendo alternativa, com o mesmo custo e com as mesmas condições.

Gostaria de vos apresentar casos concretos sobre os prejuízos da suspensão da linha lilás, prejuízos financeiros para os açorianos e para os operadores turísticos que são facilmente avaliados e contabilizados e os prejuízos de falta de credibilidade dos transportes marítimos, que dificilmente se poderá avaliar a amplitude dos mesmos, mas que certamente irão perdurar por vários anos.

Primeiro caso é de uma senhora reformada, que vive aqui na Horta, com uma pequena pensão de sobrevivência e com grande esforço tem conseguido disfrutar dias de férias entre S. Jorge e a Ilha Terceira, nos anos anteriores.

Esta senhora comprava o seu bilhete a preço especial de reformada, na Atlânticoline, fazia um Horta/Calheta, ficava em casa dos amigos, depois fazia um Calheta/Angra, ficava em casa de familiares, a viagem ficava-lhe simplesmente por 22 euros e 50 cêntimos, da sua pequena reforma de 282 euros

e 26 cêntimos. Conseguia pagar a alimentação e obter uns agradáveis dias de férias.

Ora, agora sem a linha lilás, esta senhora se quiser fazer o mesmo circuito, terá que ir até às Velas, pagar a um táxi 20 euros para ir até à Calheta, mais 20 euros para voltar para as Velas, chegar à Terceira, à Praia da Vitória, mais 20 euros para o táxi para Angra e mais 20 euros de volta à Praia da Vitória.

Ora, com a suspensão desta linha lilás, a senhora terá de suspender mais 80 euros de custos.

Feitas as contas da sua pequena reforma, já não sobra o suficiente para comer.

Quem é que assume esta despesa extraordinária? É a senhora, ou é o Governo?

Outro caso idêntico na forma, mas diferente na solução, é um operador que tem programas individuais que fazem exatamente o mesmo circuito: enquanto que a senhora reformada pode optar em não ir e ficar em casa, o operador está comprometido e tem obrigações de assumir os seus compromissos, porque os privados em qualquer negócio, têm obrigações em cumprir os seus compromissos porque senão são penalizados, enquanto que o Governo não o é.

Ora, os individuais que faziam o circuito Horta/Calheta que ficavam na Pousada da Juventude e depois faziam Calheta/Angra, ficando num Hostel, neste momento têm um custo acrescido de mais 80 euros. Num volume de 100 pessoas são mais 8 000 euros que o operador terá que arcar com as despesas.

O Governo vai assumir essas responsabilidades?

Ficam essas duas questões.

A verdade é que é lamentável que esta atitude do Governo acaba por prejudicar claramente os jorgenses, os operadores turísticos e o turismo na Ilha de S. Jorge.

No entanto, tudo é justificado por um infortúnio do mar, é que paga as culpas, os operadores não têm esse infortúnio do mar para justificar as coisas. O operador tem que pagar as suas despesas.

No entanto, o Governo até tem benefícios com este acidente porque a verdade é que vai receber 9 milhões de seguro e durante dois anos, não vai investir em nada, não é? O barco só vai estar pronto daqui a dois anos, esses nove milhões vão ficar a fazer o quê? A render?

Gostaria de vos dizer também que as rampas ro-ro da Calheta, prometidas há vários anos, finalmente começaram a ser construídas, infelizmente prevê-se que sirva somente para um estacionamento de gaivotas, nos próximos dois anos, considerando que deixa de haver operação de navios de passageiros naquele porto, …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … para não falar na gare marítima que já foi, durante tempos idos, estacionamento de pombos e que voltará a essa triste função nos próximos dois anos, sem passageiros, é um investimento que está parado e que vai servir muito pouco aos jorgenses.

É muto triste que o Governo levou tanto tempo a construir estas infraestruturas na Calheta e quando finalmente estão criadas condições para que o tráfego de passageiros e viaturas, possa finalmente operar a 100%, os jorgenses se vejam impedidos de utilizar esta porta de entrada e saída.

Também já agora gostaria de perguntar à Sra. Secretária, se o novo barco que irá ser construído e sabendo que terá uma dimensão diferente do Mestre Simão, se terá condições de atracar com segurança no porto da Calheta?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Tenho também a referir que entendemos que há uma má gestão dos navios, porque há um barco catamaran contratado por 90 dias, para fazer uma operação, em que dos 90 dias, 30 dias o catamaran está aparado.

Temos um navio ferry contratado por 150 dias, dos quais 41 dias está inativo.

Contratam-se navios para enfeitar os portos ou para servir os açorianos?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Barco parado, não faz viagem.

Deixo aqui estas questões.

Já agora, não percebi bem Sra. Secretária, o Expresso do Triângulo vai ser recuperado, ou não?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Debatemos hoje nesta Assembleia os transportes e acessibilidades.

Numa Região, como a nossa, com as nossas características, os transportes são fonte constante de avaliação e debate, na procura da melhoria e do serviço às populações.

O novo modelo de transportes aéreos entre os Açores e o continente, teve como um dos seus principais pilares, o pagamento do subsídio de mobilidade ao passageiro, ao invés deste ser feito à companhia aérea, como era anteriormente.

Durante meses, PS, PSD e a seguir o CDS, acotovelaram-se para assumir a paternidade deste modelo de transportes, agora os problemas começam a surgir e ninguém parece assumir as suas responsabilidades.

O subsídio social de mobilidade, a fazer fé no que tem sido noticiado, mais precisamente na Madeira, a partir de declarações de Membros do Governo Regional da Madeira, será restringido.

O Governo da República, do PS, discute com os Governos Regionais dos Açores e da Madeira, a revisão deste subsídio.

As notícias apontam para a implementação de tetos máximos e para a eventual limitação de horários para os voos para usufruto do subsídio.

Prepara-se assim, a fazer fé nestas notícias, a criação de um horário para pobres e de um horário nobre.

Se o modelo tem problemas, o Governo da República começa por cortar no direito à mobilidade dos açorianos e açorianas e protege assim as companhias aéreas que nestas rotas operam.

Este modelo de subsídio social de mobilidade tem servido assim, acima de tudo para financiar as companhias aéreas que praticam os preços que bem entendem. O passageiro e o estado pagam!

Sra. Secretária Regional, vai o Governo Regional exigir nas negociações com o Governo da República, que não exista qualquer limitação do direito à mobilidade dos açorianos e açorianas, seja pela criação de tetos, seja pela limitação de voos ou horários, ou qualquer outra medida que torne mais injusto o atual sistema?

Vai o Governo Regional exigir o modelo que não obrigue os açorianos a adiantar centenas de euros para chegarem ao continente?

A garantia do direito à mobilidade é responsabilidade do Governo da República.

Este Governo da República, do PS, no que diz respeito às suas responsabilidades para com os Açores, tem ficado muito aquém do seu discurso.

A um ano e meio de terminar o mandato, questões centrais para os Açores arrastam-se sem solução à vista e deixo alguns exemplos rapidamente:

A cadeia de Ponta de Delgada, é uma questão de direitos humanos, não temos nem cadeia nova, nem sequer uns meros arranjos;

Sobre os radares meteorológicos, estruturas essenciais para a proteção civil, para a aviação e para a navegação, não há nenhum a funcionar;

Deputado Carlos Silva *(PS):* Isto é transportes e acessibilidades, Sra. Presidente?

O Orador: O Centro de Investigação para as Ciências do Mar está perdido em comissões;

Sobre as leis do mar ainda se esperam notícias, …

Presidente: Sr. Deputado António Lima, para relembrar-lhe o tema que nos traz hoje aqui.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente e volto ao tema.

Sobre as leis do mar esperam-se notícias já há mais de um ano, depois do Sr. Presidente do Governo ter dito nesta Assembleia que enviou uma proposta ao Governo da República sobre esta matéria.

O que mudou afinal no que respeita aos Açores foi pouco mais do que o discurso.

O novo modelo de transportes aéreos trouxe também, voltando aos transportes, mudanças no que diz respeito à carga aérea, mas três anos volvidos ainda não se implementaram sequer as obrigações de serviço público.

Vamos no segundo concurso lançado pelo Governo da República e há sinais de que poderá existir cartelização das empresas para diminuir obrigações e aumentar a compensação que elas receberão.

Perante este cenário o que vai fazer o Governo Regional?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Muito bem!

O Orador: As explicações que a Sra. Secretária há pouco deixou, são muito vagas e não explicam nada.

Mas o mais preocupante ainda é o transporte de doentes em macas e de incubadoras para o Continente.

A Ryanair nem quer ouvir falar disso; a TAP privatizada caminha no mesmo sentido e o Governo Regional o que é que faz para proteger esse serviço fundamental?

Privatiza a única companhia que pode garantir esse serviço absolutamente essencial às populações, sem querer, sem sequer procurar no caderno de encargos da privatização, garantir a sua prestação.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Muito bem!

O Orador: Sra. Secretária, quanto é que esta privatização nos vai custar em transporte, evacuações de macas e incubadoras através da força aérea?

A política de transportes do Governo Regional é errática e nada, mas nada mesmo, transparente.

No processo de privatização em curso da SATA Internacional, as interrogações são mais do que muitas, deixo para já uma:

Sra. Secretária, foi realizado o estudo demonstrativo do interesse e viabilidade da privatização, conforme prevê o regime jurídico do setor público empresarial da Região?

Se o Governo Regional agora encomenda um estudo sobre a viabilização da SATA, o que se conclui é que efetivamente o Governo não cumpriu a lei.

No que diz respeito aos concorrentes à compra da SATA, foi necessário passar um mês para hoje conhecermos aquele que é por ventura o único concorrente. Transparência neste processo é coisa que não existe.

Nos transportes marítimos, tendo ocorrido o infeliz acidente do navio Mestre Simão, é necessário que se estabeleçam prazos concretos e datas precisas para a entrada em funcionamento do novo navio que se prevê construir. Não podem as populações do grupo central ficar nesta indefinição.

Ainda nos transportes marítimos, era convicção profunda do Governo Regional a necessidade de construir dois navios, …

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: … sem que essa decisão fosse devidamente justificada e sem que se tivesse garantido sequer cofinanciamento comunitário.

Mais tarde o Governo Regional decide avançar com apenas um navio, sem apresentar novamente quaisquer justificações concretas para esta decisão.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Bem lembrado!

O Orador: Não esquecemos ainda a anulação do concurso para a construção dos tais dois navios e os prazos não cumpridos para o início da operação dos mesmos. Tudo nos transportes é uma incógnita!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um setor tão fundamental para a nossa economia e para a nossa Região, como é os transportes, não pode continuar a ser comandado pelas políticas sem norte do Governo.

O direito à mobilidade, voltando a este direito dos açorianos e açorianas, não pode ser posto em causa pela obsessão do défice e pelo cumprimento a todo o custo dos ditames de Bruxelas.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares *(BE)* e **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao cancelamento do voo de ontem, a este propósito, eu queria dizer que raramente concordo com o Sr. Deputado João costa, especialmente quando ele entra no discurso do coitadinho, ou quando aproveita um caso particular ou até um drama pessoal para trazer até aqui.

Eu bem sei que um cancelamento, e aí concordo com ele, quando há um cancelamento seja de que tipo for, de avião ou de uma viagem de navio, causa sempre prejuízos aos passageiros, mas isso acontece aqui e em qualquer lugar do mundo.

Queria dizer que percebo perfeitamente que o Sr. Deputado João Costa fique incomodado com os cancelamentos, já o vi também muito incomodado pessoalmente quando aconteceu com ele, também queria dizer que o Sr. Deputado João costa, veio aqui uma vez trazer um voto de protesto pelo cancelamento de uma viagem da Atlânticoline, o que foi muito desagradável porque como se sabe a autoridade do navio é do comandante, e ainda bem que esse voto apenas teve o voto favorável por parte do PSD, todos os outros partidos votaram contra.

Ora bem, mas os cancelamentos são muito mais prejudiciais a quem de facto visita outras ilhas por questões que têm a ver com questões de saúde. Foi o caso da referência que o Sr. Deputado fez hoje aqui.

A nós, Deputados do PS da Graciosa, não nos compete deitar gasolina na fogueira, aliás nunca faríamos isso.

A nós compete-nos ajudar e tentar resolver os problemas aliás, não somos nem Deputados de sofá, nem de facebook, somos Deputados do terreno, somos Deputados para tentar resolver os problemas às pessoas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Queria dizer aqui a esta Câmara que a esta hora a senhora em causa já está na Terceira, viajou com a sua filha, vai fazer os exames médicos que estavam previstos para serem realizados hoje e há de ser operada no dia de amanhã.

Quero dizer com isto que foi a SATA que criou este problema, de facto, com o cancelamento de uma viagem por razões operacionais, mas também queria dizer aqui nesta sala que foi a SATA que resolveu este problema, isso também é importante ressalvar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Manuel Ramos *(PS):* Aqui não há beija-mão!

O Orador: Relativamente à questão dos transportes, nós consideramos que os transportes são fundamentais para a coesão económica e territorial, aliás, há uma pessoa que disse isto: "O desenvolvimento das ilhas de coesão não é tarefa fácil. As orientações que estão a ser seguidas parecem as corretas". Eu estou a citar Aníbal Cavaco Silva que disse isto no dia 22/09/2011, numa visita aos Açores,

Relativamente à questão que foi aqui levantada, relativamente aos transportes aéreos, eu queria só referir que a Graciosa está servida, aliás os Açores estão servidos por uma boa rede de transportes aéreos e a Graciosa nunca teve tão bem nesta matéria e repare-se: nós temos dois aviões por dia, durante a semana. A culpa é da SATA!

Nós, de 434 voos em 2004, passamos para 643 voos em 2017. A culpa é da SATA!

Nós, transportávamos de carga aérea 28 toneladas, em 96, transportamos em 2017, 117 toneladas. A culpa é da SATA!

Os passageiros aéreos desembarcados eram de 11 000, em 96, são neste momento mais de 26 000. A culpa é da SATA!

Relativamente aos hóspedes …

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Sra. Presidente, já está a falar em hóspedes!

O Orador: … às dormidas e aos proveitos, aumentamos. Os hóspedes de 4 000 para 6 000; as dormidas de 11 000, para 16 000 e os proveitos, reparem só, aumentaram de 2001, de 223 000, para 614 000.

Eu queria dizer que o insuspeito, Graciosa on line, até referiu numa notícia de janeiro que a Graciosa registou o maior crescimento homólogo em 2017, com um aumento de 15,8% nos passageiros desembarcados. A culpa é da SATA, outra vez!

Relativamente à questão das produções, Sr. Deputado João Costa, as nossas produções, veja só, o Sr. Deputado fala sempre mal dos transportes marítimos, se calhar eles não são muito bons, mas são bons. Nós temos boas frequências, nós temos ligações.

Repare só, o senhor dizia que nós não tínhamos produções em S. Miguel. O senhor vá ao hipermercado Continente e vai encontrar queijo da Graciosa, vai encontrar queijadas da Graciosa, vai encontrar bebidas da Graciosa, inclusivamente o vinho!

O senhor vá a Braga e vai encontrar lá uma loja que é de graciosenses que tem produtos da Graciosa que são consumidos naquela parte!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O senhor vá ao Porto e vai ver na Loja dos Açores, produtos da Graciosa!

O senhor vá a Lisboa e veja os produtos que estão lá, se são ou não são da Graciosa!

Deputado Manuel Ramos *(PS):* Muito bem!

O Orador: Queria dizer, Sr. Deputado, ainda relativamente às exportações: o peixe da Graciosa chega ao continente português e até chega a Espanha e a Itália a preços muito bons, como o senhor deve saber.

O senhor sabe que a Graciosa em determinado momento exportou ouriços, chegavam a Hong Kong em 24 horas.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Isso era pela internet, pela fibra ótica!

O Orador: Veja lá a qualidade dos transportes que nós temos!

Veja também o que é que acontece relativamente ao tráfego local.

O senhor diz que não há exportações para S. Jorge, não há para o Faial, não há para o Pico. Isso não é verdade!

Veja lá os alhos que são vendidos nestas ilhas do grupo central.

Veja lá, por exemplo, uma empresa de tráfego local, que coloca no máximo em 72 horas os produtos nestas ilhas. Veja lá!

Para terminar, que já estão a chamar-me a atenção relativamente ao tempo, só queria fazer uma pergunta, Sr. Deputado, eu gostaria que o senhor dissesse aqui uma coisa perante esta Casa: o senhor é a favor ou contra a aquisição dos novos ferries para servir a Graciosa …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Já ouvi falar em tanto ferry! Qual é o ferry que senhor está a falar! Já devia ter sido contruído e inaugurado o ano passado!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, não se assuste, eu quero saber se o senhor é a favor, ou contra? Não sou eu que quero saber, os graciosenses também precisam de saber!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O senhor devia ter vergonha de falar de ferries!

O Orador: O senhor aqui não tem a coragem de assumir, mas lá anda fazendo a campanha precisamente ao contrário.

O senhor diga aqui à frente dos seus colegas!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* E o PIT? E o que é que é feito do PIT?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os transportes e as acessibilidades são, naturalmente, questões que interessam sobremaneira a todos os cidadãos e a todas as regiões, contudo numa região ultraperiférica e dispersa por nove ilhas num extenso espaço do Oceano Atlântico como é a nossa, as questões da mobilidade e das acessibilidades assumem uma importância e uma relevância superior.

Falar de acessibilidades implica falar de ligações entre o continente português e o arquipélago dos Açores e também entre a Europa e os Açores, mas não esquecendo e muito menos descurando as ligações às nossas comunidades emigrantes, especialmente nos Estados Unidos, no Canadá e na Bermuda.

Falar de acessibilidades e de mobilidade é não só falar de acessibilidades com e para o exterior da Região, mas é sobretudo falar de acessibilidades e mobilidade no interior da Região.

E falar de acessibilidades e mobilidade no interior da Região implica que sejam abordados desde os transportes aéreos aos marítimos e terrestres.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A aposta nas empresas low-cost para o transporte entre o continente português e a Região teve como contrapartida um encargo deveras pesado para a SATA e transformou a vida dos açorianos menos favorecidos, daqueles que não têm meios para viajar em gozo de férias mas que apenas se deslocam por absolutas e imperiosas necessidades como é o caso da necessidade de assistência médica, num verdadeiro calvário, e isto porque os encaminhamentos gratuitos a que a SATA está obrigada nos voos interilhas como forma de subsidiar as empresas low-cost põe em causa a mobilidade dos açorianos sobretudo no Verão IATA, como tem sido bem patente e o passado Verão IATA aí está para o demonstrar, com os voos quase totalmente preenchidos com passageiros/turistas das low-cost.

Se é certo que também a afetação do turismo interno é preocupante, mesmo assim podemos dizer que afeta apenas o lazer e que pior que tudo são aqueles

açorianos que por imperiosas necessidades médicas têm de se deslocar a outras ilhas que não a da sua residência e se veem impossibilitados de o fazer.

E que dizer dos prejuízos para a economia açoriana que vê dificultado, quando não impossibilitado, o escoamento das exportações dos nossos produtos regionais através do transporte aéreo.

E refiro concretamente o pescado, que pelas suas próprias especificidades exige um transporte rápido e eficiente e não se compadece com demoras e justificações.

Os prejuízos que a falta de possibilidade de escoamento do pescado acarreta para o setor das pescas, setor já de si tão castigado, é não só relevante como podemos afirmar que é mesmo um autêntico atentado ao setor.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No seguimento da sua política de favorecimento de uns quantos capitalistas em detrimento dos interesses da generalidade dos açorianos, o Governo Regional acaba de decidir a entrega da Azores Airlines, a nossa SATA Internacional, aos interesses e desígnios privados, abrindo mão de um importantíssimo e fundamental instrumento de intervenção na política de transportes e mobilidade da Região. Trata-se de um autêntico atentado cujas consequências sendo em parte previsíveis são, contudo, impossíveis de prever na sua total amplitude.

O Governo e o PS ao alinharem com as políticas neo-liberais desde sempre defendidas pelo PSD e CDS de ataque ao setor público empresarial no caso concreto da SATA (empresa estruturante e estratégica da economia açoriana – nunca é demais referi-lo) …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O que é que o CDS tem a ver com a SATA?

O Orador: … esquece o resultado da aventura privatizadora que foi a privatização do Banco Comercial dos Açores e prepara-se para hipotecar o futuro da empresa pública regional de transportes aéreos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O reembolso do subsídio social de mobilidade sempre foi um enorme imbróglio, gerando imenso descontentamento pelos cidadãos residentes nos Açores, quer pela tremenda burocracia e demora de todo o processo de reembolso, quer pelo custo muito elevado que esses residentes têm de adiantar na compra das suas passagens aéreas.

Havendo aparentemente um consenso sobre esta temática e tendo sido já demonstrada vontade positiva pelo Governo Regional, é necessário e urgente alterar os procedimentos de processamento do subsídio social de mobilidade.

No nosso entendimento a forma mais justa de o concretizar é terminando de vez com o reembolso do subsídio social de mobilidade e fazendo com que os residentes nos Açores paguem "apenas" o valor da tarifa quando comprarem as suas passagens aéreas e o Governo da República realizar o acerto de contas diretamente com as transportadoras.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O senhor é que manda no Governo da República!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se o transporte aéreo assume particular e relevantíssima importância na nossa Região, também o transporte marítimo não assume menor importância.

A recente perda do "Mestre Simão" foi uma baixa de vulto no tocante à mobilidade e ao transporte por via marítima nas ilhas do grupo Central - em especial do Triângulo - que importa desde já solucionar, contudo não podemos de modo algum esquecer as ligações marítimas quer com o grupo Ocidental quer com o grupo Oriental e importa salientar que neste capítulo a política de transportes marítimos tem-se vindo a revelar totalmente desastrosa.

Como em outra ocasião já tive oportunidade de referir perante esta Assembleia, o transporte de mercadorias por via marítima entre a Região e o continente Português apresenta ainda algumas deficiências cuja correção importa ser levada em conta.

A demora em fazer chegar ao mercado externo produtos frescos, como é o caso da carne, exige um transporte marítimo rápido e eficiente e não se compadece com a inação e as justificações por mais elaboradas que sejam.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O transporte rodoviário coletivo de passageiros exige quer uma rede viária em boas condições, quer empresas com capacidade de prestar um serviço de qualidade e com horários e frequências que efetivamente sirvam as populações.

Horários, frequências e percursos que por exemplo no caso da Ilha das Flores obrigam que as crianças da Fajã Grande a apenas 20 Km da Escola tenham de fazer este percurso em 3 horas, torno a referir, 3 horas, tenham que passar longo tempo no transporte e em horários que deviam ser livres, podendo afirmar-se que neste caso se trata de um cenário completamente inaceitável.

Horários, frequências e percursos que impedindo a deslocação por transporte coletivo das diversas freguesias da Ilha das Flores até às sedes concelhias condena as populações a não fruírem das iniciativas de índole cultural realizadas nas sedes dos seus municípios ou então a terem de suportar custos elevados de transporte em táxis ou em transporte particular.

O PIT (Plano Integrado de Transportes) …

Deputado João Costa *(PSD):* O que é isso?

O Orador: … anunciado em 2014 que previa e bem a interface entre os meios de transporte aéreo, marítimo e rodoviário, sendo algo de positivo parece no entretanto ter levado um veto de gaveta e como tal o Governo para já tê-lo esquecido. É pena que assim seja.

Finalmente, refira-se que os atrasos por parte do Governo Regional no pagamento dos compromissos quanto aos serviços prestados pelas empresas de transporte rodoviário nomeadamente pelo transporte escolar em nada contribuem também para melhores e mais racionais transportes coletivos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Freitas, tem agora a palavra.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD-Açores intervém e gasta os seus últimos minutos neste debate, com a minha intervenção como Presidente do Grupo Parlamentar, atendendo a uma matéria de primeira importância como é esta dos transportes e também ao anúncio que aqui quero fazer.

A discussão sobre Transportes e Acessibilidades, numa região insular e dispersa no meio do Atlântico como os Açores, deverá ser sempre um assunto de primeira ordem e de permanente atenção.

Vivemos a dois mil quilómetros do continente português e em nove diferentes ilhas. E, cada um dos açorianos, de cada uma destas parcelas, tem de ter os mesmos direitos de usufruir do princípio da continuidade territorial, que tem vindo, e bem, repito, todos tem vindo e bem, a ser assegurado pelo Orçamento de Estado no que toca às ligações da Região com o exterior.

Em 2015, vivemos uma verdadeira revolução no que toca à mobilidade dos açorianos e à alavancagem do Turismo.

Se em 2014, falávamos num movimento aéreo de 674 mil passageiros, em 2017 estes números passaram para um milhão 441 mil.

Poucas vezes na história das políticas públicas, em Portugal como na Europa, terá uma havido medida tal capacidade de revolucionar a economia.

Terá sido, como já foi apelidada, a melhor notícia para a economia dos Açores nos últimos 15 anos.

O PSD, que desde a primeira hora, repito, desde a primeira hora e quase até ao fim, foi o único defensor desta medida, sente-se satisfeito com o consenso que se gerou na sociedade açoriana de que a liberalização do espaço aéreo foi o verdadeiro derrubar do muro que tolhia a mobilidade dos açorianos e impedia a captação de mais turistas.

É certo que num modelo quase revolucionário, haverá acerto, melhorias e aprendizagens a fazer: somos, de novo, os primeiros a reconhecê-lo.

Mas somo também os primeiros a afirmar, solenemente, que recusamos qualquer passo atrás no condicionamento de horários ou de número de viagens por açoriano ou tetos financeiros, para o subsídio social de mobilidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aceitamos sim, e incentivamos, a simplificação do processo de reembolso das passagens aéreas dos passageiros residentes e uma melhor divulgação dos encaminhamentos previstos para as ilhas sem rotas liberalizadas.

Em novembro passado, o Governo da República anunciou a criação de um grupo de trabalho para a revisão do modelo no prazo de 60 dias.

Agora, surgem notícias na comunicação social que, afinal, será até ao final de abril, que tal revisão será efetuada.

Para além disso, as notícias recentes de queixas por parte do governo da República de ultrapassagem nas rubricas que dizem respeito ao subsídio social de mobilidade para os Açores e para a Madeira, deixam-nos preocupados e obrigam-nos a afirmar aqui, na Casa primeira da Autonomia, e como legítimos representantes dos açorianos, que não aceitamos retrocessos nesta matéria.

Este Parlamento tem de discutir e tomar posição sobre este assunto de primeiríssima ordem para os açorianos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em 2015, o Orçamento de Estado previa 16 milhões de euros para o subsídio social de mobilidade para os Açores.

É verdade que estes valores foram ultrapassados, quer em 2016 quer em 2017. Mas foram ultrapassados em apenas seis milhões de euros em cada ano, isto segundo as habituais contas do Sr. Vice-Presidente do Governo, representa apenas 0,00008% do Orçamento de Estado. Esta é uma verba insignificante e

absolutamente justificável pelo impacto que teve no crescimento, para mais do dobro, do número de passageiros e nos sucessivos recordes alcançados no Turismo.

De novo, se pode afirmar que, tanto na componente de impacto financeiro, como na componente de impacto de socioeconómico, poucas vezes na história das políticas públicas teremos conhecido um sucesso tão grande e um sucesso que foi conseguido á custa da luta contra aquilo que pessoas como o Deputado Francisco César defendiam, que eram sempre contra a liberalização e que foi o governo do PSD/PP, que conseguiu a nível nacional.

O PSD fica satisfeito, não só por ter razão, mas especialmente porque ganharam os açorianos.

E é para que os açorianos não percam este direito que conquistaram – este mundo novo de possibilidades, quer seja para a sua mobilidade, quer seja para o setor turístico –, que o PSD/Açores irá trazer a esta Casa uma pronúncia perante o Governo da República, reafirmando que os açorianos querem melhorias na simplificação do processo de reembolsos, mas não admitem cortes no número de viagens, horários ou quaisquer outros limites ou tetos nos reembolsos.

Podemos aceitar que tenha havido abusos individuais ou, especialmente, de algumas companhias aéreas que se aproveitaram do modelo, mas não podem todos os açorianos serem penalizados por isso.

O Governo da República, pela influência que tem na TAP, ou o Governo Regional, pela tutela que tem da SATA, têm de assegurar que estas companhias, ainda por cima públicas, não se aproveitam do modelo em prejuízo dos açorianos.

Como disse nesta casa a senhora Secretária Regional dos Transportes em relação à SATA, é verdade, ela existe para servir os açorianos.

A verdade é que, por aquilo que são os preços publicitados são as companhias públicas que mais abusam do atual modelo de transporte aéreo, podendo

colocá-lo em causa no curto prazo pela reação política que conhecemos do Governo da República, ou no médio prazo até pelas consequências comerciais que podem trazer a atrair mais concorrência.

Acresce que a ANAC (Autoridade Nacional para a Aviação Civil) tem incumbências legais e nos seus estatutos tem esta incumbência que cito: "Regular a economia das atividades aeroportuárias, aeronáuticas, de navegação aérea, de transporte aéreo e de trabalho aéreo …

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: … no âmbito da aviação civil, respeitando o ambiente e os direitos e interesses dos passageiros' (Artigo 4º, número 3, alínea Y, das responsabilidades da ANAC).

Portanto, antes do Governo da República se queixar dos gastos que faz com o subsídio social de mobilidade, deve intervir, por um lado, junto da TAP e assegurar, por outro, junto da ANAC que não existem desregulação do mercado ou aproveitamento indevido do modelo.

E o Governo Regional, antes sequer de discutir este assunto com a República, deve exigir que os açorianos não sejam prejudicados e garantir que a SATA serve efetivamente os açorianos e não se serve do modelo implantado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se há assunto de primeira grandeza para os açorianos a discutir nesta casa este é um deles.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, sra. Presidente.

Se há matéria que mudou os Açores nos últimos anos esta foi uma delas.

Não podemos voltar atrás.

Queremos cada vez mais e melhor mobilidade para os açorianos.

Queremos cada vez mais e melhor Turismo para os Açores.

Esta é uma conquista irrevogável, não do PSD, mas dos açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tinha pedido a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Disse daquela tribuna no início, e fiz um apelo, que ia fazer uma interpelação ao Governo, perguntas ao Governo que obviamente o Governo teria que responder. Portanto, eu perguntava à Sra. Presidente, ao abrigo de que figura é que o Sr. Deputado Duarte Freitas, acabou de fazer essa intervenção, vindo aqui fazer um anúncio que não se enquadra na interpelação?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Eu, sinceramente acho que, ou começamos todos aqui a respeitar o Regimento, ou então daqui para a frente ninguém respeita o Regimento e fazemos o que quer e nos apetece.

A liberdade de anunciar o que tem, pode fazer o que quer, agora respeitamos as figuras regimentais ou não respeitamos as figuras regimentais?

É a pergunta que eu tenho para lhe fazer, Sra. Presidente.

Deputado Marco Costa *(PSD):* A Sra. Secretária não responde, e agora fazem a interpelação!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Porque julgo que o Sr. Deputado André Bradford também vai fazer uma interpelação à Mesa no mesmo sentido, então espero pela interpelação para depois poder responder.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford *(PS*): Julga e julga muito bem, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, a minha interpelação vem exatamente no mesmo sentido do Sr. Deputado Artur Lima.

Perguntar à Mesa, como é que no âmbito de uma interpelação se permite que um partido anuncie que vai juntar à Agenda uma urgência que vai ter oportunidade de explicar quando chegar à altura?

Como é que isso é possível compatibilizar e como é que nós estamos aqui a tentar discutir uma matéria de supremo interesse para os açorianos, que se prende com a sua mobilidade e o Sr. Deputado Duarte Freitas fala mais de dez minutos, faz uma espécie de comício do PSD, uma intervenção de puro autoelogio, de puro autocomprazimento, continua a achar que só ele é o pai da criança, sendo que a criança neste caso é o sistema liberalizado de transportes aéreos, faz um anúncio e tudo isto se passa sem que nada aconteça, sem que seja chamado à atenção, sem que lhe digam "esta figura regimental não se adequa a esse tipo de intervenção" e portanto segue a Assembleia satisfeita.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Isso é uma critica à Sra. Presidente!

O Orador: O mais engraçado de tudo é que o Sr. Deputado Duarte Freitas é o principal, ou gosta de achar que é o principal motor da revisão regimental e depois não cumpre o regimento e fá-lo com o maior desplante perante os outros Deputados e perante os açorianos.

Portanto, eu já não consigo perceber o que é que cada um acha do Regimento …

Deputado Marco Costa *(PSD):* Também ninguém o consegue perceber!

O Orador: … e mais grave do que isso eu já não consigo perceber que regras nos regem aqui dentro, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Naturalmente a Mesa também terá que prestar um esclarecimento, porque foi interpelada diretamente.

De facto, esta é uma das matérias que não só nesta Legislatura, mas também na anterior, é alvo de motivos de protesto e de interpelações à Mesa, precisamente por isso.

É verdade que o nosso Regimento não define claramente de que forma é que o debate deve decorrer, diz que é um debate, mas naturalmente que a Mesa também entende que em todos os debates deve imperar o bom senso e por isso não tem exercido nenhum tipo de limitação à intervenção das Sras. ou dos Srs. Deputados, ou dos Membros do Governo, precisamente porque também não tem, ao nível do Regimento uma especificação muito clara sobre que tipo de debate deve ser feito, mas naturalmente espera sempre que por parte dos partidos haja bom senso na utilização destas figuras.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pediu a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário vamos interromper para almoço.

Eu vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Os tempos restantes são os seguintes:

O Governo Regional, dispõe de 16 minutos e 14 segundos;

O PS, de 14 minutos e 5 segundos;

O PSD, esgotou o seu tempo;

O CDS, tem 9 minutos e 12 segundos;

O BE, tem 4 minutos e 50 segundos;

O PCP, 1 minuto e 43 segundos;

O PPM, 3 minutos e 50 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço a todos.

Regressamos às 15 horas.

(Eram 12 horas e 52 minutos)

Presidente: Muito boa tarde.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

(Eram 15 horas e 19 minutos)

Vamos dar continuidade ao debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa altura em que caminhamos para o final desta interpelação, permita-me que lhe diga, Sr. Deputado Artur Lima que lhe fizeram uma maldade neste debate, com amigos desses eu gostaria de pensar como é que são os seus inimigos, …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* São V. Exas.!

O Orador: … porque acho que lhe fizeram uma maldade neste debate, o PSD.

Com amigos destes, quem é que precisa de inimigos?

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Os inimigos estão mesmo aí! Isso chama-se piscar o olho à direita!

O Orador: Políticos!

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados …

O Orador: Pois bem, estava o Deputado Duarte Freitas em reflexão antes de vir para este Plenário e pensava: "Bom, como é que vamos conseguir aparecer nas notícias no Jornal da 1?

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Também conheço algum lá fora que faz o mesmo!

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* E o Sr. Deputado vai aparecer no das 20H00!

O Orador: Como é que vamos conseguir que alguém desse algum destaque aquilo que o PSD tem a dizer sobre transportes?".

(Apartes inaudíveis dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados …

O Orador: Devo estar mesmo a ter efeito, pois o barulho da bancada do PSD, tornou-se um pouco maior desde que comecei a falar!

Pensava então o Deputado Duarte Freitas: "mas como é que posso sair nas notícias?".

Olhou para os jornais da semana que passou e foi ver. Então há na Madeira uma renegociação de um modelo de transportes aéreos e ele diz: "Bom, então o que é que se passa nos Açores?".

Foi ler e verificou que há uma reavaliação regular do modelo de transportes aéreos para os Açores, eu repito, há uma reavaliação ou uma avaliação regular, ou seja que decorre do modelo de mobilidade que temos sobre as obrigações de serviço público para os Açores.

Pensou: "Bom, como é que eu vou fazer aqui um número? Vou tentar dizer que quero manter o modelo que o PS negociou com o Governo da República do PSD e do CDS, …

(Risos)

O Orador: … que aliás teve a evolução que nós sabemos graças ao Ministro do CDS-PP, contra a vontade de Sérgio Monteiro …

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Vai sair no noticiário das 18!

O Orador: … e disse vou tentar criar aqui um alarmismo junto da opinião pública, em relação a este assunto".

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Ficou escandalizado com muito pouco!

O Orador: Bom, convém talvez esclarecer qual é a posição do PS.

A posição do PS é no sentido de tudo fazer e de trabalhar para garantir o modelo de acessibilidades que sirva que os açorianos, da mesma forma que este modelo está a servir.

Deputado Marco Costa *(PSD):* Isso não passa no Telejornal!

O Orador: Tem sido este o nosso compromisso e continuará a ser o nosso compromisso, de trabalhar para que a mobilidade dos açorianos mantenha exatamente a resposta que dá à nossa Região.

Portanto, este aqui é o nosso compromisso, para que não haja problemas.

Em segundo lugar: vamos de uma vez por todas esclarecer ou pôr um ponto naquilo que são as declarações que fiz sobre esta matéria, no passado.

Eu sei que o Sr. Deputado apreciava muito as minhas faculdades dentro do PS, de tal maneira que as divulgou num debate, aliás eu estou sempre muito atento à sua atenção em relação a mim, aliás aparentemente até é recíproca.

Sr. Deputado, eu estou à vontade nesta matéria, porque há algo que eu sempre disse e repito nesta câmara: eu sou contra a liberalização do espaço aéreo nos

Açores! Sou contra e continuarei a ser contra, por duas razões muito simples: a primeira é que um modelo totalmente liberalizado não protege o passageiro residente, não protege! Sabe por que é que eu dizia isso, Sr. Deputado? Porque na outra Região Autónoma, que fez a liberalização do espaço aéreo em 2008, o que aconteceu foi que o número de passageiros transportados não aumentou, diminuiu! Aquilo que sempre disse foi que estamos disponíveis para explorar todos os modelos que protejam o passageiro residente.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Os reencaminhamentos no verão, protegem os açorianos ou protegem os turistas? Nunca pela liberalização!

O Orador: E é verdade Sr. Deputado, aquilo que nós temos nos Açores é um modelo misto, é um modelo regulado, é um modelo em que houve uma liberalização parcial de duas *gateways* com intervenção do Estado ao nível da subsidiação do bilhete e o que fizemos em relação às restantes três *gateways* é uma semi liberalização com preço fixo ao nível do bilhete. Esta é a minha posição!

Bom, e qual era a do PSD?

Deputado André Bradford *(PS):* Era tudo liberalizado!

O Orador: Não era, Sr. Deputado!

Aquilo que propunha o PSD de Duarte Freitas e de Berta Cabral era, nesta altura, alocar, salvo erro, 1% (posso estar enganado se era 1 ou 10%, julgo que era 1%) do Orçamento da Região para aumentar a subvenção que o Estado dava às companhias aéreas.

Deputado André Bradford *(PS):* Ora aí está!

O Orador: Aquilo que defendia Duarte Freitas então, foi inclusive uma coisa chamada a atribuição de um Posei transportes, para melhorar o modelo que existia anteriormente.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Isso é muito diferente! Não tem nada a ver!

O Orador: É totalmente diferente! É tão diferente que nem vale a pena falarmos disso aqui.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Se houvesse um POSEI transportes podia haver um modelo interilhas!

O Orador: Ah, então ainda defende o Posei Transportes!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* O POSEI só pode ser usado interilhas! Este modelo vem da República!

O Orador: Portanto, há algo que estamos aqui à vontade. Todos nós queremos melhorar o modelo de acessibilidades à Região. Todos nós trabalhamos para isso, eu acredito que o PSD de boa vontade deve tê-lo feito…

Deputado Luís Maurício *(PSD):* O PSD trabalhou bastante!

O Orador: … inclusive até o seu Secretário de Estado, Sérgio Monteiro, trabalhou muito para isso.

Agora há algo que é indesmentível, totalmente indesmentível: é que não fora o Ministro Pires de Lima aceitar, acelerar o processo e sentar-se à mesa nas negociações com o Governo Regional dos Açores, nós hoje não tínhamos o modelo que temos.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Portanto, sobre esta matéria fale com o seu ex-parceiro de coligação que hoje tratou-o tão bem e estamos totalmente conversados.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Quando é difícil é muito chato! Eu sei como é, eu já passei por isso!

O POSEI só se pode usar nos Açores e assim teríamos passagens mais baratas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Eu fui elencando as diversas perguntas que me foram colocadas e procurarei responder a todas.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem, Sra. Secretária!

A Oradora: Em relação ao Sr. Deputado Bruto da Costa, que me referiu, diz o senhor que a Ilha Graciosa está mal servida de transportes aéreos.

Pois, o que eu lhe posso dizer a esse respeito é que a Graciosa é uma das ilhas com melhor oferta para este verão. São oferecidos mais 55 732 lugares, mais 2 682 em relação ao período homólogo de verão de 2017, isto equivale a 12 frequências semanais (em abril, maio e junho) e 14 frequências semanais (em junho e setembro).

Julgo que esta oferta responde às necessidades.

Em relação às ligações e ao transporte marítimo de viaturas e passageiros encontra-se, como bem referiu, condicionado pelo que aconteceu ao navio Mestre Simão, mas julgo que neste âmbito esta falta e enquanto não for substituído este navio, a Atlânticoline procurou e conseguiu otimizar dentro da limitação dos recursos, a utilização dos navios que constituem a sua frota, por forma a garantir a ligação de transporte de passageiros e viaturas, não só nas Ilhas do Faial, Pico e S. Jorge, mas ainda com otimização da linha amarela, por forma a garantir as ligações do triângulo às restantes ilhas servidas por esta linha.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Mas isso não é mercado interno!

A Oradora: Sr. Deputado Artur Lima, em aditamento àquilo que referimos há pouco acerca do transporte de macas, eu recordo que em julho de 2017 quando

a notícia sobre a TAP surgiu pela primeira vez, a TAP já na altura emitiu um comunicado de imprensa em que referiu que transporta macas desde que tal serviço seja pedido previamente.

Ainda assim, referia ainda que o Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, utiliza a SATA; o Hospital da Horta utiliza também a SATA; …

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Não tem outra!

A Oradora: … o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, utiliza maioritariamente a SATA, mas também a TAP nos termos em que foi mencionado.

Quanto às taxas que mencionou e o início de cobrança das taxas da TAP, que reintroduziu a cobrança da taxa da RX.

Em relação à SATA, nem a SATA Air Açores, nem a Internacional, cobram a referida taxa de RX.

Há é uma taxa de segurança que não é cobrada pela Air Açores, mas é cobrada pela Internacional e que equivale a 16 cêntimos por quilo, ainda assim é inferior ao preço que depois a SATA pratica do continente para a Europa.

O Sr. Deputado fez menção da obrigação de reforço de voos, quando as taxas de ocupação são superiores a 90%.

A este respeito eu gostava só de introduzir uma retificação daquilo que mencionou. De facto, existe essa obrigação, mas existe só nas rotas de obrigações de serviço público e quando esta ocupação de 90% se verifica numa rota, numa estação IATA, em relação obviamente ao período homólogo.

Posso assegurar-lhe que nas rotas entre Lisboa/Horta, Lisboa/Pico e Santa Maria, nunca foi atingido este coeficiente até à data.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Em julho e agosto foi!

A Oradora: Sr. Deputado António Pedroso, mencionou que haveria uma incerteza em relação à operação de transporte de viaturas e passageiros neste momento.

Conforme já tive oportunidade de referir a Atlânticoline não só fez um esforço muito grande de otimização dos recursos disponíveis para corresponder às necessidades de transporte no grupo central, está ainda a trabalhar na aquisição de um navio substituto que se prevê esteja disponível no início de 2020.

O Governo não tem qualquer benefício do valor que recebeu da indeminização do seguro.

Também, mais uma vez, conforme já houve oportunidade de explicar, o valor da indeminização será integralmente alocado à aquisição do novo navio e ainda implicará um esforço acrescido no suporte da despesa por parte do Governo, de cerca de um milhão e trezentos mil.

Há ainda que mencionar que todo este esforço de otimização passa ainda por um reforço da linha amarela na duração da operação que passa a ter 150 dias em relação a 2017, um aumento do número de toques e ainda não esquecendo que a linha lilás funcionará, conforme também já foi publicitado, por ocasião das festividades da Calheta.

Em relação ao Expresso do Triângulo, conforme tive oportunidade de responder à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, à partida não reunirá as condições para obter a certificação da classe B que lhe permitiria operar nesta rota, para além de que o investimento requerido é demasiado avultado, está estimado em cerca de um milhão de euros, portanto à partida não haverá viabilidade neste navio reforçar a tal operação de meios da Atlânticoline, enquanto não temos o novo navio de substituição do Mestre Simão.

Sr. Deputado António Lima, perguntou quais as medidas, exemplificando que este Governo, o Governo Açores estaria neste momento a tomar em relação ao subsídio social de mobilidade, conforme foi mencionado já aqui também existe um grupo de trabalho que está a fazer uma avaliação regular na sequência do relatório elaborado pela IGF e pela ANAC, é uma avaliação prevista na lei e nesse sentido é que foi constituído um grupo de trabalho para essa avaliação.

Julgo que antes de apresentadas as conclusões por esse grupo de trabalho, que é interdepartamental e no qual o Governo dos Açores está representado, julgo que antes dessas conclusões será prematuro adiantar o que quer que seja, que não seja refirmar o princípio da defesa intransigente dos interesses dos açorianos e o dos objetivos de coesão territorial, que o subsídio social de mobilidade pretende prosseguir.

No que se refere ao transporte das incubadoras e macas, eu remeto para aquilo que já tive oportunidade de responder ao Sr. Deputado Artur Lima.

O Sr. Deputado fez menção de que este serviço prestado pela SATA poderia estar perigado pela privatização, pois eu recordo que a alienação de 49% de uma empresa, não é a alienação da totalidade do seu controlo, 51% permanecerão na propriedade da SATA Air Açores, portanto não creio que esse problema se coloque.

Perguntou ainda se foi realizado o estudo justificativo do interesse e viabilidade da alienação. Pois, obviamente que sim, foi, caso contrário não poderia ter sido dada a autorização para o processo de alienação por parte do Conselho de Governo.

Esse estudo data de 15 de janeiro e a Resolução do Conselho de Governo data de 28 de fevereiro.

Os fundamentos para aquisição, neste momento, de um só navio e não dois, conforme o Sr. Deputado também fez menção, constam da Resolução 115/2007 de 16 de outubro.

Deputado Marco Costa *(PSD):* Quais são?

A Oradora: Por último, Sr. Deputado João Paulo Corvelo, eu entendi nas suas palavras, da sua intervenção, algumas questões quanto ao PIT. O PIT prevê 45 medidas, 41 das quais neste momento ou estão concluídas, ou estão em execução.

Em relação às suas críticas do sistema de transporte coletivo de passageiros, posso dizer-lhe, não dando com isto uma novidade que vai ser objeto de revisão até ao final do ano de 2019 e seja como for em 2017 referia que a taxa de ocupação destes transportes na Ilha das Flores, foi de 19%.

Obviamente que, conforme também já tive oportunidade de lhe manifestar há sempre espaço para melhorar o sistema de transportes e nessa medida, quaisquer contributos são bem-vindos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Diria, para começar, que a Sra. Secretária começou mal, mas está a acabar bem, portanto tem respondido, e bem, às questões que lhe têm sido colocadas e isso efetivamente é uma interpelação que o CDS fez e que V. Exa. está a responder, e bem.

Nesse sentido, Sra. Secretária, também me permita dizer que, embora numa interpelação, o CDS também gosta de fazer anúncios, embora não seja uma coisa que vamos aprendendo de cada vez, o que não se pode aceitar é acusar o Governo de fazer discursos, quando é interpelado e depois quando se está na oposição fazer a mesma coisa, quando se vai ali abaixo, em vez de se fazer.

Portanto nós continuamos a ser e a seguir aquilo que regimentalmente está consagrado, que é interpelar o Governo e fazer perguntas.

Mas no entanto, Sra. Secretária, não sendo um anúncio também lhe posso fazer um desafio e perguntar, já que se falou aqui tanto de PIT, das 45, tem 41 implementadas e vou perguntar-lhe se a senhora quer implementar 42, que é a

seguinte: Sra. Secretária, está o Governo disponível e a SATA ou está disponível para aprovar uma proposta do CDS, pode ser subscrita pelo PS, por quem quiser, nesse sentido, que não custa dinheiro e poupa dinheiro, que é os horários da interline entre a TAP e a Azores Airlines e a SATA Air Açores, ou seja, quando o voo do Porto chega às 15H35 a Ponta Delgada e o voo saiu às 15H00 para Terceira e Horta, quando neste momento podíamos ter, por exemplo, a Terceira e a Horta, acho que à terça ou à quarta (não tenho esses dias, mas fiz esse estudo), há vários dias por semana, naturalmente não podem ser todos, mas alguns dias por semana, em que se permite, já que se acabou com a ligação Terceira/Porto, vindo por Ponta Delgada (eu não tenho problema nenhum em vir, quero é chegar a casa a tempo e a horas e a hora decente, como qualquer outro), se o avião sair meia hora mais tarde ou 45 minutos mais tarde, dá para servir duas ou três ilhas na mesma e eu diria 85% ou 95% da população dos Açores.

Está o Governo disponível para haver uma articulação desses horários?

E o mesmo se diga da SATA quando vem de Lisboa. Por exemplo ao sábado, Sra. Secretária, não há voo durante o dia de Lisboa para a Terceira agora, até junho, como sabe e em junho também não há, começa a haver o voo de Boston.

Mas, eu saio à 1H05 de Lisboa e tenho que vir às 20H00 para a Terceira, o voo sai às 14H20 e eu chego às 14H00. Sra. Secretária, 30 minutos a seguir e serve três ilhas nesse sentido. Nesse caso serve Ponta Delgada/Terceira, Terceira/Horta, Horta/Flores, até serve as Flores, até permite a um florentino ter pelo menos dois ou três dias por semana que pode ir a Lisboa e regressar no mesmo dia a sua casa e não ter que pernoitar nem na Terceira, nem em Ponta Delgada.

Está o Governo disponível para isso, Sra. Secretária?

São propostas construtivos que trarei a esta Casa e devidamente fundamentadas.

(Aparte inaudível)

O Orador: É a 42.ª medida do PIT que eu vou propor ao Governo para aprovar. Portanto, Sra. Secretária, são coisas simples que nós vamos propor e julgo que é possível a favor dos açorianos, fazer.

Mas há duas ou três questões que a Sra. Secretária efetivamente se esqueceu de me responder.

A questão do aluguer operacional do A 330 à Hi Fly, qual é o lucro, quais são as vantagens desse aluguer operacional à Hi Fly?

Por que é que a SATA tendo qualificado pilotos e tripulações, o que é que lhes vai fazer? Existe uma qualificação cara, agradecia que me desse alguma explicação sobre essa questão.

Depois, o sistema RISE efetivamente não está a funcionar Sra. Secretária, ainda não está implementado, as cartas de descida foram aprovadas na ANAC, mas ainda não estão publicadas em nenhum sítio, na AIP …

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Não, não! Eu faço-lhe chegar ainda hoje!

O Orador: Só se foram hoje de manhã, porque ontem não estavam, no AIP não estavam ontem.

Há outra questão Sra. Secretária, que eu acho que o Governo tem que ter alguma atenção.

Ora bem, os comerciantes exportadores de peixe, flores e carne da Terceira, não têm culpa que a SATA e a TAP tenham mudado o seu horário para a noite e que, por outro lado, a TAP tenha resolvido sair às sete da manhã, o que faz que para o voo das sete das manhã tenha que lá estar a preparar o voo por volta das quatro e meia, cinco horas e o que faz com que se tenha que estar depois vinte até à meia noite, ou depois da meia noite, para descarregar a carga.

A SATA Internacional, desde 2015, há dois anos não aplicava a taxa dos dois euros e quarenta por volume, não aplicava, desistiu dessa taxa.

Foi a SATA que obrigou a TAP a pagar essa taxa, foi a SATA que impôs à TAP o pagamento da taxa de segurança por causa da Provise, empresa de segurança que lá está, e tudo isso junto não deu só os dezasseis cêntimos, dá quarenta cêntimos por quilo, Sra. Secretária e mais caro que a ANA no aeroporto de Ponta Delgada e da Horta (a Horta não se põe porque não opera fora de horas).

Portanto, tudo isso penaliza fortemente …

Mais, os contentores de frio que substituem o terminal de carga da aerogare civil das Lajes, são da Região, não são da SATA e por que é que a SATA quer cobrar e por que é que não são usados esses contentores de frio para pôr as flores, por exemplo e a carne e os iogurtes, etc. Não pode ser porquê? Se podem entregar a carga até às 17H00, para ficar para o outro dia, não percebo por que é que não se pode usar. São questões que também não custa dinheiro. Esta fica da sua lavra e espero que a resolva, porque é da sua competência.

De resto, Sra. Secretária, fico muito satisfeito que esta interpelação parlamentar do CDS que cada vez mais lidera a oposição, embora não sendo o maior partido da oposição, é cada vez mais o principal partido da oposição aqui nesta Casa e nos Açores, não precisando de fazer anúncios nesta Casa …

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

O Orador: A senhora está logo a seguir!

(Risos)

O Orador: … para ter audiências, queria dizer-lhe que fico apreensivo com o anúncio que o Governo ou a SATA foi forçado a fazer sobre essa interpelação e teve que revelar a Icelandair e que V. Exa. aqui revelou, mas devo dizer Sra. Secretária, gostaria que nos desse mais algumas explicações sobre essa matéria, porque não me deixa descansado uma empresa, analisei-a muito rapidamente, tem alguns bons indicadores económicos, mas tem uma frota só de *boeings,* tem uma idade média de mais de 20 anos, a idade da frota da Icelandair é de cerca de mais 20 anos, 20 anos e uns meses, tudo *boeings.*

Portanto, Sra. Secretária, eu não vejo muito bem como é que se está a contabilizar uma coisa com a outra e sobretudo, Sra. Secretária, se quando a TAP foi privatizada aconteceram, eu quero saber como é que a senhora garante que se continua a prestar o mesmo serviço e as mesmas ligações que a TAP deixou de fazer quando era privatizada e se a Azores Airlines vai continuar a fazer nos Açores.

No caderno de encargos diz: "é obrigatório os voos mínimos, o Terceira/Porto". Mas como é que um privado vai chegar ao pé dos senhores e dizer: "Os senhores extinguiram o Terceira/Porto porque não tinham ocupação e quer que o privado o faça?". Não, Sra. Secretária! Eu julgo que o interesse da Icelandair não é os Açores, não são os açorianos …

Deputado Francisco César *(PS):* É o quê?

O Orador: … não é as nossas acessibilidades, são os *slots* em Boston e é o mercado norte-americano.

Portanto, eu agradecia algumas explicações sobre essa matéria.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César *(PS):* É só 10 vezes maior que a SATA!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária comunicou aqui que há uma empresa islandesa que ficou nesta fase pré-qualificada para a compra dos 49% do capital social da SATA Internacional.

Ontem foi referenciado também, no telejornal da RTP Açores, que o Presidente do Governo Regional das Canárias referenciou que a Binter apresentaria uma proposta, afinal esta informação não se conformou, de qualquer das formas o que nós temos então é um concorrente único nesta fase do processo.

Bom, o que que eu lhe pergunto é o seguinte: qual é a avaliação política que faz o Governo Regional em relação à forma como se está a desenvolver o processo, sendo que da minha parte o que lhe digo já é que acho que tudo se encaminha para um grande fracasso, pelo facto de termos uma única empresa já nesta fase do processo, o que não é preciso ser um grande especialista nestas matérias para perceber que a capacidade de negociação nas fases seguintes do processo é mais fraca, uma vez que temos um único concorrente com as características que ele tem.

Portanto, eu gostava que a Sra. Secretária, fizesse para já uma avaliação política da forma como está a correr este processo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tanto o PS, como o Governo, dizem que processo que está em curso discussão com o Governo da República sobre o subsídio de mobilidade, é um processo normal e não extraordinário e que decorre da própria lei.

No entanto, o próprio Ministro das Infraestruturas e do Planeamento parece não pensar o mesmo, porque ainda em janeiro dizia e passo a citar, uma notícia da

Agência Lusa, de janeiro de 2018: "O Ministro criticou o anterior Governo da República por ter imposto um modelo de subsídio que quase triplicou os custos para o Estado".

Bem, se isto decorre de um processo normal e regular, não sei por que é que o Ministro das infraestruturas e do planeamento disse isto, criticando o Governo da República do PSD/CDS e implicitamente o próprio Governo do PS que foi quem criou e negociou este novo modelo de transportes aéreos e que implica obviamente o subsídio de mobilidade.

Mas, Sra. Secretária, o que lhe queria perguntar é para além de garantias de que o Governo Regional vai fazer tudo o que está ao seu alcance para defender os Açores, o que queremos é garantias e garantias de que não existirá limitação nos horários que os açorianos possam ter acesso ao subsídio de mobilidade, que não haverá um horário dos pobres e um horário dos ricos.

Queremos garantias de que os estudantes açorianos não vão ter nem duas, nem três viagens por ano apenas e poderão viajar sempre que necessitarem.

O que queremos são garantias do Governo Regional de que este modelo não vai ser pior para os açorianos e açorianas do que aquilo que é.

Sore a SATA Sra. Secretária, cumpriu o Governo Regional a lei, e muito bem, no que diz respeito ao estudo ao qual fiz referência na minha intervenção inicial.

No entanto, o Governo Regional tem dito sempre que este processo tem que ser totalmente transparente, totalmente transparente, mas esta Casa, esta Assembleia e os açorianos e açorianas desconhecem este estudo. O Governo Regional fez um estudo que demonstra a viabilidade da operação de alienação da SATA Internacional e fazendo fé, fazendo jus à total transparência do Governo Regional neste processo, escondeu o estudo e não mostrou nem à Assembleia, nem aos açorianos e açorianas, ou seja, sobre transparência este processo é o pior que já se viu.

Para além disso, aparece o Governo Regional agora a encomendar um novo estudo sobre a viabilidade da SATA, quando exatamente ao mesmo tempo está a alienar parte do mesmo grupo, ou seja, aquilo que lhe pergunto, Sr. Secretária, é se o estudo que agora foi encomendado parte do princípio que os 49% da Azores Airlines vão ser alienados, ou parte do princípio que o processo vai falhar.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

De uma foram muito breve, Sr. Deputado Artur Lima, obviamente que a articulação entre os horários da SATA Air Açores e a TAP é feita na medida do possível pela SATA e sempre que há encontro de vontades com outra empresa. Tratam-se de duas entidades distintas, ou há acordo de vontades ou não há.

No entanto a este respeito gostava de lhe dizer que obviamente que apesar desta articulação estar a ser feita, existe sempre espaço para melhorar e sempre na medida em que se consiga conjugar os interesses empresariais de duas empresas que estão em jogo, portanto apesar dessa articulação ser feita na operação de planeamento, há sempre espaço para melhorar e nesse sentido tem a minha total disponibilidade para ouvir as situações concretas que menciona.

De facto, eu esqueci-me de lhe responder acerca do sublease do A 330 e a esse respeito gosta de informar que a decisão da SATA de fazer o sublease do A 330 à Hi Fly, assentou em três pressupostos:

O primeiro, numa necessidade de garantia de otimização da operação da SATA com um custo semelhante, no que se refere à tripulação e uniformização da

frota, garantindo ganhos de operacionalidade, produtividade e rentabilidade, no entender da SATA;

Tem uma garantia ainda de backup ao único A 330 da SATA, atendendo a que não existe esse equipamento redundante na SATA; E ainda uma garantia, uma possibilidade de permitir a reconversão célere do pessoal da frota do A 330, para o 320, 321.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Eles gostaram, Sra. Secretária!

A Oradora: Em relação à análise que é feita, e respondia também já agora à pergunta que é no mesmo sentido do Sr. Deputado Paulo Estêvão, à análise que é feita à existência deste interessado na aquisição dos 49% do capital social da SATA Internacional, não posso neste momento, de facto fazer qualquer avaliação, que não seja relembrar que o processo está a ser conduzido pela SATA, é um processo que o Governo acompanha de perto, julgo que será prematura antes de termos qualquer proposta vinculativa estarmo-nos a pronunciar sobre o mérito ou demérito deste interessado, que passou a fase da dita pré qualificação, ou seja, preenche determinados requisitos que lhe permitem passar à fase seguinte.

Portanto, neste sentido, julgo que é prematuro também adiantar mais qualquer coisa.

Sr. Deputado António Lima, o estudo não foi escondido de forma alguma. Que eu me lembre nunca fui interpelada, nem me foi solicitado (a mim não, à SATA) que apresentasse esse estudo a esta Casa.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Estamos a solicitar agora!

A Oradora: O estudo é um estudo que está previsto na lei, é feito obrigatoriamente, existe, mas não é público, claro que caso entendam que deva ser de apresenta-lo, ele será apresentado. Estou a falar do estudo necessário à decisão da alienação dos 49%.

Portanto, não há aqui qualquer falta de transparência, inclusivamente relembro

que este processo é acompanhado por uma Comissão Especial da Acompanhamento …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Que foi aprovada nesta Casa!

A Oradora: … cuja criação foi aprovada nesta Casa e essa é também uma das garantias da transparência desse processo.

No entanto, e sem prejuízo disto, nunca me recusei a prestar qualquer informação sobre este procedimento, sendo certo que ele é conduzido pela SATA, mas tenho a certeza que a própria empresa também não o esconderá de ninguém.

Portanto, neste momento é o que se me oferece dizer.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Então já estou a perceber por que é que um dos nomeados é quem é!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, a pergunta Sra. Secretária, não é para que o Governo faça uma avaliação do único concorrente, é uma avaliação política pelo facto de ter surgido apenas um concorrente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Não somos comentadores políticos!

O Orador: Não! Não! Mas há aqui uma decisão estratégica que foi tomada por parte do Governo Regional e o facto de apenas ter surgido um concorrente nesta fase deste processo, na minha perspetiva é algo que enfraquece aquele que foi o vosso posicionamento estratégico e os benefícios que a Região possa vir a ter em relação a este processo.

O que eu lhe quero perguntar, Sra. Secretária, é o seguinte: quantas empresas levantaram o caderno de encargos? Não digo que concorreram. Quantas levantaram o caderno de encargos?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, no que diz respeito ao estudo o BE obviamente irá requerer o mesmo porque é da mais elementar justiça e é necessária a transparência do processo, que esse estudo não fique escondido e não seja só do conhecimento do Governo Regional, seja do conhecimento desta Casa e seja do conhecimento dos açorianos e açorianas.

Mas notei que a Sra. Secretária não respondeu a nenhuma das questões sobre o subsídio de mobilidade.

Que garantias é que dá o Governo Regional que o subsídio de mobilidade não vai ficar pior, não se vai alterar, que os açorianos não vão ser obrigados a acordar sempre às 5 ou às 6 da manhã para conseguir ter um voo em que o subsídio de mobilidade seja devido, que garantias é que dá o Governo Regional, de que não ficarão os açorianos pior, porque esse processo não pode ficar a ser discutido no segredo dos gabinetes e a posição do Governo Regional e as garantias do Governo Regional têm que ser dadas nesta Casa aos açorianos e açorianas.

Fico a aguardar, Sra. Secretária.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho alguma dificuldade em perceber algumas das questões que os Srs. Deputados colocam …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Em geral!

O Orador: Não é em geral, é em particular!

… porque há matérias que me causam uma enorme confusão.

O Governo e o PS podem comprometer-se pela sua posição, podem afirmar quais são os princípios que norteiam a sua ação. O Governo não pode falar pelo Governo da República.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Que engraçado, nós é que podíamos falar!

O Orador: Acho muito estranho que o Sr. Deputado coloque as perguntas desta forma, porque a facilidade que o PS tem em perguntar alguma coisa ao Governo da República, é supostamente a mesma facilidade …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É menor!

O Orador: … que os senhores nas reuniões diárias que fazem com o PS e com o Governo da República, podem fazer exatamente estas questões.

Portanto, se o senhor quer saber qual é a posição de um determinado Ministro do Governo da República, está na hora de fazer a pergunta a este Ministro do Governo da República.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* E fala o Sr. Deputado dos amigos dos outros!

O Orador: É verdade! Nesta matéria tem razão!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu percebo, a sua posição é sempre um pouco estranha neste Plenário, porque aquilo que eu acabo por perceber é que de facto o Sr. Deputado é um Deputado de oposição pura, ou seja, a sua posição aqui é no sentido de ter ou de conseguir, através de qualquer preciosismo de linguagem, através de qualquer notícia que foi atribuída, através de uma interpretação, o mais subjetiva da sua parte possível, arranjar alguma forma de criar dano ao Governo dos Açores.

Mas isso, permita-me que lhe diga, é uma opinião vale o que vale, não era a forma que eu faria oposição.

Sr. Deputado, vamos ver: se o senhor acha que a posição ou o resultado que foi anunciado das intenções em relação ao processo de alienação de parte do capital da SATA Internacional, enfraquecem o Governo, é um direito seu.

Agora, há algo que lhe devo dizer, quando o senhor diz isto nesta câmara tem que ter consciência de uma coisa: o senhor está a enfraquecer a posição da Região ao afirmar que este processo é para os Açores não aquele que temos melhores condições para negociar.

Portanto, o senhor por si, com as suas intervenções está a contribuir para que a privatização não tenha o sucesso que a maior parte desta bancada gostaria que tivesse.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Ah! Eu é que tenho culpa!

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Qual foi a gestão socialista que fez isso? É preciso não ter vergonha!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, permita que lhe diga, esta é a opinião de um Deputado deste Parlamento: acho que não lhe fica bem, fazer oposição a tudo e a todos e mesmo quando essa oposição mais do que dano faz ao PS, mais do que dano faz ao Governo, faz sobretudo à Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não lhe consigo responder quantas e quais as empresas que levantaram o caderno de encargos, porque este era gratuito e fazia-se descarregar livremente num site da internet, portanto não há forma de

se controlar, nem a identidade, nem a quantidade de vezes, qualquer pessoa podia consultar o caderno de encargos e descarrega-lo.

Sr. Deputado António Lima, eu sugeria que em relação às perguntas do subsídio social de mobilidade e às quais eu não respondi, grande parte delas são direcionadas ao Sr. Ministro do Planeamento e Infraestruturas, portanto sugeria que as dirigisse a ele.

Em relação ao estudo eu recordo, mais uma vez, que o estudo não foi feito pelo Governo, foi feito pela SATA e a lei não obriga, nem houve momento sequer apropriado para que fosse mostrado a esta Casa.

Portanto, nesse aspeto não houve falta de transparência, ninguém escondeu nada, o Sr. Deputado pode, e bem, solicitar a sua apresentação e ele será apresentado.

Recordo, uma vez mais, que esse processo é acompanhado - que mais não fosse pela quantidade de comunicados que a SATA tem produzido acerca do desenvolvimento do procedimento - por uma comissão especial de acompanhamento, precisamente criada e nomeada para garantia da transparência deste procedimento.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Portanto, não aceito a acusação de que há obscuridade e que as coisas estão sendo tratadas de uma forma deliberadamente escondida.

Muito obrigada.

Deputada Mónica Rocha e Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Dispõe de cerca de um minuto.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É estranho que dentro de um parlamento democrático, como o nosso, as perguntas dirigidas ao Governo Regional ou ao partido maioritário, possam ser entendidas como tentativas de fazer dano. Aqui ninguém quer fazer dano ao Governo Regional! Aqui todos nós queremos usufruir da legitimidade que temos de fazer perguntas e de vê-las respondidas. Primeiro ponto.

Segundo ponto, Sr. Deputado Francisco César, à semelhança do senhor eu também tenho as minhas perplexidades e a primeira é desde logo esta: deixe-me ver se eu entendi bem o Sr. Deputado e agora na última intervenção a Sra. Secretária Regional.

O papel de um Grupo Parlamentar desta Casa é ligar para o Governo da República, para um qualquer Sr. Ministro a perguntar-lhe o que é que o Governo Regional, que tem obrigação de responder às perguntas dentro desta Casa, está a fazer nas negociações. Isto não é só vergonhoso, é caricato, Sras. e Srs. Deputados!

Deputado André Bradford *(PS):* Mas é que não foi nada disso que foi dito!

A Oradora: Sra. Secretária Regional, a sua resposta não pode ser de maneria nenhuma essa! Não a aceito, enquanto Deputada desta Casa, não a aceita o meu Grupo Parlamentar e não acredito que alguém a aceite!

O Grupo Parlamentar do PS e o Governo Regional têm obrigação de dizer a esta Casa …

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: … não é que se vão comprometer, é o que é que estão a fazer concretamente, objetivamente, que não seja telefonema para o Sr. Ministro, a dizer aos açorianos e açorianas, até que ponto podem confiar que as negociações sobre o subsídio de mobilidade não vão ser prejudiciais ao direito à mobilidade dos açorianos e açorinas?

A pergunta é clara …

Presidente: Tem que terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, sra. Presidente.

… as respostas têm sido todas enviesadas.

Deputado André Bradford *(PS):* Não é verdade!

A Oradora: Segunda pergunta claríssima: vai ou não vai o Governo Regional disponibilizar o estudo feito e que aconselha, ou permite, ou abona em favor da privatização de 49%? Se vai disponibilizar por que não fazê-lo já?

A Sra. Secretária só tem que dizer a esta Casa: "Vou mandar à Sra. Presidente, que fará o favor de endereçar a todos os Deputados!".

É simples, não é preciso cartinha para lá, nem telefonema para Lisboa! É aqui nesta Casa que estas questões se resolvem.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O BE esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Dispõe também de cerca de um minuto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostava aqui de dizer o seguinte: a Sra. Secretária entendeu a minha pergunta, manifestaram interesse, pediram esclarecimentos, contactaram, negociaram, portanto, quantas empresas é que o fizeram? Não o quis dizer, mas sabe de certeza absoluta, Sra. Secretária.

O que eu quero dizer em relação a esta matéria …

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Era só levantar o caderno de encargos!

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Eu levantei o caderno de encargos, mas não quis comprar, não era viável!

O Orador: A questão fundamental aqui é a seguinte: o Sr. Deputado Francisco César acusou-me aqui de estar contra tudo e contra todos e fundamentalmente

contra as propostas do Governo ou do PS. Eu já aprovei muitas propostas do Governo e muitas propostas do PS nesta legislatura, como noutras legislaturas.

O que eu faço aqui não é estar contra o Governo, a posição é de defender, estar sempre a favor dos interesses dos Açores. Sempre a favor dos interesses dos Açores! Se os interesses dos Açores forem convenientemente defendidos pelo Grupo Parlamentar do PS, como acontece algumas vezes, não a maior parte, se isso acontecer com o Governo Regional …

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: … pois obviamente contarão com o acordo e a votação favorável do PPM.

Portanto, a minha postura aqui é defender e estar sempre a favor, sempre a favor dos interesses dos Açores! É a única coisa que preocupa, pode crer!

Quando eu vejo que num processo deste tipo, há um único concorrente nesta fase do processo, eu não vejo que esta observação …

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: … (e que enfraquece o processo negocial, na medida em que esta empresa sabe que não há nenhum concorrente, portanto a negociação é mais difícil, isto é de senso comum), chamar a atenção para esta questão, que é uma questão que todos nós podemos observar – termino já Sra. Presidente – com muito simplicidade, a partir do momento em que este é o facto que está em cima da mesa, eu não vejo em que é que isto enfraquece os interesses dos Açores, todos podem ver e todos farão essa análise.

O processo correu mal! Temos um único concorrente …

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: … um único concorrente nesta fase do processo! Isto enfraquece ou não enfraquece este processo de alienação? É evidente que enfraquece! Isto está a correr mal …

Deputado João Paulo Ávila *(PS):* O processo ainda não acabou!

O Orador: … e o Governo Regional diz que não faz apreciações políticas sobre esta questão! Faz mal, porque evidentemente isto está a correr muito mal.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, dispõe de cerca de dois minutos.

(*) **Deputado Francisco César** *(PS):* Espero que sejam dois minutos da dimensão dos dois minutos do Deputado Paulo Estêvão.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, vou ter algum cuidado para não motivar uma resposta da sua parte …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Não tenho tempo!

O Orador: … porque sei que não tem tempo, portanto tentarei responder-lhe de forma a que não tenha necessidade de resposta.

Sra. Deputada, eu percebo o que disse em relação a que todos têm um conjunto de intenções.

Bom, mas se há algo que neste Parlamento há, é o direito à opinião e o direito à liberdade de interpretação …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Às vezes parece que não!

O Orador: … daquilo que os Srs. Deputados dizem.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Está a falar comigo ou com o Deputado Paulo Estêvão?

O Orador: … e a Sra. Deputada, são livres de dizerem o que quiserem e eu sou livre de interpretar da forma que quero e que bem entendo.

Eu interpretei as declarações do Sr. Deputado Paulo Estêvão, como interpretações de quem está contra tudo e contra todos, desde que tenha alguma ligação …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Mas está a falar para mim?

O Orador: Para o Sr. Deputado Paulo Estêvão!

… ao Partido Socialista, eu mantenho

A grande preocupação do Deputado Paulo Estêvão, foi dizer aqui: "Não! Não! Isto o PS fez alguma coisa que correu mal! Não! Não! Esse processo de alienação é muito mau! Isto correu muito mal!".

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Está a falar para mim?

O Orador: É também para si, tem a ver com o início da sua intervenção.

Portanto, nesta matéria nós mantemos esta posição.

Em segundo lugar, Sra. Deputada, aquilo que foi perguntado pelo seu colega e por si, não foi qual era a posição do Governo dos Açores?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Que garantias!

O Orador: Aquilo que foi perguntado pelo seu colega foi qual era a posição do Governo da República e o que é que o Governo da República queria para esta matéria?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Oh!...

Deputado André Bradford *(PS):* Ora aí está!

O Orador: Aquilo que nós respondemos é que não somos nós que temos que responder pelo Governo da República e que os senhores devem perguntar, já que têm reuniões diárias com o Governo da República, devem perguntar a eles exatamente qual é a posição sobre o Governo dos Açores …

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Olhe para mim, Sr. Deputado!...

O Orador: … e sobre o Partido Socialista, falamos nós.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para uma interpelação?

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, apenas para, enfim, deixar claro nesta Casa que cada um de nós, de acordo com a intervenção do Sr. Deputado Francisco César diz aquilo que quer e depois cada um interpreta como quer. Não! Não! Não! Não! Não é assim!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação à Mesa.

A Oradora: Eu estou a interpelar a Mesa, no sentido de esclarecer …

(Risos da câmara)

… no sentido de esclarecer os Deputados e Deputadas que cada não interpreta como quer porque o português ainda tem regras.

Portanto, eu faço uma pergunta direta ao Sr. Deputado, ele manda-me telefonar, isto não é interpretação.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, a mim cabe-me interpretar o Regimento e parece-me que essa sua interpelação não é de facto uma interpelação, Sra. Deputada.

A Oradora: Então permita-me uma interpelação Sra. Presidente: concorda ou não comigo?

(Risos da câmara)

Presidente: De facto é uma pergunta Sra. Deputada, mas à qual sabe que eu não posso responder.

Sra. Secretária Regional está inscrita, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, peço desculpa esqueci-me da sua segunda pergunta, vai fazer o favor depois de me repetir, mas em relação à primeira, o

seu colega Deputado António Lima, fez diversas perguntas concretas se o Governo estava disposto a, se o Governo estava disposto a …

Foi nesse sentido que fez a pergunta.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Garantias…

A Oradora: Garantias!

Ora bem, vamos ver uma coisa, tudo o que eu possa dizer que não seja - neste momento há um grupo de trabalho, que está a estudar nos termos regulamentares, porque todos os anos há uma produção de um relatório da IGF e da ANAC, com determinadas recomendações, há um grupo de trabalho que está a trabalhar nessas recomendações, a estudá-las - tudo o que eu puder dizer antes de vistas as conclusões desse grupo de trabalho, é pura demagogia.

Eu posso estar aqui a dizer e a repetir-lhe…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* A senhora pode dizer que não aceita!

A Oradora: Eu não posso não aceitar nada, porque eu não sei quais são as conclusões desse grupo de trabalho, minha senhora!

Eu posso, Sra. Deputada, dizer-lhe as vezes que a senhora quiser que eu repita, que estamos aqui para defender intransigentemente os direitos dos açorianos, …

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: … que não queremos um retrocesso no atual modelo, mas isto é pura demagogia! Eu posso repetir isto quinhentas vezes. Isto espremido dá o quê?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Nada!

A Oradora: Zero! Nada!

Portanto, só quando forem conhecidas as conclusões desse grupo de trabalho que apontarão para a solução A, B e C, na escolha dessas soluções e na defesa de uma delas é que eu poderei dizer-lhe o que é que eu posso fazer e o que é que eu posso propor.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Peço-lhe desculpa, se não lhe posso adiantar mais nada, tudo o que eu possa adiantar neste momento são chavões e demagogia e não é assim que eu falo, pelo menos não é essa a minha nota.
Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo

A Oradora: Peço-lhe imensa desculpa, esqueci-me da sua segunda pergunta, falha minha, pedia que a repetisse para que eu possa responder.
Deputada Zuraida Soares *(BE):* Não posso!
A Oradora: Não? Sra. Presidente, a segunda pergunta, eu esqueci-me.
Pronto, então a Sra. Deputada se puder repetir depois, eu agradeço, falha minha que não a memorizei.
Muito obrigada.
Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.
O Governo também esgotou o seu tempo para este debate.
A Mesa não tem inscrições.
Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.
Dou por encerrado o debate.
O Sr. Deputado Artur Lima praticamente não tem tempo, portanto para encerrar o debate não poderá ser; o Governo também não tem tempo por isso não pode encerrar o debate.
Dou então por concluído este ponto 1 da Agenda.
Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação?

Tem a palavra

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas e 50 minutos.

Eram 16 horas e 17 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 57 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, entramos agora no ponto 2 da nossa Agenda: **Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral,** apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, o proponente e o partido socialista têm oportunidade de fazer duas perguntas por cada um dos três objetos, sobre os quais vão ser colocadas questões, os restantes partidos fazem uma pergunta.

Também tem sido interpretação da Mesa, relativamente ao n.º 4 do art.º 181.º que rege esta matéria de que apenas o proponente tem direito a réplica, ou seja, o Sr. Deputado Paulo Estêvão poderá, querendo fazer réplica a cada uma das suas perguntas.

Vamos então dar início a esta sessão.

O primeiro objeto refere-se às medidas já implementadas no âmbito do aproveitamento das vantagens competitivas de uma estratégia comercial que

associa a produção em pastagem de carne bovino na Graciosa, Flores e Corvo, com a classificação de Reserva da Biosfera, atribuída pela UNESCO a estas ilhas.

Para a pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve introdução só para dizer o seguinte: eu considero esta figura regimental extremamente eficaz, no âmbito da resolução das questões, que permite de facto debater diretamente estas questões com o Governo Regional.

É óbvio que também tem limitações, nomeadamente no caso do PPM ao circunscrever tanto os assuntos, ou seja, ao não esconder o jogo do debate parlamentar, nós dizemos claramente ao que vimos, portanto nesse sentido o Governo está perfeitamente preparado para responder às perguntas porque o objeto está claramente definido.

Evidentemente, que cria dificuldades aos outros grupos parlamentares, reconheço, cria porque o conjunto de questões que se colocam num objeto tão circunscrito é algo que prejudica os outros grupos parlamentares, pelo facto peço desde já desculpa, mas considero que isto é o mais eficaz possível.

Quero dizer o seguinte: trago aqui o assunto do estudo sobre o aproveitamento das vantagens competitivas de uma estratégia comercial que associa a produção em pastagem de carne de bovino na Graciosa, Flores e Corvo, com a classificação de reserva da biosfera, atribuída pela Unesco a estas ilhas, não para criar dificuldades ao Governo, mas porque acho que é uma boa ideia, este estudo foi uma boa ideia, uma ideia do Governo Regional, pedi muitas vezes informação sobre este estudo, porque acho que é algo importante para o desenvolvimento da agricultura nestas ilhas e aproveitar este potencial.

Uma nota muito breve para lhe dizer que não gostei que no estudo não fosse diferenciada a produção das Flores e do Corvo, aparece agregada, não considero

que seja a melhor metodologia, já a da Graciosa e das Flores aparecem tratadas de forma isolada, portanto, a metodologia de juntar as Flores e o Corvo no âmbito do estudo e não se perceber bem cada uma das circunstâncias, o que é que estão a produzir e quais as circunstâncias de cada uma das ilhas, penso que é uma parte negativa do estudo, não concordo que tenha sido esta a metodologia adotada.

Devo dizer o seguinte: neste estudo são apontadas diversas medidas.

Muito brevemente, porque o tempo é curto, dizer-lhe o seguinte: por exemplo em termos de produção e logística, propõe o estudo, a eventual ponderação sobre a canalização de uma dada percentagem dos animais da Graciosa, Flores e Corvo, para uma ilha com unidade de abates, desmancha e embalamento.

Outra proposta: a eventual atribuição de incentivos aos animais abatidos ao abrigo da marca Biosfera Açores, por exemplo, conferindo-lhe o mesmo pagamento complementar ao abate que é atribuído à carne IGP.

Outra proposta: a criação de uma especificidade técnica para a carne de produtores detentores da marca Biosfera Açores. E assim sucessivamente, há um grande conjunto de propostas que é feito neste parecer.

Presidente: Sr. Deputado, tem que fazer a pergunta.

O Orador: O que eu pergunto ao Governo é o seguinte: quais destas recomendações foram já adotadas e implementadas por parte do Governo Regional?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo o Governo que para responder dispõe de cinco minutos, sendo que na réplica dispõe apenas de três minutos.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, em relação à pergunta que fez, mas que tem um conjunto de questões, gostaria de dizer o seguinte: o Governo Regional a meados do ano passado (estou com um problema de voz, mas vou fazer um esforço para se perceber bem) e quando o estudo ficou concluído, aliás quando tomei posse recebi uma versão do estudo, que não estava em condições de ser aprovada, depois pedimos para o estudo ser revisto.

Na altura apresentámos o estudo às Associações Agrícolas da Graciosa, Flores e Corvo, e ficou decidido desenvolver um plano de ação.

É este plano de ação que está neste momento em curso, nós neste momento temos praticamente concluído o caderno de especificações, que é uma peça fundamental, portanto já discutimos esse documento com o ambiente, com a Direção Regional do Ambiente e vamos muito em breve reunir com as Associações de Agricultores, no sentido de apresentar a versão que está, diria praticamente concluída, no sentido de merecer o acordo, ou eventualmente algumas sugestões, para avançarmos para a fase seguinte.

Em relação à discriminação ou ao incentivo, esta é uma matéria que vai ser apreciada na próxima alteração ao POSEI, que vai decorrer ao longo deste ano, mas naturalmente a disponibilidade do Governo, é no sentido de propor, no fundo, um incentivo ou uma ajuda suplementar na linha daquilo que foi proposto para o caso da carne IGP, não quer dizer que o montante seja semelhante, mas será um valor que depois vamos ajustar.

Naturalmente, que aquilo que é o objetivo do Governo é avançar depois para a fase seguinte. No fundo este projeto só tem sucesso se da parte dos operadores comerciais entenderem que há no fundo uma vantagem competitiva, e na verdade há, no sentido de valorizar a carne de bovino que é produzida nestas ilhas.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão se vai usar da palavra novamente? Tem a palavra então para a réplica.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, deduzo da sua resposta que nada foi implementado, …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* E não está sozinho, Sr. Deputado!

O Orador: … ou seja, tenho aqui um conjunto de conclusões, de pareceres, um grande conjunto de ideias e de projetos que se deveriam desenvolver, o que o Sr. Secretário me disse foi que está em estudo, em análise …

Repare bem, apresentou isto no dia 8 de junho de 2017 e não implementou nada.

Eu não sei o que lhe possa dizer mais em relação a este assunto, é discutir qualquer coisa que ainda não está a ser feito.

Isto é de facto um bom parecer, um conjunto de medidas muito importantes, portanto era perceber como é que o Governo vai implementar isto e a sua resposta, vou dar-lhe uma nova oportunidade, não foi nada esclarecedora Sr. Secretário.

O que é que desenvolveu e o que é que fez de forma eficaz, ou seja, concreta (sem ser pareceres e estudos), que medidas é que implementou?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, uma das peças fundamentais para disponibilizarmos mais este importante instrumento para os operadores e para os agricultores valorizarem a carne de bovino produzida nas ilhas da Reserva da Biosfera, é o caderno de especificações, esse é um acesso essencial.

Deputada Mónica Rocha *(PS)***:** Naturalmente!

O Orador: E sobre este caderno de especificações aquilo que lhe transmiti foi que está numa fase final de conclusão, vai colher parecer às associações, ficará concluído e depois é uma questão de os operadores fazerem a sua parte, que é no fundo comercializarem depois a carne das ilhas em causa, como Reserva da Biosfera.

A questão do incentivo, já lhe transmiti, vai ser incluído na revisão do POSEI, deste ano.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* O senhor já fez uma! Já sabia disto! Vai fazer outra?

O Orador: Oh, Sra. Deputada inscreva-se e responda, se faz favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida para uma pergunta.

(*) **Deputado António Almeida** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por diversos momentos temos falado nesta Assembleia, relativamente à estratégia para a produção e valorização da fileira da carne.

Não é possível confundir processos de certificação, com criação de marcas.

O que se trata no estudo da SGS é perspetivar a criação de uma marca Biosfera Açores, para valorizar a produção de bovinos de carne naquelas três ilhas.

Para além dessa marca, existe a IGP enquanto processo de certificação, existem outras formas de certificação da carne que não foram adotadas.

Na última reunião do CERCA, do centro estratégico para a valorização da carne dos Açores, foi falado numa marca própria, carne dos Açores.

Para além disso temos a marca Açores em diversos produtos de carne.

A minha pergunta tem a ver com a estratégia para a valorização da carne e relativamente à marca Biosfera Açores, duas perguntas, numa só: esta estratégia da marca Biosfera Açores, foi objeto de observação do CERCA, do centro estratégico para a valorização da carne dos Açores, atendendo aqui pelo facto

de serem produzidos naquelas três ilhas, elas irão estar ou no mercado local, ou no mercado externo, portanto saber se foi objeto e qual foi o parecer ou o entendimento do centro para a valorização da carne dos Açores? Esta é importante.

Segundo: qual é a perspetiva dos estudos que foram feitos de valorização em termos percentuais e qual é o posicionamento da marca Biosfera Açores, relativamente à carne IGP e à chamada agora carne dos Açores que está a ser estudada?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado António Almeida.

Quando disse que ia fazer duas perguntas numa eu entendi que seria uma pergunta mais abrangente, mas efetivamente só pode fazer uma pergunta.

Deputado António Almeida *(PSD):* Considere a primeira!

Presidente: Portanto, o Sr. Secretário Regional responderá à primeira, não é Sr. Deputado António Almeida?

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Almeida, a primeira reunião do CERCA, foi uma reunião da instalação dos órgãos sociais, onde naturalmente alguns dos assuntos já foram debatidos, mas compete agora à direção que foi eleita, no fundo, fazer o trabalho mais executivo.

Naturalmente que formalmente não foi apresentado esse estudo, apesar do estudo ser do conhecimento de todos os membros que integram a nova direção, de qualquer das formas não me parece que esteja em causa, por parte daquela entidade, algum parecer negativo em relação ao desenvolvimento e aproveitamento desta oportunidade, no fundo trata-se de uma oportunidade para, utilizando a marca Biosfera Açores, valorizar a carne.

Considero que em termos de posicionamento, terá que ser um posicionamento intermédio, pelo menos é esta a perspetiva do Governo.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira, para uma pergunta.

(*) **Deputado António Toste Parreira** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como é lógica normal não podíamos estar mais satisfeitos com essa medida, aliás as visitas do Sr. Secretário, certamente serviram para perceber o que se passava e finalmente para tomar algumas das medidas.

O setor da carne de bovino nos Açores, na última década evoluiu consideravelmente, fruto de grande investimento realizado no setor, nomeadamente na introdução de novas raças de carne, no melhoramento da genética animal, estatuto da sanidade animal de excelência e na rede regional de abate.

São medias que nos permitem hoje ter um produto de maior qualidade.

No período de 2007 a 2017, o total de abates aprovados para consumo na Região cresceu 100%, ou seja, para o dobro.

No mesmo período de 2007/2017, o abate de bovinos para a exportação na Região registou um acréscimo de 29 mil e 22 cabeças de gado, representando um crescimento de cerca de 352%.

A receita estimada referente à comercialização da carne de bovino em 2017, portanto o ano passado, ultrapassou os 40 milhões de euros.

São dados relevantes e importantes que demonstram claramente que os governos do PS adotaram uma estratégia numa parceria em que envolve todos os agentes do setor.

Deputada Zuraida Sores *(BE):* Qual medida?

O Orador: De realçar também, realmente, a questão da criação do CERCA.

Ainda na passada sexta feira foi apresentada a proposta da estratégia para a agricultura biológica nos Açores, já disponível para consulta pública.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Isto é alguma pergunta?

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Leva um ponto de interrogação no fim? É uma introdução com um ponto de interrogação no fim!

O Orador: E agora com essa estratégia em discussão, em carne de pastagem de bovinos na Graciosa, nas Flores e no Corvo, com a classificação da Reserva da Biosfera.

São medidas estruturantes e fundamentais para a afirmação da fileira da carne, geradoras de mais qualidade e de maior valor acrescentado. Quero aqui enaltecer e felicitar o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas pela implementação destas medidas.

Também tinha aqui 3, 4, 5 questões a colocar ao Sr. Secretário, mas como só posso colocar duas …

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Uma!

O Orador: Poderei colocar duas? Poderei?

Presidente: Sr. Deputado António Toste, só para esclarecer, é uma de cada vez, portanto agora só pode colocar uma.

O Orador: Irei colocar duas, uma de cada vez, e atendendo à resposta já dada pelo Sr. Secretário, ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu perguntava ao Sr. Secretário, se tem alguma previsão para quando do início da produção de carne da Biosfera, se realmente tem uma resposta nesse sentido?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Parreira, permita-me que faça aqui um trocadilho, a carne já está a ser produzida.

Na verdade, agora o que falta no fundo é a aprovação do caderno das certificações e um operador, pelo menos um operador, estar interessado em comercializar esta carne com o selo Reserva da Biosfera.

Ou seja, é perfeitamente possível no espaço de três meses nós termos esse processo perfeitamente concluído, portanto os animais que já estão numa fase de engorda podem já a partir daí, sendo nascido, criados e abatidos nestas ilhas, serem comercializados com esta imagem, com esta marca e a partir daí, obtermos uma valorização.

Portanto, é este o nosso prazo em termos de conclusão desse processo, da nossa parte, obviamente. Depois há uma parte que compete aos operadores.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma pergunta, tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em nota de rodapé e permitindo-me discordar do proponente, isto tem sido muito pouco esclarecedor, Sr. Secretário Regional, porque realmente a cada pergunta a resposta não tem sido tão evidente.

Mas, página 57 do estudo da SGS, "Variabilidade na qualidade da carne", e passo e citar: "A carne dos Açores é um produto de qualidade ainda muito inconstante, quer pelo facto de ter origem em animais de diferentes raças ou cruzamentos, quer pela pequena importância relativa que se atribuía na maioria das explorações, à melhoria da produção de carne, quando comparada com a de produção do leite, quer ainda por aspetos relacionados com a própria diversidade existente no maneio e na alimentação dos animais.

Esta situação de variabilidade e inconsistência da qualidade tem-se traduzido num comprometimento da credibilidade e subsequente efeito na

comercialização da carne dos Açores, nos diferentes clientes e canais de distribuição, em especial no continente, que por este motivo muitas vezes deixam de querer comprar carne com origem nos Açores, dando preferência a carne oriunda de outras proveniências, em função da consistência de qualidade assegurada por estes fornecedores e mercados.

Finalmente, este problema não tem uma solução fácil, nem imediata, recomendando-se uma abordagem estruturante, mas progressiva e faseada no tempo".

Ainda bem que é o estudo da SGS a dizer isto e não o BE, senão isto seria atentatório das verdades incontestáveis que sobre esta matéria o Governo Regional tem afirmado nesta Casa.

A pergunta é: se a qualidade da carne dos Açores tem uma imensa inconstância e variabilidade;

Se o estudo identifica diversas razões para que tal aconteça, o que compromete não só a comercialização, mas fundamentalmente a credibilização, seja da marca Açores, seja no caso concreto que estamos aqui a tratar da marca de Reserva da Biosfera.

A pergunta é: o que é que o Governo Regional tem feito em termos de política para o setor da carne, no sentido de antes de grandes estudos e conclusões, vir ao início da história e colmatar todas estas deficiências que descredibilizam, criam dificuldade à identificação e à credibilização de uma marca, seja ela marca Açores, seja Reserva da Biosfera, que tão bem este estudo identifica?

Está aqui tudo, Sr. Secretário Regional, só não está o que é que o Governo tem feito relativamente a esta matéria para superar estes quesitos negativos, que são reais, que existem e que não são da lavra do BE, são da lavra de um estudo feito por uma entidade insuspeita.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, isto é apenas um estudo e acho até curioso o esforço que a Sra. Deputada teve em ler o estudo todo e encontrar de facto essa parte …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Ah, mas encontro mais, Sr. Secretário!

O Orador: … que é uma apreciação que é feita pelo estudo, que eu até não subscrevo na totalidade.

É verdade que existe uma situação, uma variabilidade das carcaças, pelo facto de termos diferentes raças e também pelo facto de nos últimos anos, …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Maneio!

O Orador: … estamos a falar de um estudo de 96, se não me falha a memória.

A verdade e o que se verifica hoje, atualmente, é que a carne dos Açores e felizmente que é assim, tem uma grande procura no mercado nacional, mais houvesse, a verdade é esta e está a ser valorizada, o que também é importante, daí que não se pode ver essa parte do estudo, como se fosse o fim do mundo e como se fosse um problema grave.

Naturalmente há um trabalho que tem que ser feito e houve um grande percurso nos últimos anos, no sentido do melhoramento, do acabamento dos animais, em termos de genética.

O Governo tem investido e muito, ao nível da formação dos agricultores, agora há um trabalho conjunto que temos que fazer com agricultores, com as associações, no sentido de ultrapassar essa questão porque aquilo que o mercado exige e principalmente quando se fala nas grandes superfícies, querem e pretendem que sejam carcaças o mais homogéneas possíveis porque no fundo os clientes que compram carne, quando vão numa semana ao talho e vão na outra semana, querem ter carne com o mesmo tipo de textura, o mesmo tipo de acabamento.

Daí que este é um trabalho que nós naturalmente estamos a fazer e vamos continuar a fazer no sentido de melhorarmos isso, agora como também o próprio estudo diz isso não se faz de um momento para o outro, mas isso passa naturalmente por formação, passa por melhorar o maneio, passa por apostar na genética e isso os agricultores têm feito, agora essas coisas demoram muito tempo.

É preciso pensar que os Açores apostaram muito no setor leiteiro e também ao longo destes últimos anos expedia-se carcaças em vida. Abatidas, era residual, nos últimos dez anos tivemos uma inversão.

Naturalmente que essas coisas agora têm que ser aperfeiçoadas. Da parte do Governo temos feito o trabalho e vamos continuar a fazer para melhorarmos esse aspeto.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem agora a palavra para uma pergunta.

(*) Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os produtores de carne de bovino da Ilha das Flores, Corvo e Graciosa debatem-se com imensas dificuldades, desde os maiores custos nos seus fatores de produção, à grande distância que se encontram dos centros de exportação, passando também pela sua especial orografia e até insuficiência e incapacidade dos matadouros destas ilhas.

O PCP considera que uma estratégia comercial que faça associar a produção em pastagens da carne de bovino, com classificação da Reserva da Biosfera, que aquelas ilham detêm, poderia gerar um incremento da valorização do próprio produto.

Mas tal, como tem sido hábito, o Governo Regional brindou aquelas ilhas ao desprezo e até ao momento não implementou qualquer medida para o aproveitamento das vantagens competitivas e uma estratégia comercial, que

pudesse valorizar a carne de bovinos produzida em pastagens nas ilhas das Flores, Corvo e Graciosa.

Relembramos que o Governo Regional prejudicou os produtores de carne de bovino destas ilhas, quando retirou o apoio à exportação de gado vivo, através do programa COMPETIR +.

Pergunto então: no âmbito do selo da Carne da Biosfera, está o Governo disponível para criar novos apoios específicos, para que os empresários agrícolas das ilhas das Flores, Corvo e Graciosa, produzam carne de bovino em pastagens?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Corvelo, o Governo Regional não votou o abono aos agricultores, nem à agricultura na ilha das Flores, nem ao desprezo, como o Sr. Deputado disse.

Naturalmente que a questão que coloca é uma questão pertinente, aquilo que está no estudo e aquilo que o Governo entende é que há condições para haver uma discriminação positiva em relação àquilo que são neste momento os prémios ao abate, tanto mais porque entendemos que se não forem criados incentivos nessa fase inicial, poderá haver alguma resistência por parte dos operadores e dos próprios agricultores, tentarem obter vantagens competitivas em relação a esta marca.

Daí que, como tive já oportunidade de dizer na minha primeira intervenção, nós vamos junto dos parceiros sociais, nomeadamente as organizações e associações de produtores, propor esta alteração no âmbito do POSEI e, naturalmente, julgo que terá um acolhimento positivo e nessa medida dá resposta positiva àquela que é a pretensão do Sr. Deputado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem então agora, para fechar esta primeira ronda de perguntas, a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, a conclusão daquele estudo que a Sra. Deputada Zuraida Soares acabou de ler aqui, é uma conclusão que todos nós sabemos há imenso tempo e o senhor também sabe e não vale a pena vir dizer que foi "procurar uma agulha no palheiro", porque enquanto o setor da carne for um setor da carne que não distingue, e o Governo Regional não distingue, quem aposta na genética, quem tem maneio em pastagem, de pessoas que continuam a fazer do setor da carne o refugo do leite e os senhores continuam a dar o subsídio ao abate de macho em explorações de leite, continuam a fomentar que a carne do leite continue a ser um refugo que é valorizado pela marca Açores e que um consumidor nas prateleiras não consegue distinguir. Só consegue distinguir quando há estudos destes que dizem, umas vezes a qualidade é ótima, outras vezes a qualidade é péssima. Tem que ser, porque há produtores que fazem maneio em pastagem, que compram gado de carne e que recebem exatamente o mesmo apoio, do Governo Regional, que os outros todos e ainda mais, de uma forma escandalosa, tem direito a colocar a marca Açores.

O senhor diz que aquilo que já fez até agora foi preparar o caderno de especificações, portanto o próprio Governo reconhece que para dar um símbolo de qualidade os produtores são obrigados a cumprir um determinado número de especificações que vem nesse caderno de especificações. É assim para a carne IGP, vai ser assim para o símbolo da Biosfera e por que é que não é para a marca Açores?

E a concorrência desleal que a marca Açores tem feito à IGP, tem estado a desmotivar produtores da Região de IGP! Como é que vamos agora incentivar

que novos produtores façam maneio em pastagem para ter o símbolo da Biosfera?

Portanto, Sr. Secretário, a pergunta que eu lhe coloco é se o Governo Regional está ou não está disponível para investir no mercado da carne de uma forma séria?

O estudo diz: "demonstra que os consumidores estão disponíveis para pagar mais por um produto que tem em conta a sustentabilidade e a preservação ambiental":

Portanto, quer dizer que essa carne pode assumir no mercado um preço mais elevado porque os consumidores estão disponíveis para pagar, agora têm que ter garantia que efetivamente aqueles animais vêm de uma alimentação em pastagem, e não são o refugo do leite e não foram alimentados confinamento com ração.

Portanto, o Governo Regional tem que dar incentivos a quem efetivamente tem um maneio em extensificação.

Pergunto-lhe: está ou não está o Governo disponível para dar esse incentivo? Quando falo em incentivo não falo só em apoio financeiro, porque isso se o senhor tivesse disponível no último POSEI já tinha feito essa majoração ao abate de machos que são de explorações em pastagem, coisa que não o fez.

Pergunto, se está o Governo Regional a dar apoio técnico há 3 ou 4 anos, sempre que há intervenções em agricultura aqui eu pergunto: e o maneio da pastagem? Vai haver reconversão da pastagem, por variedades mais energéticas? E o apoio técnico para não se fazer adoções excessivas da nossa pastagem, que resulta na eutrofização …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Uma pergunta, Sra. Deputada!

A Oradora: Isto é o que eu perguntava antes!

… das lagoas.

Portanto, há todo um trabalho técnico de apoio aos produtores de carne que tem que ser feito …

Presidente: Tem que terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: … pelo Governo Regional.

Está ou não está disponível para que esse apoio técnico seja feito com o respetivo apoio financeiro para que se possa concretizar? Muito obrigada.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, eu percebi que tinha feito uma pergunta inicial que era se o Governo estava disponível para investir de forma séria na carne.

Naturalmente que está, é isso que está a fazer!

A constituição do CERCA, este próprio Projeto que está agora aqui em discussão, o Plano Estratégico para a produção em modo biológico, que foi apresentado em Ponta Delgada, recentemente e que está em discussão pública, são três bons exemplos da estratégia do Governo para o setor da carne.

A par disso há um conjunto de outras políticas e o Governo tem implementado, ao nível da genética …

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Desconheço!

O Orador: Oh, Sra. Deputada, a senhora não quer conhecer, ou diz que não conhece, mas sabe perfeitamente que conhece! Pode discordar, pode dizer que é pouco, pode dizer que é suficiente, mas a Sra. Deputada conhece, ainda por cima é especialista na área, portanto é estranho não conhecer.

(Aparte inaudível)

O Orador: Aí está, uma boa medida, que estamos a implementar com excelentes resultados a favor dos produtores. Até nesse aspeto houve uma evolução muito positiva por parte dos produtores, perceberam a importância que isso tinha em termos de valorização da carne e hoje já temos taxa de sucesso …

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Uma coisa obrigatória por lei que os senhores não faziam!

O Orador: O que interessa é que está a funcionar!

Naturalmente, e como já tive oportunidade de dizer aqui, este é um projeto conjunto de todos os produtores do Governo e das Associações, no sentido de nós darmos passos, para por um lado, produzirmos melhor, produzirmos com menos custos, produzirmos com melhor qualidade, no sentido de termos uma maior valorização.

Este estudo é naturalmente uma peça importante para as ilhas da Reserva da Biosfera.

Agora, não resolve tudo, para isso é preciso também os produtores aderirem, é preciso sobretudo os operadores também perceberem que esta é uma oportunidade para a valorização da carne.

Naturalmente, que a discussão que tentou trazer para aqui, que tem a ver com a marca Açores e com outras questões não se enquadra no Regimento e como tal não me vou pronunciar.

Como nota final o que gostaria de dizer é que o compromisso do Governo é, no âmbito da fileira da carne continuar a trabalhar em parceria com o setor e com os agricultores para conseguirmos, no fundo, recuperar em termos de qualidade e em termos de posicionamento até nos mercados, porque eu acho que há condições para a nossa carne ainda ser melhor valorizada, principalmente no mercado continental, onde de facto apesar dos problemas que existem em

relação às conformidades das carcaças, tem tido uma valorização muito interessante nos últimos tempos e uma procura também muito interessante.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos para a segunda ronda de perguntas, no âmbito deste primeiro objeto

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, no estudo que estamos aqui a referenciar há um capítulo dedicado às dificuldades práticas, de associação da marca Biosfera Açores, à carne de bovino da Graciosa, Flores e Corvo.

Vale a pena referenciar um parágrafo que considero da maior importância: "O grande problema que se coloca presentemente é que tal como acontece com a carne IGP, a marca Biosfera Açores só poderá ser associada à carne de bovino destas três ilhas, caso a mesma seja enviada já embalada para os diversos circuitos de distribuição.

No entanto, à data, tal situação não se verifica, pois entre 90 a 95% do gado, repito, 90 a 95% do gado que si destas três ilhas, é enviado vivo para o continente português.

O estudo apresenta uma solução para esta dificuldade que eles consideram a maior, que é evidente que é a maior, diz o seguinte: "Em termos de produção logística, a eventual ponderação sobre a canalização de uma dada percentagem dos animais da Graciosa, Flores e Corvo, para uma ilha com uma unidade de abate, desmancha e embalamento". Uma proposta concreta.

O que eu lhe digo e o que eu lhe pergunto, Sr. Secretário é, em relação a esta questão em concreto, que o estudo diz que é a maior dificuldade e em que apresenta uma proposta muito concreta, o que lhe pergunto é: qual foi a decisão do Governo nesta matéria? Que medida prática foi tomada nesta matéria?

Eu gostava que me especificasse qual é a solução adotada neste âmbito, porque sem isto, diz o estudo, não há a possibilidade de potenciar esta marca, a Biosfera Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, neste momento em relação às ilhas em causa, não são 90% do gado que sai vivo, mas são cerca de 70%, portanto nesse aspeto já houve uma recuperação …

(Aparte inaudível)

O Orador: São dados de 2015, só que entre 2015 e 2017 (ou talvez 2014) houve uma evolução muito positiva nos abates, até mesmo nessas ilhas os abates aumentaram.

Aquilo que nós vamos prever em termos do caderno de especificações, para no fundo colmatar esta possibilidade, é ser atribuído o selo à imagem da Biosfera, aos animais nascidos, criados e podem ser desmanchados noutras ilhas se for o caso. Portanto, são abatidos, mas a desmancha deve ser feita noutra ilha, porque na verdade como sabemos não existem, ou pelo menos nas Flores e no Corvo, condições para se proceder à desmancha, mas há essa possibilidade de ser feita noutra ilha, onde exista sala de desmancha, que é o caso por exemplo da Graciosa (a Graciosa não faz sentido em termos de ligações marítimas), mas aqui o caso do Faial em que o novo matadouro que será construído tem previsto uma sala de desmancha.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se vai usar do direito à réplica?

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário respondeu à questão, ainda não está escolhida a ilha e a unidade, em que será feito o abate, a desmancha e embalamento, ou pelo menos a desmancha e o embalamento.

Portanto, esta é uma informação que prevejo também será comunicada no tal prazo de três meses que o Sr. Secretário deu no âmbito da resposta que deu ao Grupo Parlamentar do PS.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, naturalmente que isso vai depender do operador que quiser trabalhar com este tipo de carne e das salas de desmancha que estão disponíveis neste momento na Região, até pode ser um operador privado que tenha uma sala de desmancha, só o futuro dirá.

Agora, o que é importante é que o caderno de especificações vai prever essa possibilidade, que é de as carcaças não serem desmanchadas nas próprias ilhas e poder ser desmanchada numa outra ilha e por via disso não perder o selo e a marca, claro que devidamente fiscalizado e acompanhado do ponto de vista técnico por parte dos serviços.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

(*) Deputado António Toste Parreira *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Realmente a segunda questão.

Os estudos são importantes, todos nós reconhecemos isso, conhecer o mercado é importante e sobretudo conhecer também o que preferem os consumidores.

Mas eu penso que nós temos aqui um estudo que é bem revelador daquilo que tem sido feito e daquilo que nos acontece, ou seja, aquilo que eu disse há bocadinho na minha primeira intervenção, a evolução da carne entre 2007 e 2017, nomeadamente a exportação, cresceu 29 mil e 22 cabeças, num crescimento de 352%, isso quer dizer alguma coisa, ou seja temos aqui um estudo que nos diz que as pessoas querem o nosso produto, foi todo vendido, não tivemos qualquer problema e com preços ultimamente bem satisfatórios, bem melhores do que há algum tempo atrás, nomeadamente de acordo com a classificação das carcaças, temos a falar em classificações de os 3, na ordem dos 50 cêntimos e de R3 na ordem dos 15 a 20 cêntimos, o que é bem revelador da importância e daquilo que as pessoas querem.

Portanto, esse estudo para nós já é bastante importante.

O próprio estudo também fala nas carnes certificadas e nas carnes bio, que têm um crescimento na ordem dos 30%, comparativamente com as carnes tradicionais.

A carne IGP também por si já é valorizada, porque também tem uma vantagem em relação às outras, ou seja, ela tem um custo superior para quem a compra, entre os 30 e os 50%. Só aqui já estamos a falar de um produto que presentemente já tem alguma sustentabilidade. Essa e que é a realidade dos factos.

Neste sentido, eu perguntava ao Sr. Secretário o que está previsto a nível da imagem – o que é importante também para esse novo produto – da divulgação e do marketing?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Parreira, devo dizer o seguinte:

O que está previsto em termos de plano de ação, depois de concluído o caderno das especificações e de haver disponibilidade por parte de um operador, é o Governo, em colaboração com este operador e naturalmente com as Associações de Produtores destas ilhas, trabalhar num plano de comunicação desta carne, desta marca.

Sabemos que está em causa um volume reduzido de produção em termos de carne de animais, não podemos pensar em grandes mercados, estamos a falar em mercados muito específicos, mercados que sejam capazes de valorizar este tipo de carne e que estejam disponíveis até para pagar mais do que a chamada carne normal, daí que depois se ser encontrado este operador, vamos no fundo trabalhar neste plano de comunicação, que naturalmente terá que ser feito, seja nos pontos de venda direta, seja no canal Horeca, seja com presenças em feiras, mas esse trabalho inevitavelmente será feito, mas é como digo, há uma sequência que é preciso seguir e quando chegar à altura certa, naturalmente iremos avançar com este plano de comunicação, que naturalmente é uma peça essencial que irá beneficiar não só a carne da marca da Biosfera, mas também toda a carne dos Açores.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Encerrámos esta ronda de perguntas, no âmbito do objeto 1.

Passamos para o objeto 2: Resolução da questão referente à grua fixa do Porto da Casa, na Ilha do Corvo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta questão da grua do Porto da Casa, é uma questão que se tem arrastado ao longo do tempo.

Verdade é que eu já fiz várias comunicações e perguntas sobre esta questão, também sei e devo dizer, com inteira verdade, que este é um assunto que o Sr. Deputado Iasalde Nunes tem acompanhado de perto e que tem mostrado sempre uma grande preocupação em relação a esta matéria.

No fundo, isto é uma preocupação de toda a população da Ilha do Corvo, independentemente do partido em que militam.

Há aqui uma questão que eu penso que é institucional que é uma questão prévia, uma referência prévia que quero fazer que é a seguinte: o Grupo Parlamentar do PS anunciou que após uma reunião com o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, recebeu duas informações: que a instalação da grua está prevista para o mês de junho e que a nova grua será de 16 toneladas.

Devo dizer que estranhei que esta informação tivesse sido fornecida assim porque existe um requerimento do PSD, datado de 23 de março, que está por responder e pergunta precisamente isto: quando prevê o Governo Regional, através da Lotaçor, resolver o problema da grua existente no Porto da Casa, no Corvo?

Esta pergunta não foi respondida …

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Mas vai! Está dentro do prazo!

O Orador: … no entanto o Grupo Parlamentar do PS obteve uma pergunta antes da resposta ao requerimento.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Pois se o PSD pediu resposta num requerimento ao Governo!

O Orador: Ora este comportamento não é um comportamento exemplar, do ponto de vista institucional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Porquê?

O Orador: Ah, porquê? Está a perguntar-me o Governo.

Então, Sr. Secretário, então o senhor tem uma pergunta que lhe é enviada pelo Parlamento dos Açores, o senhor não responde. Entretanto, o Governo recebe um Deputado do PS e dá-lhe a informação que lhe é solicitada e que os senhores não responderam.

Pior, do que esta situação é não reconhecer sequer! O senhor faz a maldade – peço-lhe desculpa, vou chamar-lhe assim – o senhor tem esta quebra de confiança institucional, o senhor não responde e depois diz assim: que isso seja veiculado ao PS, é normal!

Eu não acho nada normal!

Eu acho que os Grupo Parlamentares, as respostas aos Grupo Parlamentares, devem ser dadas, não com qualquer tipo de preferência ou de cor partidária, mas devem ser dadas do ponto de vista institucional e há aqui uma pergunta que foi feita e não foi respondida e esta pergunta deveria ser respondida.

Portanto, esta questão desta informação da forma como veio veiculada está errada e é eticamente e institucionalmente inaceitável. É a minha opinião!

Devo dizer, portanto, confirmando-se estes dados, o que eu peço é que o Sr. Secretário confirme estes dados, há uma questão, que é a questão que eu vou colocar, que é esta: com a anterior grua nós tivemos uma dificuldade, que tinha a ver com a manutenção e a reparação da mesma e isso é que colocava depois períodos longos em que a mesma estava inativa.

A pergunta que lhe coloco é se há alguma alteração em relação aos procedimentos que têm vindo a ser adotados no âmbito da atual grua, daquela que está ainda no Porto da Casa, em relação à manutenção e reparação, no sentido de melhorar estes dois processos, para que a resposta seja mais célere e para que exista um acompanhamento mais próximo do estado de manutenção da

grua, para que a mesma esteja em condições operacionais, ao longo de todo o ano e que não interrompa durante tanto tempo a sua atividade.

É evidente, como é mais nova, não se prevê que avarie com tanta frequência, mas se há alterações previstas a este nível no sentido de melhoria?

Obrigado.

Presidente: O Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Um protesto.

Presidente: Um protesto a?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Um protesto tendo em conta a acusação de o Governo ter feito uma maldade institucional, quando recebeu o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não! Não! Quando recebeu não! Quando lhe deu a informação!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** *(Berto Messias):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Utilizo a figura regimental do protesto porque é a única forma que tenho também de clarificar a acusação e de refutar a acusação que foi feita pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu, e bem, o requerimento que foi remetido pelo PSD ao Governo, que será naturalmente respondido.

Um requerimento que entrou, segundo disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, a 23 de março, portanto perfeitamente dentro do prazo de resposta e o Governo, o Sr. Secretário do Mar, Ciência e Tecnologia, recebeu o Sr. Deputado Iasalde Nunes, a pedido do Sr. Deputado Iasalde Nunes, exatamente da mesma forma

que faria se tivesse sido solicitado reunião ou encontro por qualquer um dos Grupos Parlamentares nesta Parlamento.

O tratamento do Governo dos Açores ao Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PS, é exatamente igual ao tratamento que o Governo dá, a qualquer um das Sras. e dos Srs. Deputados, pedindo encontro, reunião, visita, aquilo que muito em entenderem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para um contraprotesto tem a palavra.

Dois minutos, Sr. Deputado.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pensei que o Sr. Secretário tinha pedido a palavra para pedir desculpa aqui no Parlamento, …

Deputado André Bradford *(PS):* A figura de desculpa ainda não está incluída no Regimento!

O Orador: … mas afinal foi uma declaração completamente isotérica, ou seja, o que o Sr. Secretário nos veio dizer é o seguinte: há um beija-mão que nós vamos instituir nesta Instituição.

Os Deputados que quiserem uma resposta mais célere, pedem uma reunião com um Membro do Governo e o Membro do Governo responde, mesmo já tendo informação, já a tem, por que é que não respondeu?

Basta dizer aqui, a pergunta é tão simples: quando prevê o Governo Regional, através da Lotaçor, resolver o problema? Está aqui a resposta. A resposta é: está previsto para o mês de junho.

Por que é que não responde? Ah, porque há um prazo de 60 dias, portanto, como há um prazo de 60 dias não respondemos da forma mais célere possível,

respondemos no máximo. Temos 60 dias, vamos responde nos 60 dias, embora já tenha a informação há muitos dias, pelo menos durante todo este tempo.

O Sr. Secretário vem aqui dizer-me: mas se os senhores quiserem uma resposta mais rápida, peçam uma reunião. Venham ao beija mão e os senhores têm a resposta do Membro do Governo!

Eu vou dizer-lhe, Sr. Secretário, o Sr. Secretário com essa resposta e esse posicionamento, penso que não dignificou o Governo Regional.

Presidente: Estamos esclarecidos sobre este aspeto, mas agora para responder à questão que foi colocada, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia *(Gui Menezes):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, eu tenho uma dúvida porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão, acho que fez duas perguntas: uma, era quando é que seria instalada e a outra, a questão da manutenção.

Acho que são duas perguntas diferentes.

Presidente: Deve responder só a uma.

Qual é a pergunta?

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Não, não! Só uma!

Presidente: Fez só uma pergunta?

A questão é a da manutenção?

Manutenção, Sr. Secretário.

O Orador: A da manutenção.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Responda àquilo que eu disse!

O Orador: E arrumo a coisa de vez. Ok.

É verdade que a grua do Corvo, devido também à sua idade e ao seu elevado uso, teve sucessivos problemas e foi reparada sucessivamente…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ah foi por elevado uso, assim está bem!

O Orador: … e chegou-se à conclusão, durante o ano de 2017 que a grua de facto já não tinha potencial para ser recuperada e numa visita que o Governo fez, uma visita estatutária ao Corvo, tive oportunidade de anunciar no Conselho de Ilha que a grua iria ser substituída.

Aliás, ao longo deste período todo e nas sucessivas reparações que houve, ela momentaneamente ficou operacional, apesar das dificuldades de conseguir um técnico, por diversas, para deslocar-se lá, etc., etc.

Gostaria também de referir que este assunto foi sempre acompanhado em diálogo com a Associação de Pescadores da Ilha do Corvo, com a Lotaçor, o Presidente da Câmara também se mostrou preocupado e também demos a conhecer quais eram as démarches que estavam a ocorrer e que de facto havia a necessidade de dotar o porto do Corvo de uma nova grua, devido à deficiência da existente e para assim melhor servir, de facto, a classe piscatória e os outros pescadores recreativos na sua maioria que utilizam também aquele equipamento.

No entanto, também tem que compreender que houve aqui um problema que foi a questão das obras de alargamento e de prolongamento do porto e houve aqui a necessidade de conciliar, digamos assim, essa obra com a instalação da nova grua.

Entretanto, com o auxílio da Portos dos Açores, o trabalho de alagem e arreagem tem sido feito em colaboração com a Portos dos Açores, mas havia a necessidade de conciliar as duas coisas porque a instalação podia implicar com a obra do porto.

O que eu posso afirmar, então confirmando, é que vai ser instalada uma grua de 16 toneladas no porto do Corvo. A grua já foi enviada por via marítima para as Flores e será posteriormente enviada para o Corvo, uma componente da peça. As outras componentes que têm equipamentos mais delicados estão em

manutenção na Ilha de S. Miguel e serão enviadas até ao final do mês também, por via marítima.

A instalação desta grua necessita da construção de um maciço com alguma volumetria e com algumas especificações técnicas que também já vai ser adjudicado durante a próxima semana, julgo eu, portanto todos os procedimentos estão a ser feitos para a instalação da grua e ela já está a caminho.

Portanto, em resumo, a grua vai ser instalada durante o mês de junho, como referiu.

O maciço vai começar a ser construído durante o mês de maio e necessita de 30 dias para amadurecer o cimento, o betão e o transporte da grua já está a ser feito.

Gostaria de dizer que esta grua de 16 toneladas é uma melhoria muito significativa para o porto do Corvo uma vez que, para já, devido à idade da grua que é mais nova, e segundo porque vai permitir uma maior agilidade na alagem e na arreagem porque tem um braço maior e inclusive poderá permitir, por exemplo a alagem do Ariel, com esta capacidade.

Quanto à manutenção, posso dizer-vos que terminou agora no início de 2018 uma base de dados que eu solicitei à Lotaçor para construir uma base de dados on line, para nós sabermos quem é que faz a manutenção, que idade têm os equipamentos, em que porto é que estão, neste caso as de aprestos, gruas, guinchos, travel lift's, etc.

Isso tudo já está informatizado …

Deputado Marco Costa *(PSD):* O PSD fez o requerimento sobre isso!

O Orador: … essa base de dados está a ser preenchida, digamos assim, isso com o objetivo de agilizarmos as questões de manutenção de todos os equipamentos dos portos de pesca e núcleos de pesca dos Açores.

Em resumo, penso que era essa a resposta que julgo que respondeu à sua questão.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fico naturalmente satisfeito com a resolução desta questão, não importa os atrasos que estão acumulados, o que importa é que a questão vai ser resolvida, o Sr. Secretário descreveu e calendarizou perfeitamente este processo.

Em relação à questão da manutenção e da reparação essa questão preocupa-me, porque como se sabe a anterior grua foi várias vezes manipulada por quem estava disponível e evidentemente que há aqui responsabilidades, quem é que faz a reparação, se está qualificado, se está certificado.

Esta questão é uma questão da maior importância e também o Sr. Secretário acaba de dizer que neste processo existirá um acompanhamento, existirá também uma maior capacidade de manutenção e de reparação da grua que também acho que é positivo.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Tudo está bem, quando acaba bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia *(Gui Menezes):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo como não houve mais questão nenhuma, só posso dar a garantia que vamos tentar que as manutenções sejam mais ágeis e mais eficientes.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes, para uma pergunta.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor dá com uma mão e a seguir tira com a outra.

Primeiro faz um elogio, diz que eu estava muito preocupado com a situação da grua …

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Olhe que é uma coisa boa!

O Orador: … e depois vem dizer-me que é o beija mão dos Membros do Governo. Foi o que o senhor disse!

Olhe, Sr. Deputado, em primeiro lugar eu não beijo a mão dos Membros do Governo, eu beijo a mão de quem me apetece e quando eu quero.

Em segundo lugar, eu não anunciei nada porque não tenho competência para isso.

Eu apenas anunciei aquilo que foi comunicado pelo Sr. Secretário na reunião que fiz com o Sr. Secretário.

Que eu saiba não existe nenhum impedimento no Regimento que impeça que algum Deputado desta Casa reúna com algum Membro do Governo.

Aproveito para perguntar às Sras. e Srs. Deputados se já alguma vez agendaram alguma reunião com os Membros do Governo e se os mesmos negaram esta reunião?

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Muito bem!

O Orador: Em relação à pergunta que fiz no Conselho de Ilha, já a tinha colocado antes, não foi feito apenas na reunião e o Sr. Deputado não se lembra porque não estava presente nessa reunião, mas pode perguntar aos outros conselheiros.

Agora, vou para a parte da grua …

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Mas eu tinha que responder. Fui acusado de beijar a mão ao Governo!

Agora vou beijar a mão ao Governo.

Temos em curso uma das maiores e uma das mais ambicionadas obras de sempre pelos corvinos, o alargamento e o crescimento do Porto da Casa, obra esta que ultrapassa os 10 milhões de euros.

Esta obra veio melhorar consideravelmente a operacionalidade e segurança, quer no que diz respeito ao transporte marítimo de cargas, como o transporte de passageiros e será com certeza também uma mais valia para os pescadores e desportistas náuticos.

Sabemos que obras desta envergadura trazem sempre alguns condicionalismos e aborrecimentos para os cidadãos. O Corvo não é exceção!

Em relação á chamada grua dos pescadores, mas que serve também os desportistas náuticos acompanhei sempre de perto esta situação, aliás o Sr. Deputado já o disse.

Foram várias vezes que me ligaram a dizer que a grua estava parcialmente avariada, ou mesmo inativa.

O Governo Regional, através da Lotaçor, sempre prontificou de imediata assistência a esta grua.

A verdade é que a grua já se encontrava em estado um pouco obsoleto e após sucessivas reparações o Governo Regional decidiu considerá-la obsoleta.

Nesta altura já estávamos numa fase da obra do Porto da Casa que não permitia a instalação de uma nova grua, daí o Governo Regional ter facultado e disponibilizado, através da Portos dos Açores a sua grua.

Sabemos, obviamente, que não é a situação ideal porque a pesca não se coaduna com horários fixos, no entanto esta grua …

Presidente: Tem que fazer a pergunta, Sr. Deputado.

O Orador: … esteve sempre disponível diariamente aos pescadores do Corvo e desportistas náuticos.

A pergunta que faço ao Sr. Secretário, embora ele tenha respondido até certo ponto …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Isso é batota! Se já respondeu!

O Orador: Posso perguntar segunda vez?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Pode!

O Orador: … é se ficarão ou não os corvinos mais bem servidos com a instalação desta nova grua, uma vez que a mesma tem capacidade para 16 toneladas, ao contrário da anterior, que só tinha capacidade para 10 toneladas?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** *(Gui Menezes):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como eu tive oportunidade de referir, Sr. Deputado Iasalde, de facto esta grua vai ser uma mais-valia para o porto do Corvo …

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Ah!...

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Esse teatro não foi muito bem feito! Tem que ser melhor ensaiado!

O Orador: … uma vez que tem uma maior capacidade e devido à sua dimensão também permite que as alagens sejam mais facilitadas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições para esta primeira ronda?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* As perguntas difíceis já foram todas feitas!

Presidente: Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, quer fazer a segunda pergunta? Tem então a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveito aqui no início desta segunda pergunta para referenciar a intervenção do Sr. Deputado Iasalde Nunes.

Sr. Deputado, o senhor não percebeu nado do que aqui se passou! Eu de facto fiz um elogio que é merecido e mantenho, …

Deputado Iasalde Nunes *(PS):* Ah, mantém!

O Orador: Mantenho! Mantenho! Eu não sou rancoroso!

… o Sr. Deputado, de facto, manifestou-me pessoalmente muita preocupação sobre esta matéria, eu sei que V. Exa. acompanha esta matéria, portanto fiz-lhe justiça, agora a crítica não foi a V. Exa, a crítica foi ao Governo Regional que lhe deu uma resposta. V. Exa. fez o que lhe compete, que é conseguir obter por parte do Governo, uma resposta em relação a esta questão, que é o que eu estou aqui a fazer, é o que me compete, é o meu dever enquanto Deputado eleito para o Parlamento dos Açores.

Portanto, V. Exa. fez o seu dever, agora o que aconteceu foi que o Governo deveria, do ponto de vista institucional, antes de responder a si, deveria ter respondido à pergunta que já estava registada. Se já tem resposta não tem que estar à espera que se cumpram os tais 60 dias! Se já tem resposta, responde!

Portanto, aqui também o princípio da eficácia é importante.

Portanto, a crítica não foi a V. Exa. V. Exa., fez aquilo que tinha que fazer, mantenho o elogio que fiz a V. Exa. nesta matéria, mas não em todas, nesta especificamente, mas a crítica que dirigi ao Governo Regional, Sr. Deputado, eu tenho que manter, porque de facto o Governo Regional não agiu bem, porque se já tem resposta, se já sabe, o mínimo que podia fazer era responder ao requerimento.

Bom, a questão fundamental é esta: sabendo que tem mais capacidade, que como o Sr. Secretário já respondeu, vai permitir resolver o problema do Ariel, que é muito, muito importante, o que eu lhe pergunto é – e não lhe faço questões específicas sobre a grua, por razões que são do conhecimento parlamentar – qual é o tempo de vida útil desta grua, com o que é que podemos contar a curto e médio prazo?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Ou seja, que idade tem a grua?

O Orador: Não! Não! Vida útil!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** *(Gui Menezes):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar só um comentário, fico muito contente de ver o Sr. Deputado Paulo Estêvão contente com a solução que o Governo encontrou para os pescadores do Corvo e para o problema da alagem e varagem das embarcações.

O tempo de vida útil depende sempre da utilização que é dada àquele equipamento.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Da manutenção ou falta dela!

O Orador: Posso dizer-lhe que a anterior grua da marca IBER ELEVA, …

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Qual o número de parafusos?

O Orador: … tinha 14 anos. Esta grua sendo mais alta, eventualmente ficará menos exposta a determinadas intempéries nas partes mais críticas poderá ter uma longevidade maior, mas tecnicamente não lhe posso dizer se vai ser 14, 15 …

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Que idade tem agora?

O Orador: Tem 4 anos, cerca de 4, 5 anos!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se quer usar do direito a réplica?

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da minha parte estou esclarecido, o problema resolvido. É um problema que preocupava bastante as pessoas, ainda bem que o Governo respondeu e de facto temos aqui uma solução.

Esta grua está em ótimas condições, tem uma vida longa, eu espero é que de facto a questão da manutenção também funcione e que a questão se resolva.

De facto, do ponto de vista da Ilha do Corvo, para que todos percebam, esta é a única grua que poderá servir as embarcações de pesca, portanto para o turismo, para vários setores, era realmente o equipamento fundamental para a vida económica da ilha.

Deputado André Bradford *(PS):* E a pergunta?

Presidente: Eu vou deduzir que esta réplica foi uma confirmação do que o Sr. Secretário já disse, portanto não lhe vou dar a palavra, penso que não quererá acrescentar mais nada ao que já foi dito.

Pergunto se há mais alguma inscrição ainda no âmbito da grua do Corvo?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

(Eram 18 horas e 07 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos dar continuidade à sessão de perguntas.

(Eram 18 horas e 40 minutos)

Entramos agora no 3.º objeto – **questões referentes às ligações aéreas entre a Ilha do Corvo e exterior.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a caminhar para o fim desta sessão de perguntas, a boa notícia é que só posso fazer uma vez por ano, mas devo dizer que estou contente da forma como estão a decorrer estes trabalhos, porque a verdade é que no início da anterior semana tive uma excelente notícia em relação ao Centro de Interpretação de Aves da Ilha do Corvo, que vai ficar espetacular, se for concretizado da forma como está planeado.

Em relação à questão da grua, pois já temos a notícia que ficará resolvida em junho.

Também em relação até à marca Biosfera dos Açores, em que vamos ter alguns documentos orientadores importantes para daqui a três meses, penso que é um bom pecúlio.

Entramos agora numa questão mais difícil em que eu tenho grandes dúvidas que se tenham boas notícias, mas vou tentar.

A questão é a seguinte: a Ilha do Corvo é a única ilha que não tem ligações aéreas diárias nos Açores, apenas tem três ligações aéreas, durante grande parte do ano e depois durante o verão tem durante cinco dias por semana, os cinco dias úteis da semana.

É evidente que também, eu sou consciente que temos taxas de ocupação baixas, num período grande do ano, mas penso que há aqui áreas em que é possível melhorar as ligações aéreas e ser um pouco mais ambiciosos nesta matéria,

como por exemplo na questão das ligações aéreas durante o mês de outubro. Durante o mês de outubro, que é já um mês da época baixa em grande parte das outras ilhas, na Ilha do Corvo é um período em que somos muito visitados, devido a uma especificidade local que tem a ver com a observação de aves, que é uma área em que temos um grande potencial e a proposta é que no futuro seja possível que os cinco voos por semana, que se realizam até setembro se possam prolongar durante o mês de outubro.

Eu penso que é uma proposta razoável, existe um enorme potencial. Eu próprio tenho a experiência e outros têm a experiência prática de que é difícil viajar realmente no mês de outubro para o Corvo, o avião está muitas vezes condicionado.

É evidente que também é difícil de calcular a taxa de ocupação das aeronaves uma vez que existem fortes condicionalismos que estão relacionados com diversos fenómenos atmosféricos e outros, portanto é muito variável o número de passageiros que pode viajar, de um dia para o outro, varia muito, tem a ver com as condições atmosféricas e outros condicionalismos como o peso da aeronave …

Presidente: Tem de fazer a pergunta, Sr. Deputado

O Orador: … portanto esta é uma questão fundamental e a pergunta que eu quero fazer é esta: existe de facto um grande potencial esta necessidade, se o Governo equaciona prolongar a existência de cinco voos diários, que já atualmente sucede até setembro …

Deputado Francisco César *(PS):* Cinco voos semanais!

O Orador: Cinco voos por semana, peço desculpa, durante os cinco dias úteis, durante o mês de outubro?

Também, tendo em conta a possibilidade, que o Governo fez crer que é uma possibilidade real da Ryanair estabelecer ligações a partir daqui do triângulo, da Ilha do Faial ou do Pico, penso que ainda não está decidido, se existe também a

possibilidade do Corvo poder absorver alguns desses fluxos turísticos que serão criados com certeza e, portanto, também aumentar e criar uma ligação aérea ao fim de semana durante o resto do ano.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra, Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. colegas de Governo:

De facto o Sr. Deputado já me tinha manifestado, em tempos, essa ideia de em outubro haver um reforço dos voos semanais por causa desta atividade de observação de aves que ocorre maioritariamente em outubro.

Obviamente, que apesar de não estar planeado como o Sr. Deputado bem referiu para este verão a existência dos cinco voos semanais no mês de outubro, portanto irão só até setembro, o que é facto é que existe, ainda assim, espaço para aumentar a oferta planeada para este ano, caso se justifique, inclusivamente no mês de outubro.

Obviamente que em termos programáticos e na programação da próxima estação IATA, tendo em conta que é sempre efetuada com base naquilo que é executado no ano anterior, se de facto em outubro se verificar um aumento dessa procura, obviamente que há sempre espaço para melhorar e intensificar o número de voos semanais para a Ilha do Corvo.

No que respeita à sua segunda questão, no sentido de se captar para a Ilha do Corvo eventuais fluxos que viessem para as ilhas do triângulo, do Faial, Pico, de uma hipotética vinda da Ryanair, de uma hipotética operação da Ryanair, obviamente que a acontecer, o que queremos é que todas as ilhas beneficiem dessa operação.

No entanto, devo relembrar que não há nada certo, o que há é um desafio da parte do Governo à Ryanair para explorar novas rotas nos Açores, mas não há nada em concreto.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para a réplica, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão?

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, quero registar muito positivamente a abertura por parte do Governo em relação ao facto de o Governo estar disponível para aumentar as ligações aéreas durante o mês de outubro, mantendo as cinco ligações aéreas por semana que se realizam até ao final do mês de setembro, mas faço notar o seguinte à Sra. Secretária: estas marcações são feitas com anos de antecedência, ou seja quem faz a observação de aves na Ilha do Corvo, marca com muitos anos de antecedência.

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Sim! Sim! Posso dizer aqui sem correr o risco de mentir que há gente que já marcou com cinco anos de antecedência. É verdade!

Eu sei que os cinco anos de antecedência surpreenderam muita gente, mas eu posso confirmar.

Deputado André Bradford *(PS):* Não! É muito natural!

O Orador: O Sr. Deputado Iasalde está a confirmar!

Aquilo que eu estou a dizer é real e é verdade!

Os senhores gostavam de ter a mesma apetência pelas vossas ilhas também!

A questão fundamental aqui é a seguinte: se não existir essa possibilidade, uma vez que a programação das pessoas que se deslocam lá durante o mês de outubro, acontece com muito tempo de antecedência, o que acontece é que não têm viagens disponíveis, portanto o indicador comparar ano após ano, comparar

a taxa de frequência deste ano, com o próximo ano é algo que, na minha perspetiva não é o melhor indicador, Sra. Secretária. Não é o melhor indicador por este motivo que lhe estou a dizer, porque quem quiser programar com tempo de antecedência e a Sra. Secretária faça essa experiência, tem de programar no mês de outubro, a partir de junho, tente marcar uma viagem e verificará que já não é possível.

Portanto, isso faz com que aquela que podia ser a procura real da Ilha do Corvo, já esteja condicionada pela existência de poucas vagas no mês de outubro.

Portanto, o que eu lhe sugiro é que não tenha apenas esse indicador e que considere também outros, em relação a esta matéria, porque posso dizer-lhe confirmar-lhe que a procura é mesmo muito grande no mês de outubro e que ela é dissuadida pelo facto de já não existirem reservas, Sra. Secretária.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Nenhuma companhia faz reservas com cinco anos de antecedências!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Não tenho nada a responder, porque o senhor Deputado fez uma réplica. Não fez nenhuma pergunta!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Quem cala consente!

Presidente: A réplica suponho que se mantém dentro da pergunta anterior, mas não colocou nenhuma questão Sr. Deputado.

Muito, bem não há anda a acrescentar então.

Sr. Deputado Iasalde Nunes tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar presumo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão não fará uma segunda pergunta, uma vez que fez duas perguntas na primeira ronda.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não fiz duas perguntas!

O Orador: Sim! Sim! Colocou duas perguntas!

Mas eu como vou só fazer uma questão se calhar ainda pode ficar com uma, porque não é por aí.

A Ilha do Corvo e desde que está a ser escalada pelos DASH 200 tem melhorado em muito a qualidade de operacionalidade do serviço de transportes de passageiros e cargas e a sua periodicidade …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Isto é que é uma pergunta!

O Orador: Eu vou fazer o enquadramento, Sra. Deputada e depois faço a pergunta.

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Quer dizer vocês fazem o enquadramento que querem e eu não posso fazer o enquadramento!

Presidente: Pode, Sr. Deputado! Pode sim senhor!

Tem a palavra Sr. Deputado.

O Orador: A verdade é que temos mais ligações, temos mais voos, principalmente na época alta, nos últimos anos. Na Ilha do Corvo houve um grande investimento do Governo Regional na melhoria de acessibilidades.

No que diz respeito às acessibilidades de nível aéreo só nestes últimos anos foram vários os investimentos e prevê-se o número considerável de outros, alguns já em curso, outros já previstos para este ano.

Falamos por exemplo da instalação de sistemas de segurança no aeródromo do Corvo, da nova torre de controlo e da requalificação da própria aerogare.

Previstas e em curso temos também o desmanche do morro, a repavimentação da pista, a ampliação da aerogare e a aquisição de uma nova viatura de combate a incêndios.

Estes são investimentos de grande importância para os corvinos e para todos aqueles que nos visitam.

No que diz respeito à mobilidade e acessibilidade.

Deste modo pergunto à Sra. Secretária porque acho que é algo que os corvinos têm muito interesse em saber.

Uma vez que a qualidade de serviços aos passageiros nos voos de e para o Corvo é uma prioridade do Grupo Parlamentar do PS, pergunto à Sra. Secretária em que estado se encontra o projeto da ampliação da aerogare?

Obrigado.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Essa é que devias ter perguntado, Paulo Estêvão! E a expropriação dos terrenos?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores assumiu na passada visita estatutária que ocorreu em novembro passado na Ilha do Corvo, que esta obra arrancaria em 2019.

Neste momento a SATA Gestão de Aeródromos que está incumbida de levar a cabo os procedimentos para contratação do projeto, está a aguardar que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Corvo, envie uma indicação e informação das suas necessidades em termos de espaços e valências para as futuras instalações e logo que sejam recebidos esses elementos concluirá o caderno de encargos para contratação da prestação de serviços e elaboração do projeto.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Esta pergunta não estava preparada!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para a segunda pergunta tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente.

Uma interpelação, no sentido de comunicar à Mesa que uma vez que as respostas às questões já foi respondida por parte da Sra. Secretária e que registei a abertura e tenho a certeza que se irá concretizar, eu não tenho mais nenhumas perguntas a fazer sobre esta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS também pode fazer uma segunda pergunta. Pergunto se o quer fazer? Também não.

Sendo assim, terminámos esta sessão de perguntas, referentes a várias matérias da Ilha do Corvo.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Ponto 3 da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 56/XI – "Criação dos mecanismos e aquisição dos sistemas tecnológicos necessários ao cumprimento do DLR n.º 23/2011/A, de 13 de julho",** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores, sendo uma região insular, têm fortes constrangimentos em matéria de Energia.

Desde logo, não estão ligados a redes de energia continentais; dependem fortemente das flutuações dos preços do petróleo; e apresentam consideráveis

debilidades que limitam o aproveitamento dos seus recursos energéticos renováveis.

Foi esta realidade que levou a Região, após a implementação da Autonomia, a fazer uma aposta clara na diversificação das fontes energéticas, sobretudo de origem renovável, assim como na promoção da eficiência energética. Assumiu-se, desta forma, a importância estratégica da Energia para o desenvolvimento sustentável da Região.

E, neste percurso, produziu-se conhecimento na área da Energia, fruto do esforço e tónica colocados na investigação e na realização de parcerias estratégicas.

Elaboraram-se planos, elaborou-se legislação e assumiram-se compromissos importantes.

No entanto, e como já tivemos oportunidade de afirmar em várias ocasiões, há meia dúzia de anos a Energia passou a sofrer de uma orfandade inexplicável ao nível das políticas públicas nos Açores. As boas intenções do governo regional nesta área foram substituídas por uma passividade administrativa e a Região entrou, inexplicavelmente, num período de dormência no domínio da Energia.

A concretização dos planos, o respeito pelos compromissos assumidos ou o cumprimento das obrigações legais passaram a constituir um permanente projeto para o futuro, futuro esse que teima em não se transformar em presente. Eventualmente será um sinal de desgaste, um sinal de cansaço ou, mesmo, um sinal de falta de **Energia,** por parte deste Governo.

O que se pretende com esta iniciativa é precisamente a inversão desta situação.

Em 2010, a Assembleia da República, por via da Resolução n.º 114/2010, de 29 de outubro, recomendou ao Governo, em concertação com os Governos Regionais e com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a elaboração de legislação para tornar obrigatória a divulgação da fatura energética da administração pública direta e indireta.

Pretendeu-se com esta recomendação aprovar um regime legal que estabelecesse a obrigatoriedade de divulgação anual de um relatório energético, acompanhado de um plano de poupança energética, a realizar por ministério, por região autónoma e por município.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* A senhora era Diretora Regional na altura!

A Oradora: No sentido da adoção das recomendações aprovadas pela Resolução referida, o Governo da República, lançou, em janeiro de 2011, o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública — ECO.AP, que visa, e passo a citar, "criar condições para o desenvolvimento de uma política de eficiência energética na Administração Pública, designadamente nos seus serviços, edifícios e equipamentos, de forma a alcançar um aumento da eficiência energética de 20 % até 2020".

Na Região, e no seguimento das mesmas recomendações da Assembleia da República, o Governo Regional dos Açores assumiu, em 2011, através do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2011/A, de 13 de julho, a obrigatoriedade de, no prazo de três anos, implementar sistemas de monitorização e divulgação do consumo energético dos edifícios e vias públicas afetos à administração regional autónoma e autárquica.

A mesma legislação obrigou, também, o Governo Regional à elaboração e divulgação de um relatório energético anual, bem como a tornar públicos, em tempo real, os consumos energéticos de um conjunto de edifícios e vias representativos da sua diversidade.

A verdade é que desde a publicação do Decreto Legislativo Regional atrás referido, o Governo Regional apenas efetuou, em 2012, um inquérito que consistiu numa tentativa de levantamento dos consumos dos edifícios públicos e cujos resultados foram manifestamente escassos. Ou seja, nada, ou pouco mais do que nada se fez.

Talvez não entenda este Governo que a Energia é um bem escasso, precioso e estratégico.

A Eficiência Energética e a Utilização Racional de Energia, deveriam ser um desígnio de todos, sem exceção. Aliás, neste caso particular, entendemos que a administração pública tem que dar o exemplo, ainda para mais quando dar o exemplo é uma obrigação legal.

Este é um assunto que preocupa o PSD/Açores e, nesse sentido, e com o propósito de fazer com que o Governo Regional cumpra a lei a que está obrigado e passe a encarar a poupança de energia como um desígnio regional, apresentamos o presente projeto de resolução, com o objetivo de:

- Recomendar ao Governo Regional dos Açores que publique portaria que estabeleça a seleção de edifícios e vias públicas da administração regional autónoma representativa da sua diversidade e sujeita a monitorização em tempo real;
- Recomendar ao Governo Regional dos Açores que crie a plataforma, com recurso às tecnologias de informação e comunicação, para recolha e tratamento automático da informação, bem como o portal de divulgação pública dos consumos energéticos na Internet;
- Recomendar ao Governo Regional dos Açores que constitua a equipa técnica para acompanhamento e avaliação da aplicação do diploma regional e para proposta de medidas conducentes à redução dos consumos energéticos dos edifícios públicos;

E, ainda,

- Recomendar ao Governo Regional dos Açores que desencadeie os demais procedimentos necessários com vista ao cumprimento do disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 23/2011/A, de 13 de julho, no prazo máximo de um ano.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Durante a sua audição na Comissão de Economia, a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, informou que a legislação regional, demarcou-se por demonstrar vontade de ação no âmbito da eficiência energética, mas que não teve sequência.

Além de uma informação pouco feliz, foi, acima de tudo, uma informação desnecessária, atendendo o óbvio incumprimento legal em causa, e cuja única leitura será a da falta de vontade de ação no âmbito da eficiência energética, utilizando as palavras da Sra. Secretária.

Também informou a Governante que se pretende fazer mais… E fica a pergunta: Mais do que o quê?!? Mais de que nada ou do que pouco mais do que nada?!? Não temos a menor dúvida que serão bem-sucedidos… Ainda para mais quando outros é que trilham o caminho difícil… Mas mesmo assim, e nunca fiando, esperaremos sentados!!!

Mas "porque não foi cumprida a legislação?", ou usando as palavras da senhora Secretária "Porque não teve sequência a legislação?". A Senhora Diretora Regional de Energia assumiu publicamente que o incumprimento legal se deveu a falta de recursos financeiros. A senhora Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, por sua vez, considerou falsa esta justificação e justificou o incumprimento com o facto de entender que a matéria não constitui uma prioridade. Fica a dúvida de quem diz a verdade - a ser a Senhora Secretária quem diz a verdade, ficamos todos a saber que para ela, e para o Governo que representa, cumprir a Lei não é uma prioridade!!!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: A boa notícia é que em dezembro de 2017 foi celebrado um protocolo "ECO.AP", entre a Direção Regional da Energia e a Agência para a Energia. Relembramos que esta iniciativa do PSD Açores data de outubro de 2017, é, portanto, anterior à celebração do protocolo.

Registamos, assim, que foi a apresentação, divulgação pública e discussão do Projeto de Resolução apresentado pelo PSD Açores que impulsionou uma solução.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Com isto, o Governo Regional mostrou, mais uma vez, a sua apetência para andar a reboque das iniciativas alheias. Mostrou que a sua vontade de ação, por muito forte que seja, parece nunca ser suficiente. E mostrou que tem razão o PSD Açores quando aponta a orfandade de que enferma a Energia na Região.

O Partido Socialista tenta esconder, a todo o custo, a manchas que tingem o pano rosa, cada vez mais gasto e desbotado, mas há nódoas que não se tiram e que não se escondem.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Não foram os esforços de manipulação das diligências que se pretendiam efetuar em sede de Comissão, …

Deputado Bruno Belo *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: … com a vergonhosa decisão unilateral de boicotar audições presenciais, que apagarão a nódoa da insuficiência governamental no domínio energético. Também não foram os esforços de deturpação ou de sonegação das questões, informações e esclarecimentos prestados no Relatório da iniciativa, associados à única audição presencial realizada, que apagarão essa nódoa. Nem tão pouco serão, os ataques pessoais à minha pessoa, que já antecipo da bancada que suporta o governo, que o farão!!! Quem não deve, não teme!!!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Carlos Silva *(PS):* A senhora não é assim tão importante!

O Orador: Para o PSD/Açores é inaceitável e inconcebível esta postura governamental em relação à Energia.

É uma inércia governativa que compromete o desenvolvimento económico e social da Região.

Entendemos que o governo tem obrigação de fazer mais, muito mais - Até Porque fazer mais do que nada, ou do que pouco mais do que nada, não deve ser assim tão difícil, até para este Governo!!!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** *(Marta Guerreiro):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Efetivamente como foi dito, de forma clara, na Comissão que versou a análise deste Projeto de Resolução, o diploma 23/2011, efetivamente focado na monitorização e divulgação de consumos energéticos de edifícios públicos e vias públicas, demarcou-se por demonstrar vontade de ação no âmbito da eficiência energética.

Contudo, efetivamente não teve sequência e com o formato e com as especificidades aí previstas.

Consideramos que efetivamente o diploma assumia relevância, por introduzir um conjunto de ações que devidamente combinadas com outras soluções, teriam levado a um melhor conhecimento do perfil de desempenho energético da Administração Pública.

Como também tivemos oportunidade de referir, mas naturalmente é ignorado, foram desencadeadas um conjunto de iniciativas e não, em sequência nem em resposta a nada que o PSD tenha feito, que vão ao encontro do espírito do

diploma em questão e que passam efetivamente por melhorar a eficiência energética na Administração Pública e neste sentido tivemos ainda no ano passado, o início do levantamento de informação mencionada no art.º 2.º deste diploma, nomeadamente todas as despesas com consumos energéticos, a quantidade de energia consumida, as emissões que lhe estão associadas e para além do que estava previsto neste diploma, também as características dos edifícios em questão, que isso é fundamental para se conseguir avaliar efetivamente os consumos em causa e como tal encontra-se, também como foi referido na Comissão, mas também não convém lembrar, o relatório de consumos energéticos em edifícios públicos, cujo compromisso é a sua divulgação durante o primeiro semestre do ano que corre.

Adicionalmente, também foi divulgado que nos que diz respeito à eficiência energética na Administração Pública, foi celebrado protocolo com a ADENE que permite também criar uma plataforma informática, aproveitando aquilo que está a ser desenvolvido em termos nacionais, caso em concreto o barómetro da eficiência energética na Administração Pública, por forma aí, divulgar publicamente o desempenho energético de todos os edifícios e serviços públicos.

Estamos já a participar, inclusivamente, ativamente nos testes que estão a ser feitos relativamente a esta aplicação e queremos no início de 2019, já podermos tê-la em funcionamento.

Aí os organismos públicos poderão consultar os consumos de energia dos edifícios descarregando os seus próprios dados e relatórios automáticos de apoio, conforme as necessidades porque tal como está previsto e à luz do que hoje é possível, o carregamento dos dados para esta plataforma será feito de forma automática, de acordo com os pontos de entrega de instalações elétricas. Apenas no caso dos combustíveis, por terem contingências diferentes será necessário um tratamento manual dos mesmos.

Este programa de eficiência energética da Administração Pública, prevê também o que já está em curso em termos de preparação, a formação qualificada de gestores locais de energia para os edifícios públicos, no sentido de garantir uma efetiva responsabilidade nos consumos finais de energia.

Estão também a ser criadas as condições para a realização de auditorias energéticas aos edifícios públicos capazes de aferir o potencial de poupança e a viabilidade económica dos respetivos investimentos.

Além disso, além da formação, pretende-se também realizar ações de capitalização e sensibilização, como aquelas que também já têm decorrido no âmbito dos encontros de eficiência energética e também temos condições para celebrar contratos de desempenho energético.

Ou seja, o Governo está a levar a cabo um conjunto de iniciativas em concordância com o espírito do DLR em questão, destinadas a garantir a adoção de uma política regional para a eficiência energética, alinhada com os vastos desafios e objetivos que hoje emergem, quer das políticas nacionais, quer das políticas internacionais nesta matéria, que para além das questões da monitorização, bem patentes no diploma em questão, vai mais além, como é o caso da formação dos gestores locais de energia, contatos de empenho energético e auditorias energéticas.

Efetivamente dada a não implementação atempada deste diploma, temos agora obrigação de ir mais além, sabendo reconhecer e adotando as melhores práticas existentes nesta matéria.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretária.

Informo a câmara que se encontra nas galerias, o antigo Deputado desta Casa, Lizuarte Machado, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Analisamos neste momento nesta Casa um Projeto de Resolução, apresentado pelo PSD para o cumprimento do Decreto Legislativo 23/2011/A, de 13 de julho.

Este diploma, aprovado em 2011, instituiu a monitorização e divulgação do consumo energético dos edifícios públicos e vias públicas da Administração Regional e Autárquica.

Entres outros, também definiu a elaboração de um relatório energético anual;

Definiu a monitorização em tempo real de uma seleção de vias públicas e de edifícios definidos por uma Portaria;

Definiu também o conteúdo do relatório energético atrás enunciado;

Definiu também a divulgação em tempo real dos consumos desses mesmos edifícios;

Definiu que no prazo de 3 anos fossem implementados sistemas de monitorização e divulgação dos consumos energéticos, através de uma plataforma de recolha e tratamento automático de informação e a sua divulgação pública na internet, através de um portal;

Definiu também a constituição de uma equipa técnica que acompanha a avaliação do DLR em causa.

Como foi afirmado em Comissão e agora também aqui em Plenário e nesta Casa, perante todos os Srs. Deputados, de facto este DLR não teve a sequência e as consequências que todos desejaríamos, tanto os Deputados que nesta Casa estavam naquela altura, como os presentes.

Mas também é preciso realçar e dizê-lo frontalmente, que também foi referido em Comissão e novamente aqui em Plenário, aquilo que foi feito pelo Governo

Regional e aquilo que está a ser feito, também de forma diferente, por este Governo Regional, nomeadamente o compromisso de entregar pela primeira vez o relatório de 2017, no primeiro semestre de 2018.

Foi também referido que já foi feito o levantamento de todos os edifícios, indo além do que está previsto no DLR, também com as características técnicas do edificado.

Foi referido que já foi assinado um protocolo com a ADENE, para que não haja uma duplicação de plataformas, uma vez que existe uma plataforma nacional que pode ser, e bem, aproveitada pela Região Autónoma dos Açores, para que possa fazer esse serviço e prestar esse serviço, sem que haja uma duplicação financeira e desnecessária de recursos.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Foi também aqui dito que é necessário, para além da divulgação, outro tipo de medidas e outro tipo de ações que levem á efetiva eficiência energética, como é o caso dos contratos de desempenho energético, que devem se servir das empresas de serviço energético, que em conjunto com o gestor local de cada um dos edifícios da Administração Pública, possam efetivamente contribuir para a eficiência energética de todos os edifícios e também das vias públicas.

Tudo isto que acabei de referir já foi aqui apresentado nesta Casa, em outros diplomas, isto tudo faz parte do programa da eficiência energética da Administração Pública nos Açores, que vai adaptar o ECO.AP nacional, para a Região Autónoma dos Açores, com os objetivos de aumentar a eficiência energética, sem o aumento da despesa pública, estimular o setor privado, através das empresas de serviço energético, formar gestores locais de energia para que possa haver uma responsabilidade em cada um dos edifícios das melhorias, ou não melhorias da eficiência energética para cada um dos edifício,

…

Deputada Sónia Nicolau *(PS):* Muito bem!

O Orador: … estamos a falar de edifícios que são de utilização pública, portanto não há uma responsabilidade na carteira de quem utiliza o edifício, portanto, é mais difícil ter essa perceção, temos que arranjar o gestor local, para que seja responsabilizado por essas medidas e para atingir esses mesmos objetivos, a que todos nos propomos.

A realização de auditorias energéticas, onde se possa definir o potencial futuro de poupança de cada um desses edifícios, a necessidade ou não de investimento para atingir esses objetivos e criar sistemas de incentivos que possam concretizar todas estas medidas porque, digo novamente, só após a concretização das medidas é que podemos realmente ter melhor eficiência energética.

Deputada Sónia Nicolau *(PS):* Muito bem!

O Orador: Faz também parte, como disse, os contratos de desempenho energético, aqui também inclui a questão da monitorização e esses contratos podem até prever que o Governo Regional e as entidades públicas, não necessitem de investimento público, ou seja, não precisam de ter capacidade financeira eles próprios, para que essas medidas sejam implementas através das empresas de serviço energético.

Resumindo, dizer que a monitorização e a divulgação do consumo que é aquilo que estamos a tratar, é uma medida adicional, é mais um contributo para a mudança de comportamentos, e é necessária, que tem que ser inserida na estratégia regional para a eficiência energética, no plano regional de ação da eficiência energética, onde temos dentro desse plano o programa de eficiência energética da Administração Público, nos Açores.

Face a toda esta análise que foi feita, em Comissão, também os colegas Deputados irão dizer de sua justiça nesta Casa, já o fizeram também em Comissão, face aos sete anos de evolução de todo o percurso realizado na

região Autónoma dos Açores, e não só, também a nível nacional, face às necessidades que foram também identificadas em Comissão pela Sra. Secretária, de adequar ligeiras questões que estão definidas no DLR atual, o PS, e hoje é dia de anúncios, anuncia que irá apresentar nesta Casa uma Proposta de DLR, que altera o DLR em vigor.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Isso é que é ser inconsequente!

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Se o PSD não tivesse levantado o assunto os senhores não faziam nada!

O Orador: Nesse sentido, não podemos votar favoravelmente um Projeto de Resolução que nos leva no sentido de que já deve ser adequado à realidade atual e às necessidades atuais. Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bom, é interessante porque variadíssimas vezes quando discutimos diplomas nesta Casa há sempre alguém da bancada do PS que gosta de lembrar a história dos diplomas.

Devo lembrar que este diploma tem uma história muito interessante.

Este DLR que foi aprovado em 2011 foi uma proposta da Juventude Socialista, apresentado nesta Casa pelo Deputado Francisco César …

Deputado Francisco César *(PS):* Quando era jovem!

O Orador: … e quando apresentou este diploma aqui disse que: "um dos nossos objetivos é que possamos liderar pelo exemplo, ou seja, os serviços públicos possam, através da divulgação dos seus consumos e das medidas que

vão implementar, dar o exemplo de como podemos utilizar adequadamente a nossa energia, quer seja ao nível da eletricidade, do gás, do fuel, etc.".

Este Decreto Legislativo Regional foi aprovado em 2011.

Passados 7 anos, o Governo Socialista não implementou uma única coisa deste diploma.

Deputado André Bradford *(PS):* Não é verdade!

O Orador: Portanto, efetivamente o objetivo é governar pelo exemplo, neste caso, infelizmente, pelo mau exemplo.

A Sra. Secretária, em sede de Comissão disse que a única coisa que fez, e voltou a reafirmar aqui, foi no art.º n.º 2, fazer a avaliação de uma série de dados e diz o seguinte, e cito: "o levantamento da informação feito através de um questionário com as despesas com consumos energéticos, a quantidade de energia consumida por fonte energética, as emissões de dióxido de carbono e das características dos edifícios foi uma má estratégia, porque foi identificada alguma iliteracia energética".

Eu pergunto aos Srs. Deputados, se alguém lhes fizer um inquérito a perguntar nas suas casas, qual é a quantidade de energia que consomem por tipo de fonte energética - de eletricidade, de fuel, de gás - se sabem qual é a percentagem que consomem em da uma das suas casas?

Se sabem qual é o impacto em termos de custos de CO2 que o consumo energético das suas casas tem?

Se sabem qual é o comportamento em termos energéticos de cada uma das suas casas?

Portanto, se não sabem, Srs. Deputados, ficam a saber que sofrem de uma coisa que se chama iliteracia energética.

Portanto, como existia uma iliteracia energética, houve a necessidade, e volto a citar: "de se alterar a estratégia".

Espero que agora o Governo, ao fim de sete anos consiga fazer um levantamento deste tipo de dados, de uma forma mais eficaz, porque efetivamente a maior parte das pessoas sofre deste tipo de iliteracia energética.

Já agora, uma das coisas que não teria qualquer custo para a Região, era fazer as equipas técnicas, que seriam equipas que iriam avaliar os dados e que poderiam …

Deputado André Bradford *(PS):* Muito original!

A Oradora: Mas nem tudo aquilo que é importante fazer na Região tem que ser original, Sr. Deputado, há coisas que são tão simples e tão antigas e que a Região ainda não conseguiu implementar, portanto o critério de originalidade não é necessariamente aquele que deve pautar a governação do Governo Socialista!

Bom, mas Sra. Secretária, neste momento existem na Região imensos jovens com formação em energias renováveis.

A Universidade dos Açores, tem um curso, tem uma licenciatura, que por acaso agora até já nem tem, em energias renováveis.

Portanto, teria sido fácil formar uma equipa técnica, não era necessário ficar à espera deste novo convénio com a tal empresa que vai dar formação contínua, porque a equipa técnica não é só uma equipa de pessoas que tenha consciência energética e que faça um acompanhamento. É efetivamente necessária uma equipa técnica que olhe para os dados, consiga perceber onde é que está a haver ineficiência energética nos nossos edifícios, quais são os comportamentos que estão a conduzir a maiores consumos de energia, para depois propor mudanças de comportamento, alterações em termos de isolamento ou modificações nos edifícios para nós conseguirmos ter efetivamente uma poupança.

Estranho é que o Sr. Secretário, e nunca imaginei vir aqui fazer este elogio, mas terei que o fazer, o justo a quem o merece, o Sr. Secretário da Energia e Ambiente, na altura, José Gabriel Álamo Menezes, disse e cito, no âmbito da

discussão deste diploma: "Este é um diploma que pode trazer grandes ganhos à Região, do ponto de vista do melhor conhecimento dos consumos energéticos".
Estranhamente, passados sete anos, a atual Secretária diz, e em sede de Comissão, cito: "A preocupação é reduzir os investimentos públicos regionais, que o Governo quer aumentar a eficiência energética, sem ter que aumentar a despesa pública".
Foi dito, e eu inclusivamente disse-lhe, que era lamentável que uma pessoa que tutela a energia na Região, venha dizer que qualquer investimento no sentido de se ter uma maior eficiência energética, constituía uma despesa do erário público, que isso poderia ser uma visão das pessoas que normalmente não querem fazer investimentos nas suas casas com isolamento, etc., etc., porque o veem como um custo adicional, mas que quem tutela a energia sabe que todos os investimentos que são feitos nesse sentido, do melhor comportamento energético dos nossos edifícios são um ganho *"à la longue"*.
Portanto, neste momento, eu pergunto à Sra. Secretária, se se revê, se se continua a rever nestas declarações?
Por que é que então não foi implementado rigorosamente nada? Se o problema não é financeiro, se o problema não é falta de técnicos que a Região tem, que possam implementar este Decreto Legislativo Regional, o que é que aconteceu para que neste momento não se possa ter este Decreto Legislativo Regional, completamente implementado?
Mais, uma das desculpas que foi dada em sede de Comissão é que neste Decreto Legislativo Regional só se iam avaliar alguns dos edifícios, mas que a Sra. Secretária acha que se devem avaliar todos os edifícios.
Eu devo lembrar que também em sede de discussão desse Decreto Legislativo Regional na altura, na sua versão inicial, na forma como apresentado na altura pelo Sr. Deputado Francisco César, efetivamente a avaliação era para ser feita em todos os edifícios públicos.

Chegou-se à conclusão, após discussão em especialidade do Decreto Legislativo Regional, que seria mais interessante e menos oneroso para a Região selecionar um determinado número de edifícios típicos que representassem um determinado tipo de edifícios da Região e que esses teriam uma monitorização em contínuo e que os outros todos seriam apresentado apenas no tal relatório anual.

Nunca foi apresentado nenhum relatório anual; nunca foram feitas auditorias, a Sra. Secretária diz que foram feitas 31 auditorias. Então pergunto-lhe: quantos edifícios públicos é que existem para auditar na Região, para nós sabermos se esses 31 são quase todos ou se são muito poucos?

Depois, pergunto-lhe: se quem estava preocupada com os custos que isto ia representar para a Região, e se já na altura o DLR foi alterado com uma proposta de alteração do BE para passarem a ser apenas alguns edifícios, ao fim de sete anos de nada ter sido feito, a Sra. Secretária diz que agora é que vai ser e que se vai voltar a fazer para todos os edifícios, se isso não é que vai efetivamente onerar muito mais a Região?

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pela enésima vez debatemos aqui hoje uma iniciativa que recomenda ao Governo Regional que faça uma coisa tão simples, quanto é o cumprimento da lei.

Falamos então como já foi aqui amplamente referido um Decreto Legislativo Regional de 2011, que prevê algo tão simples e direto como: a obrigatoriedade

de monitorização e divulgação do consumo energético dos edifícios públicos e das vias públicas afetos à administração regional, autónoma e autárquica.

Ainda recentemente recordo que debatemos aqui, também pela segunda vez, aliás, uma proposta do BE, também na área de energia, para que o Governo Regional aplicasse a lei, no caso, lembro, falamos na automatização da tarifa social de eletricidade que os atrasos do Governo Regional fizeram prejudicar milhares de pessoas.

Agora, debatemos a aplicação de um Decreto Legislativo Regional que há quase sete anos deveria estar totalmente implementado.

Não há justificação possível para este atraso monumental.

Se as condições se alteraram, se novas soluções surgiram, se o Governo Regional considerava que este Decreto Legislativo Regional já não respondia adequadamente à nova realidade, o que devia e podia ter feito, era algo tão simples como apresentar uma proposta de alteração, como o PS agora parece que quer fazer, mas muito tarde.

A opção do Governo Regional foi ignorar a lei e agora vem dizer que está a trabalhar no assunto.

Nos tempos em que vivemos o combate às alterações climáticas passa também por ações concretas e decisivas da nossa parte e das entidades públicas.

Demasiadas vezes o peso dessa responsabilidade cai quase sempre no indivíduo que anda numa pressão enorme sobre as pessoas, individualmente.

O combate, por exemplo às alterações climáticas, passa acima de tudo, por políticas públicas em que a monitorização dos consumos energéticos dos edifícios públicos é uma pequena, mas significativa medida.

A mesma confere transparência sobre o consumo energético público.

Esta monitorização fornece dados importantes para a avaliação necessária sobre os consumos energéticos e consequentemente sobre o investimento público necessário nesta área, para que o setor público seja o exemplo no que respeita à

eficiência energética e consequentemente no combate a esta questão central do nosso tempo, que são por exemplo as alterações climáticas.

É preciso então neste momento que o Governo Regional se deixe de rodeios e faça uma coisa tão simples, quanto é cumprir a lei.

Foi, infelizmente, preciso que se levantasse esta questão do incumprimento desse Decreto Legislativo Regional, para que o PS decida, tarde, apresentar uma proposta de alteração para rever esta legislação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos, por favor.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos e regressamos amanhã às 10 horas, com o PTAP.

(Eram 19 horas e 30 minutos)

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão **Rodrigues**

José António Vieira da Silva **Contente**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Partido Social Democrata (PSD)

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

César Leandro Costa **Toste**

Partido Popular (CDS-PP)

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

(*) Texto não revisto pelo orador

Transcrição efetuada por *Noélia Escobar*